

Lucas Rodrigues Oliveira
org.

Educação

Dilemas contemporâneos

Volume XIII



2022

Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

Educação: dilemas contemporâneos
Volume XIII



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume XIII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022. 89p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-81460-56-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786581460563 1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Vivemos em uma sociedade marcada pelo uso massivo da tecnologia, em que as transformações são constantes e acontecem em uma velocidade alucinante, difícil até mesmo de ser acompanhada. Nesse contexto, tendo como foco a escola e os seus processos educativos, é necessário entender que, para que haja uma aprendizagem significativa, as transformações sociais não podem ser ignoradas pela educação.

Por isso, sabendo da necessidade de constante reflexão sobre a educação nacional, apresentamos o décimo terceiro volume da obra “Educação: dilemas contemporâneos” – que, desde seu primeiro volume, tem o objetivo de abrir espaço aos debates a respeito dos processos educativos.

Esse volume é composto por cinco capítulos e tem o objetivo de prosseguir com as discussões e reflexões acerca da educação nacional que, desde sempre, é composta por lacunas que precisam ser entendidas e preenchidas, para que todos indivíduos possam ter acesso a uma educação de qualidade, em todas as etapas e modalidades.

O primeiro capítulo reflete sobre o papel dos tutores nos cursos EAD. O segundo capítulo traz com o título “Política pública na educação: Atores Privados x Poder Público”. Na sequência, há um capítulo sobre “A pressão social e o uso do psicoestimulante metilfenidato em estudantes de um pré-vestibular na região do cariri”.

Na parte final, outro importante capítulo desse livro é “Entre ciência e religião: distanciamentos e aproximações da fé na formação em psicologia” e, por fim, o capítulo “As tecnologias educacionais de informação e comunicação (TIC’s) no ensino superior otimizando o processo de ensino e aprendizagem”.

Lucas Rodrigues Oliveira


Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1.....	6
Reflexão sobre o papel dos tutores nos cursos EAD	6
Capítulo 2.....	15
Política pública na educação: Atores Privados x Poder Público	15
Capítulo 3.....	33
A pressão social e o uso do psicoestimulante metilfenidato em estudantes de um pré-vestibular na região do Cariri.....	33
Capítulo 4.....	59
Entre ciência e religião: distanciamentos e aproximações da fé na formação em psicologia	59
Capítulo 5.....	75
As tecnologias educacionais de informação e comunicação (TIC's) no ensino superior otimizando o processo de ensino e aprendizagem.....	75
Índice Remissivo	88
Sobre o organizador.....	89

Reflexão sobre o papel dos tutores nos cursos EAD

Recebido em: 01/07/2022

Aceito em: 11/07/2022

 10.46420/9786581460563cap1

Aldeny Alves de Oliveira^{1*} 

INTRODUÇÃO

Quando falamos em educação a distância, vivemos um momento contraditório, quando se exige uma demonstração extensa envolvendo sua possibilidade, potencial, cronograma, vantagens, instalações e parâmetros de qualidade da educação. Quanto as novas tecnologias, seus arranjos, redes e ferramentas digitais permitem que os usuários acessem direta e indiretamente, com o intuito de lidar com novas demandas educacionais do século XXI. Essa característica contemporânea originou-se da organização capitalista e da reorganização da produção, e logo se expandiu para outras áreas da sociedade dentre eles o campo da educação.

A educação a distância não é uma forma recente de ensino, contudo, com a chegada da internet, foi necessário repensar as metodologias nos cursos de EaD, a internet permite a dimensionar mudança do conceito de aula e a possibilidade de aprendizagem que são intensivamente reconstruída, superando a ideia de que as aulas só podem acontecer presencialmente ou na forma tradicional, permitindo que as pessoas tenham um anseio mais amplo e democrático no relacionamento com o ensino.

Além disso, para oferecer uma educação a distância e de qualidade, é necessária uma equipe multidisciplinar que explore várias ferramentas técnicas, formas de interação existentes entre os participantes do evento. Assim, para ter sucesso na execução do projeto é necessário o envolvimento de vários profissionais em diferentes áreas, o educador conteudista, o educador pesquisador; tutor presencial, tutor virtual (tutor remoto), coordenador de curso ou coordenador de ensino, coordenador de pólo, educador e designers instrucionais, cada um desses atores, é responsável a fim de garantir o sucesso e os requisitos da EaD.

As formas de tutoria variam de acordo com a modalidade de ensino do curso, o modelo determina a forma de acompanhamento presencial na discussão no decorrer e *feedback* das atividades presenciais realizadas pelos educandos no AVA. A atribuição e atuação dos tutores também são definidas no projeto de ensino, o que reflete a filosofia de formação dos organizadores do curso. Porém, a maioria permanece igual, ou seja, estendida a todos os cursos, com intenção de ajudar educandos, esclarecer dúvidas, supervisionar, mediar o processo de ensino e facilitar a comunicação entre os colegas.

¹ Universidade Federal do Mato Grosso.

* Autora correspondente: aldeny_ufmt@hotmail.com

O objetivo dessa pesquisa possui como foco em conjecturar a importância dos tutores nos cursos EAD, pautado nas suas principais funções, para que os educandos demonstrem interesse em interagir com os educadores e educandos do curso, obtendo o controle da sua autoaprendizagem alcançando seus objetivos e sucesso nos estudos.

A pesquisa bibliográfica serviu para apresentar definições sobre os principais temas, conceitos, scielo, capes, google acadêmico, literatura de autores renomados e profissionais que tem se destacado no cenário global, como também utilização de revistas e sites especializados sobre tema abordado, com foco em “tutoria e as principais função dos tutores de EaD” em periódicos, site, livros etc., foram relacionados os artigos encontrados sobre o tema independente do ano de publicação. O levantamento foi realizado entre os dias a 30 de junho a 16 de julho de 2021, das principais publicações extraiu-se as informações mais relevante para a construção dessa pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Leis que regulamenta a EAD e a tutoria na contemporaneidade

Segundo Rodrigues, Schmidt & Marinho (2011), as Diretrizes e Lei Básica da Educação Nacional, Lei nº 9.394 promulgada em 31 de dezembro de 1996, reconhece a eficácia das pesquisas realizadas em todos os níveis de ensino na modalidade a distância, e abre a perspectiva de uma educação superior a distância. Com o avanço tecnológico, vemos na Internet a oportunidade de alunos dos mais variados níveis de instrução tendo acesso a todo e qualquer tipo de conhecimento sem demandar a presença de um professor para tal. Assim, a maioria das instituições de ensino superior brasileiras demonstraram interesse em implementar as novas tecnologias de comunicação e informação na educação a distância, visando melhoria na oferta de qualidade do ensino e na demanda de educandos e posteriormente a obtenção de lucros.

Com a ampliação da educação a distância em 2006, a expansão da UAB (programa do governo federal), a tutoria na educação a distância tem ganhado força no ambiente educacional. Desta forma o papel do tutor a distância, realmente se mostra necessária tendo em vista as facilidades de aprendizagem que temos nos dias de hoje. Nas metodologias de implantação e integração do sistema UAB, a imagem do tutor é representada como um agente envolvido no ensino, assim a seleção deve ser baseada na particularidade da região e no contexto local para determinar o detalhamento das atividades a serem realizadas para a implementação do projeto pedagógico do seu currículo. Pois, o tutor tem o papel de ensinar a distância, direcionando conteúdos, corrigindo provas, tirando dúvidas das mais variadas possíveis.

Conforme consta no Referencial de Qualidade do Ensino Superior a Distância (MEC, 2007), o grupo de tutores realiza uma função essencial no método de formação dos cursos superiores a distância e constitui um marco distinto dentro das instituições, dessa forma, o tutor deve ser entendido como um dos principais participante ativo na prática docente a distância. Isto porque o tutor regente terá que

observar e, organizar todo o fluxo de conhecimento, como também motivando e encorajando seus alunos a melhorarem seus desempenhos. Deixando de ser um apêndice do professor na seleção de conteúdos passando a ser seu parceiro. Com isso dividindo a responsabilidade de gerenciamento das condições de aprendizagem dos alunos.

Os pareceres do CNE/CES nº 564/2015 emitidos pela Comissão Nacional de Educação (CNE) em março de 2016, apresentaram as diretrizes e normas nacionais que rege a oferta dos cursos superiores à distância, propõem e confirmam formalmente um tutor com profissional de ensino superior na equipe pedagógica. Dessa forma, após esse momento de evolução e valorização da educação a maioria das instituições de cursos superior começaram a investir, ofertando curso com qualidade e tecnologia para que os educandos pudessem estudar sem sair de casa, instituindo um ambiente com ferramentas de interação entre educandos e educadores para que possam comunicar-se, tirar dúvidas etc. Assim, o tutor trabalha com os educandos por meio das tecnologias existentes por meio de ambiente virtual (AVA) avisos e orientações, e-mail internet entre outros.

O Decreto nº 9.057 / 2017, atualiza a legislação que regulamenta a educação a distância no Brasil, além disso, define a autorização para a realização de cursos de pós-graduação lato sensu em EaD, essas medidas amplia a oferta e as oportunidades de cursos de ensino superior, essas mudanças visam garantir a qualidade e acessibilidade de vagas no ensino. O decreto também regula a oferta de cursos a distância para o ensino médio e o ensino profissional técnico médio, essas mudanças devem atender aos requisitos do novo ensino médio, e o MEC ainda determinará seus padrões em conjunto com o sistema de ensino, a Comissão Nacional de Educação (CNE), a Comissão Estadual e Territorial de Educação e educação a distância.

Atualmente, a Comissão Nacional de Educação (CNE) possui 3 pareceres que envolvem especificamente a função de tutores: Pareceres nº 195 e 197 em 2007 e parecer nº 195 em 2010. Segundo Azevedo (2019), primeiramente deve ocorrer o credenciamento das instituições de ensino superior disponibilizando a oferta de cursos de nível superior na modalidade a distância, assim, este documento esclarece qual conceito será utilizado para a criação, preservação e reformulação dos cursos de EaD. Em seguida, deve construir ferramentas para fornecer avaliações de certificação para cursos de ensino superior, nesse documento deve haver um representante de professores, um representante de tutores, sendo os educandos considerados ferramentas de avaliação. A política de formação de tutores a distância e sua supervisão de trabalho também, são definidas com critérios de avaliação.

Tutoria na EAD

Para Santos, Oliveira, Junqueira (2016), tutor é um termo usado nas universidades do século XV e refere-se à personalidade, era considerada importante na época, como um guia de religião impondo comportamento moral e crenças e princípios básicos aos seus educandos. No século XX, o tutor assumiu responsabilidades sociais mais amplas, e o papel de tutor nos trabalhos acadêmicos e científicos dos

educandos, na EAD, um educador é responsável por criar o material pedagógico, chamamos de educador de conteúdo, além disso, acompanha o curso como coordenador de tutoria, promovendo com eficácia, para que a forma de ensino ofertada seja bem-sucedido. Com isso Silva et al. (2022) relatam que:

As práticas inovadoras consistem em estratégias que foram pensadas diante do atual contexto tecnológico como propostas metodológicas que facilitem o ensino através de e experimentos onde o aluno é protagonista do seu aprendizado. Com essas novas práticas surgiram novas metodologias (ativas) que buscam incentivar a participação do aluno de maneira ativa e engajada, valorizando o conhecimento e seu contexto social. Cabe esclarecer que metodologias são diretrizes que orientam o processo de ensino e aprendizagem sendo concretizadas por meio de estratégias, abordagens e técnicas diferenciadas.

Para Emerenciana et al. (2001), a característica da tutoria é baseada no princípio e não existe uma resposta pronta, mas cada um deve criar sua própria afirmação, construir componentes de aprendizagem, orientar, produzir e motivar os participantes a construir seu próprio aprendizado. É importante que o professor-tutor seja uma referência no que se refere ao acesso constante ao ambiente virtual de aprendizagem, criando feedback assim que possível a mensagens e postagens de atividades.

Dessa forma com o desenvolvimento gradual da educação a distância e suas diferentes formas de gestão, utilizando-se de novos recursos tecnológico de ensino, esses profissionais tutores têm características profissionais únicas como mediadores no processo metodológico de ensino na educação a distância, dessa forma, a tutoria é constituída por educadores e educando que raramente se encontra ou simplesmente se conhecem somente por lives, sendo sujeito essencial para o sucesso de cursos à distância.

Conforme Santos et al. (2016), a tutoria é realizada dessa forma graças a disponibilidade de tecnologias que podem ser utilizadas quando necessário, como à TV, internet, vídeo, software, computador, o tablete ou o celular, assim, a tecnologia moderna une as pessoas, mesmo que cada um esteja em lugares distinto ou no extremo do país a informação do tutor instrui os educandos a acessar o conteúdo orientando e acompanhando, criando situações provocativas, despertando seu potencial de aprendizagem. A construção de vínculo afetivo em EAD é um serviço personalizado, caracterizado pela racionalidade e impessoalidade das relações virtuais, assim sendo a imagem do tutor / mediador ganha maior relevância pela qualidade, do seu desempenho como representante das instituições prestadoras de ensino, conjecturando na qualidade do ensino e do sistema de aprendizagem.

TIPO DE TUTORIA

Segundo o Referencial de Qualidade da educação superior a distância de 2007, define as ações que a tutoria e o docente integram na modalidade EaD, dessa forma o documento “prevê, para a mediação pedagógica, a especificação numérica da relação aluno/tutor, sendo capaz de propiciar a interação no processo de ensino e aprendizagem”. Dessa forma, o documento institui que um sistema de tutoria de alta qualidade em educação a distância deve prever o desempenho de tutores a distância e presenciais.

A tutoria a distância age a partir da instituição, coordenando o processo de ensino com educandos, localizados remotamente e refere-se a centros de apoio presencial descentralizados. Sua principal contribuição com esse profissional é esclarecer dúvidas a partir do projeto de ensino por meio de fóruns de discussão na Internet, ligações telefônicas e videoconferências. Os tutores a distância também são responsáveis por promover o espaço de construção coletiva do conhecimento, selecionando materiais de apoio e suporte teórico para os conteúdos, participando do processo de avaliação do ensino com os educadores. Nesse conceito, fica explícita a distinção entre professor e tutor.

Enquanto a tutoria presencial oferece serviços aos educandos do centro em um horário pré-determinado. O profissional deve compreender o conteúdo específico da disciplina didática, materiais didáticos e conteúdo do curso para auxiliar os educandos na realização de atividades individuais e em grupo, promovendo hábitos de pesquisa e esclarecendo dúvidas sobre temas específicos, assim, os tutores presenciais devem manter uma comunicação de longo prazo com os educandos e a equipe docente do curso, para que os cursos à distância alcancem a qualidade desejada.

Junqueira (2016) e Villela (2018), relatam que essa ação pode alcançar o cuidado grupal e pessoal, facilitando a formação de grupos para praticar atividades colaborativas e permitir a cooperação. Nas aulas presenciais, além da presença do tutor, o espaço precisa ser organizado adequadamente para conferências: salas de aula, salas de estudo com acesso à internet, computadores, televisores, materiais didáticos impressos e manuais.

Enquanto na tutoria a distância o desenvolvimento de um projeto de educação a distância, deve garantir um fluxo de comunicação interativo e bidirecional como uma ação consciente e conjunta que possibilita aos educandos a construção de um projeto profissional político e inovador, assim a ação da tutoria sob essa ótica, é proporcionar um ambiente de aprendizagem personalizado para que os educandos a distância atendam às suas necessidades educacionais. Reafirmando a importância dele como autor de seu plano de ensino no processo educacional a distância.

Segundo Belloni (2015), o papel do mentor está diretamente relacionado à inovação tecnológica, às necessidades sociais recentes e às novas exigências dos alunos com maior autonomia. Essa profissão precisa desempenhar várias funções, mas para algumas dessas funções, o professor não tem senso ou preparação.

FUNÇÃO DOS TUTORES

Nas instituições EaD, o sistema EaD de ensino pode aplicar a função de tutor presencial, e tutor a distância. O tutor presencial que é um tutor localizado no pólo próximo dos educandos em que a instituição oferece o curso. A tutoria remota pode ser realizada no mesmo horário, não há regras fixas para o uso da tutoria, é definido conforme a estratégia do curso. Assim podemos citar algumas funções específicas de tutoria presencial e tutoria EaD, segundo o livro de Mello et al. (s/data), apresentada na tabela abaixo:

Tabela 1. Principais funções dos tutores. Fonte: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=68836&chapterid=11420>

FUNÇÕES ESPECÍFICAS TUTORES PRESENCIAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS TUTORES A DISTÂNCIA
Estar no centro de apoio presencial para coordenar pessoalmente o processo de ensino com os alunos	Agir a partir da instituição, coordenando o processo de ensino com educandos remotos.
✚ Apoiar nas atividades presenciais do centro, apoiar a coordenação de cursos e equipes pedagógicas (educadores e tutores remotos).	✚ Esclarecer dúvidas - por meio de fóruns de discussão no ambiente virtual de ensino, telefone, e-mail, WhatsApp disponibilizados pela instituição.
✚ Dê as boas-vindas e responder às perguntas dos educandos do centro em um horário pré-determinado (seja uma questão administrativa, uma questão de conteúdo ou uma questão relacionada ao uso de tecnologia).	✚ Garantir visitas regulares ao ambiente virtual de ensino e responder às solicitações dos educandos em no máximo 24 horas.
✚ Facilitar a edificação coletiva de conhecimento entre os educandos nos polos de apoio presencial.	✚ Agenciar um espaço de constituição coletiva do conhecimento entre os educandos por meio de um ambiente virtual de ensino.
✚ Compartilhar momentos obrigatórios presenciais, como avaliação de candidaturas, realização de cursos práticos em laboratório, supervisão de estágios, publicação de papers e concretização de seminários, etc.	✚ Selecione os materiais de apoio e suporte teórico para o conteúdo. ✚ Informar o processo de avaliação do ensino com o professor.
✚ Cultivar hábitos de pesquisa e acompanhar pessoalmente os educandos durante o treinamento.	✚ Facilitar a pesquisa e acompanhar os educandos durante o treinamento, incluindo o uso de tecnologias avançadas nos ambientes virtuais interativos e multimídia disponíveis.

Nesse sentido, os tutores costumam fazer mediações mais complexas e extensas com base no plano de curso da EAD e/ou nas regulamentações dos documentos oficiais.

Para Mattar (2012), os requisitos para os tutores são enormes, isso inclui a necessidade de ser capaz de desempenhar várias funções e papéis diferentes, nesse sentido acabam sendo sobrecarregados

de tantas funções e baixa renumeração e desvalorização do profissional que desenvolve a mesma função de um professor de sala normal.

Segundo Tonini (2017), citado por Vilela (2018), destaca questões importantes inerentes ao papel dos tutores, como relações de trabalho frágeis, baixos salários e negação do ensino. O tutor é um profissional que trabalha com as TICs sendo necessário a formação específica na área de sua atuação, precisam ser reconhecido pelas instituições de ensino, pois, sem eles o curso não funciona, devem ser valorizado e reconhecido esses profissionais ganham pouco e trabalham muito, auxiliando os educando no seu crescimento educacional e profissional, enriquecendo nosso país com conhecimento e profissionais qualificados, dessa forma, os tutores devem ter melhores salários, mesmo que não havendo vínculo empregatício, o tutor contribui para o crescimento financeiro das instituições educacionais.

Dessa forma Moran (2014), citado por Vilela (2018) complementa, que em cursos com grande número de educandos, o tempo e o metodologia de tutores qualificados costuma ser reduzidos, assim sendo, este tutor é frequentemente referido como tutor geral tutorando todas as disciplinas, com baixa remuneração e excesso de função a desenvolver. Isto porque não existe Lei regulamentando a remuneração do professor de EAD ou do tutor no Brasil.

Segundo Saraiva (2010), citado por Vilela (2018) cogitam, que a responsabilidade do profissional não é mais focar apenas no conteúdo, mas sim controlar o desempenho do educando. As baixas taxas de participação e desistência são geralmente atribuídas aos seus esforços. Os autores destacaram que o controle dos tutores é muito mais rígido do que o dos educandos, levando a um aumento significativo da carga horária, com obrigações virtuais intermináveis. A continuidade do trabalho desses profissionais é fundamental, para que possam desempenhar um bom papel e acumular experiência, assim tornarem cada vez mais competentes em seu ramo de atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos cursos EAD, os tutores deveriam serem mais bem remunerados, pois suas funções vão além do pedagógico, do atendimento dos educandos e da coordenação. Assim, o papel dos tutores amadureceu, passaram de simples transmissor de informações, mediador de atividade, a comunicador, interlocutor, consultor, dessa forma, todas as formas de atendimento, coletivas, individuais, presenciais e remotas, estão sendo fortalecidas e revitalizadas diariamente. Além das questões metodológicas e de ferramentas adequadas, o fator humano ainda é imprescindível como facilitador desse processo.

O acesso à informação e a novas formas de expressão podem contribuir para a conscientização de que as pessoas podem e devem contribuir para o acúmulo de conhecimentos e a resolução de diversos problemas. Essa consciência crescente é uma parte importante do que chamamos de autonomia do educando. Neste caso, a mediação não é direcionar o caminho, mas sim proporcionar motivação e reflexão, o que ajudará o educando a encontrar respostas ao nível individual e ao nível coletivo.

Devido esse tema ser muito amplo e de grande importância no âmbito escolar com caráter inovador e que propõe grande desafio para os educadores colocarem e prática dentro do contexto escolar, podemos continuar o estudo num futuro bem próximo com outras pesquisas podem ser abordadas com críticas mais aprofundada, proporcionando aos pesquisadores maiores informações e conhecimentos, sempre em busca de qualificação para melhorar a compreensão das relações subjetivas no processo de ensino a distância (EAD).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO


- Azevedo, J. C. de A. (2012). Os primórdios da EAD no ensino superior brasileiro. In: Litto, F. M.; Formiga, M. (orgs). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, v. 2, p. 2-5.
- Belloni, M. L. (2015), Educação a distância. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Brasil (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em 02 julho de 2021.
- Brasil (2007). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer sobre diretrizes para elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para oferta de cursos superiores na modalidade à distância CES-Par. 195/2007, aprovado em 13 set. 2007. Brasília. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces195_07.pdf acesso dia 22 de junho de 2021.
- Brasil (2007). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer sobre instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para oferta de cursos superiores na modalidade à distância CES-Par. 197/2007, aprovado em 13 set. 2007. Brasília. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07.pdf acesso dia 22 de junho de 2021.
- Brasil (2007). Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, Brasília. Disponível em http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf Acesso dia 24/06/2021.
- Brasil (2017). Decreto n.9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057 Acesso em 21/6/2021.
- CNE/CESN (2015). Pareceres CNE/CESN N° 564/2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=31361-parecer-cne-ces-564-15-pdf&category_slug=dezembro-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso dia 16 de julho de 2021.

- Emerenciano, M. S. J.; Souza, C. A.; Freitas, L. G. de. (2001). Ser presença como educador, professor e tutor. Col@bora - Revista Digital da CVA-RICESU, v.1, n. 1, ago. Disponível em: <http://www.ricesu.com.br/colabora/n1/index1.htm> Acesso em: 12 de julho de 2021.
- Mattar, J. (2012). Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning. Acesso dia 07 de julho de 2021.
- MEC (2017). Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm acesso em: 30 de junho 2021.
- Mello, C. A.; Bleicher, S.; Schuelter, G. (s/data). O papel do tutor na EaD e atuação no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Disponível em <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=68836&chapterid=11425>. Acesso em 03 de julho de 2021.
- Moran, J. M. (2014). Os modelos educacionais na aprendizagem on-line. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/modelos.htm> acesso em: 14 de julho de 2021.
- Rodrigues, C. A. F.; Schmidt, L. M.; Marinho, H. B. (2011). Tutoria em Educação a Distância. UEPG / NUTEAD. Disponível em <https://ead.uepg.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Tutoria.pdf> acesso dia 10 de julho de 2021.
- Santos, A. O.; Oliveira, G. S. de; Junqueira, A. M. R. (2016). A tutoria em educação a distância: um estudo de caso sobre a função dos tutores a distância. Cadernos da Fucamp, v.15, n. 24, p.19-38, 2016. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/734/641> Acesso em: 30 de junho de 2021.
- Saraiva, K. (2010), Educação a distância: outros tempos, outros espaços. Ponta Grossa: Editora UEPG.
- Silva, F. F. da; Silva, E. de S. & Larré, J. (2022) A importância de práticas pedagógicas inovadoras na formação docente para atual EaD. ANAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA REGIÃO CENTO-OESTE (SEAD-CO). disponível em <https://sol.sbc.org.br/index.php/seadco/article/view/20387/20215>. Acesso 26/05/2022.
- Tonini, J. M. (2017). As percepções de tutores de uma universidade federal a respeito de sua prática. Revista Saberes Universitários, v. 2, n. 1, p. 21-37.
- Villela, A. P. (2018). O papel do tutor na educação a distância universidade do vale do Sapucaí, mestrado em educação. Pouso alegre – MG. <http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/108.pdf> acesso dia 12 de julho de 2021.

Política pública na educação: Atores Privados x Poder Público

Recebido em: 13/07/2022

Aceito em: 20/07/2022

 10.46420/9786581460563cap2

Eliane Gatto^{1*}

INTRODUÇÃO

O Estado é uma entidade política com autonomia, permanentemente fundada em seu próprio território, legalmente organizada, com um governo que, em última análise, decide, e que busca a plena realização do bem de indivíduos, grupos sociais e entidades em geral que estão imersos nele. Assim, o Estado tem a obrigação de atender às necessidades da população e para isso possui recursos que devem ser alocados corretamente, utilizando, por exemplo, a Administração Pública, que se identifica com o poder executivo, no âmbito constitucional do princípio da divisão dos poderes.

Um grande problema econômico se traduz em decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir. Para isso existem dois atores básicos: o Estado e os agentes econômicos, ou seja, indivíduos e organizações empresariais. Estes mantêm uma relação estreita, de dependência, pois o crescimento de um (agente) permite o crescimento do Estado, tanto constituindo-se em geradores de riqueza através do empreendedorismo, da empresa e com ela emprego.

Cabe ao Estado implementar os meios para chegar a esse fim, por meio de uma administração pública eficiente, que aloca recursos escassos para atender às exigências institucionais e populacionais que atinjam a sustentabilidade. A falta de ação da Administração Pública não se limita apenas à entrega de recursos ou questões orçamentárias, uma vez que se pode pensar que há problemas de localização e eficiência na atribuição de serviços sociais a grupos marginalizados e vulneráveis no país e na cidade. Do lado oposto está a iniciativa privada, cujo principal motor é oferecer um bem ou serviço em troca de lucros que garantam rentabilidade, sustentabilidade, reinvestimento.

Diante do exposto, pergunta-se: quais críticas podem ser feitas ao sistema capitalista diante da formação de suas políticas educacionais? Diante do exposto, busca-se investigar a evolução do sistema capitalista, o papel do Estado e seu nível de intervenção para atender as necessidades sociais de sua população, com o desenvolvimento de políticas educacionais que erradique a fome, a pobreza e outras demandas necessárias para que o cidadão exerça sua cidadania.

¹ Instituição: Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

* Autora correspondente: gattoeliane@hotmail.com

Para responder ao problema dessa pesquisa optou-se por uma revisão de literatura integrativa com recorte teórico em obras clássicas, tais como, Octavio Ianni (1988), Atilio Boron (2009), Josué de Castro(2001) entre outros e estudos de políticas educacionais publicados no Brasil e disponíveis na plataforma SCIELO que foram pesquisadas através do emprego dos descritores capitalismo, políticas educacionais e Voucher educacional.

O artigo está estruturado em três seções, além dessa introdução. Em seguida é apresentada a revisão de literatura que apresenta o tema do capitalismo e das políticas educacionais atreladas a educação infantil. Posteriormente, é apresentada uma discussão com viés crítico de acordo com as publicações selecionadas; e, por fim, as considerações finais sugerem novos estudos para contribuir com a discussão sobre a temática.

REVISÃO DE LITERATURA

As origens do capitalismo

Ao longo da história, a forma como o ser humano satisfaz suas necessidades passou por várias formas de produção, que são conhecidas como "Modos de Produção" (Alves, 2013). Assim, após seu início no primitivismo, escravidão, feudalismo, atinge dois modos que ainda são mantidos: o capitalismo e o socialismo (Agune, 1978). A diferença básica é a propriedade sobre os meios de produção; ou seja, quem é o dono.

Com a tecnificação vem a fabricação e com ela a produção em larga escala que marca o início do capitalismo. Em seguida, há a contratação de trabalhadores que realizam um trabalho com instrumentos semelhantes aos seus em troca de um salário. O processo de produção é responsável por um trabalhador, que anos depois seria analisado por Adam Smith, que vê na especialização os meios para aumentar a produtividade (Cerqueira, 2019).

Dessa forma, as funções são divididas e cada trabalhador tem uma tarefa específica no processo produtivo, sendo esta conhecida como divisão técnica do trabalho. A produção depende do desempenho dos trabalhadores e, em certa medida, o capitalista depende deles. No desejo de obter maiores lucros, é industrializada e, dessa forma, a produção aumenta significativamente. O trabalhador é substituído pelas máquinas, de propriedade do capitalista, que tem total controle do processo produtivo onde o trabalhador participa apenas de uma parte dele, recebendo ao investidor capitalista o produto total com um alto valor excedente (Bertucci, 2010).

Marx apud (Machado, 2019) analisou o valor excedente como resultado da "exploração do homem pelo homem", produto do pequeno salário que o trabalhador recebe, o suficiente para poder sobreviver. Enquanto Adam Smith apud (Cerqueira, 2019), no século XVIII, proclamou o livre mercado e a não intervenção do Estado, Karl Marx argumentou que o Estado deveria estar no controle,

promovendo a luta de classes, onde no final os trabalhadores prevaleceriam, quem assumiria o comando de sua liderança e, portanto, o capitalismo deixaria de existir.

Um alto estágio do socialismo leva ao comunismo, mas sabe-se que o socialismo e o comunismo foram adotados por poucos países e tiveram uma duração efêmera. Portanto, a previsão de Karl Marx não foi dada, uma vez que o sistema que perdura na maior parte do mundo é o capitalista (Correia, 2015). Atualmente, um sistema de livre mercado é imposto, como um gerador de riqueza e bem-estar dos povos.

Percebe-se, assim que diferentes sistemas econômicos não conseguiram erradicar a pobreza, que é o ideal dos governos para que a população tenha uma vida digna (Galeano, 2010). Tanto no capitalismo quanto no socialismo há insatisfação com as necessidades da população. Essas duas formas fundamentalmente diferentes de organizar uma economia têm, por um lado, como ator o Estado, com um governo que toma a maior parte das decisões econômicas (Ávila, 2008).

No outro extremo, as decisões são tomadas nos mercados, onde pessoas físicas ou jurídicas voluntariamente concordam em trocar bens e serviços, quase sempre pagando dinheiro. Em um polo, há países que defendem o livre mercado e o neoliberalismo para o bem-estar que ele implica, girando sua política econômica em torno dele (Ganem, 2012; Oliveira; Barbosa, 2017). Por outro lado, há países que aplicam princípios de modelos socialistas onde o estatismo está aumentando (Alves, 2013).

Na economia de livre mercado há propriedade privada sobre os meios de produção e diversidade de mão-de-obra, que depende de um mercado para a troca de bens e serviços (Hirano, 2001). Nessa linha, Octávio Ianni (1988) faz sérias críticas ao capitalismo como um sistema de exploração que tende ao fracasso; no entanto, até hoje o sistema persiste e toma conta, ao contrário do socialismo que tem o mínimo de destaque mundial. Só o capitalismo leva à exploração, ao aumento das desigualdades e ao desequilíbrio, ao aumento da pobreza (Ianni, 1988).

No capitalismo, as lacunas continuam a surgir entre ricos e pobres; aqueles que têm maiores oportunidades são enriquecidos; enquanto os desprivilegiados permanecem na pobreza (Hirano, 2001). Em Santa Catarina, as iniquidades são bastante marcantes (Boron, 2009). Pode-se dizer então que o socialismo é o sistema que proporciona as maiores oportunidades a todos igualmente (Galeano, 2010).

O controle estatal limita o livre mercado e com ele o potencial inato no homem para se destacar e a oportunidade que eles podem ter de empreender. É uma oportunidade de gerar uma atividade econômica que represente uma fonte de subsistência e que requer apoio do governo para poder se sustentar (Frey, 2000). Com esse pano de fundo, vale a pena perguntar: o capitalismo, com o papel predominante do Estado nas decisões econômicas, conseguiu melhorar as condições de vida da população?

Sabendo que as políticas educacionais, com viés social, visam garantir o bem-estar da sociedade, a importância dessa pesquisa reside em ver o resultado macroeconômico em países da região, com semelhanças em termos de costumes, produtos, exportações, mas com diferentes níveis de intervenção do Estado.

Souza (2006) aponta a importância da ação social a partir de seu significado na interação social dos atores, que constroem o significado das relações que se estabelecem entre eles através das demandas em relação à política estadual ou governamental, razão pela qual os movimentos sociais exigem objetivos comuns, solidariedade social e ação coletiva.

A revisão da literatura de Souza (2006) mostra que América Latina há duas tendências na forma de conduzir a economia e que andam lado a lado com a política: o livre mercado, aplicado na maioria dos países e um de planejamento como no caso de Cuba. No entanto, esse livre mercado tem uma variante: até recentemente, países como Argentina, Equador, Bolívia, Venezuela, recentemente identificado como "Socialismo XXI Século", ampliaram o tamanho do Estado, deram uma volta à sua política econômica, distanciando-se do capitalismo, do imperialismo e das políticas neoliberais (Lage, 2019).

A América Latina é uma das regiões mais injustas do planeta, a riqueza está concentrada em poucas mãos, sendo essa uma das causas que contribui para a geração de pobreza (Boron, 2009). O capitalismo social nessas nações olha para a humanização do sistema, para o empreendedor não ser um predador da natureza, na atividade privada sendo desenvolvida com respeito à comunidade em geral (Galeano, 2010).

O exercício da cidadania é uma constante forma de manter ou trazer a efetivação desses direitos à sociedade (Fleury, 2018). Ao Estado, não basta formular textos legais garantindo esses direitos. Leis promulgadas no mundo jurídico, não se afirmam e se efetivam sem uma atuação determinante para isso. Sabe-se, sem generalizações, sobre a nítida dissociação existente entre a plasticidade formal da ordem jurídica brasileira e o modo como ela se projeta na realidade (Paiva; Ouriques, 2006).

As razões que podem justificar o fato de ordem jurídica e cidadania serem parcialmente efetivas podem estar associadas ao: (a) indivíduo, (b) Poder Público e (c) à norma, – sem nenhum grau de quantidade de responsabilização vinculada a essa ordem. É oportuno ressaltar que cada um desses fatores é permeável à realidade circundante, que pode se mostrar favorável, ou não, ao pleno desenvolvimento da cidadania (Correia, 2015; Fleury, 2018; Salvador, 2010).

Políticas educacionais

A “Educação”, do ponto de vista jurídico, conceitua-se como um direito superior e essencial à convivência humana, o que leva a necessidade do desenvolvimento da formação humanizada que aborde elementos dos direitos humanos, da cidadania, da empatia e demais valores sociais e humanos. Essa “educação” ou “formação de nível superior trata-se, pois, de um direito venerável de todo ser humano, por ser causa e condição do desenvolvimento pleno das capacidades física, intelectual e moral do homem. Daí a obrigação de ser respeitada por todos, pois é nessa obrigação que reside o próprio fundamento jurídico e moral da Educação. É possível considerar a Educação como um “supra direito”

(ou sobre direito), pois, por meio dela, há de se garantir a concretização daquelas ações moralmente necessárias à realização da Cidadania.

Aprender para viver com os outros homens com quem o mundo é compartilhado. Aprender para apropriar-se do mundo, de uma parte desse mundo, e para participar da construção de um mundo pré-existente. Aprender em uma história que é, ao mesmo tempo, profundamente minha, no que tem de única, mas que me escapa por toda a parte. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, onde se diz quem eu sou, quem é o mundo, quem são os outros (Charlot, 2000).

É, por meio do Direito à Educação, que os demais direitos serão reconhecidos e concretizados. Em verdade, a Educação é um direito que decorre do direito da personalidade e do princípio da dignidade humana. É um direito humano e fundamental, assim previsto art. 205 da Constituição Federal: um direito de todos, e um dever do Estado (Duarte, 2007).

A educação trata-se, pois, de um direito humano (de segunda geração ou dimensão), fundamental e social, de ordem pública e de interesse geral, felizmente, consagrado num conjunto de normas e dispositivos, que, fazem parte dos ordenamentos jurídicos internacional e nacional: um direito humano que, como dissemos, condiciona a edificação da consciência e a concretização da dignidade, da ordem e da justiça social (Soledade; Anjos, 2017).

Todavia, o Direito à Educação pode ser dito de premissa e condição dos demais direitos e garantias fundamentais consagrados no artigo 5º da Constituição Federal, dispositivo onde se prescrevem: a liberdade de pensamento e consciência, e o acesso à informação etc. Vê-se, ainda, a Educação como um direito social, também, previsto no artigo 6º da própria Constituição Federal, prescrição que autoriza a exigir do Estado prestações positivas e materiais para a garantia de cumprimento desse direito (Ranieri; Alves, 2018).

A educação do ser humano desenvolve-se inicialmente no seio da família, que propicia os primeiros contatos com o meio social e determina, além das primeiras regras de convivência a serem seguidas, como deve ser o processo educacional do seu mais novo integrante. Desta feita, Estado e família são os principais ícones da moderna educação. Seguindo nessa esteira, a educação, assim como muitos outros fatos do mundo da vida, é uma construção do homem, com o homem e para o homem.

Do homem, porque é característico do ser humano – no seu eterno desenvolvimento/mutação – buscar novos saberes; com o homem, porque esse encontra-se atrelado ao meio social no qual o conhecimento é produzido. Através de uma verificação promissora, Foucault (Toscano, 2010), um dos principais teóricos aqui utilizado, pôde perceber em instituições tais como presídios, escolas e casas de repouso, atos de segurança na Idade Moderna alguns ensinamentos homem ou sujeito, permitindo com que haja uma conexão capaz de ser levado a possíveis alterações.

Segundo sua teoria (Foucault, 2014), o corpo está apto a ser controlado a ponto de que o homem possa ser visto de forma plena perante a sociedade, cumprindo as regras registradas pelo Poder. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um

tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas.

Assim, é possível compreender a eficácia e os bons resultados do trabalho do sujeito, conseguindo até mesmo uma notoriedade de um aumento populacional, objetivando o homem com um ser responsável por seus atos, desde que não fique pendente as questões obrigadas pelo Estado.

[...] nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e inversamente (Foucault, 2014).

Foucault, defende que nas instituições escolares, a matéria é construída, por causa da doação das pessoas, usando esse local, para que se formem cidadãos ainda mais entregues. Essa matéria, já faz parte dos tempos medievais, sendo, portanto, muito conhecida. Desde o século XVIII, ela vem progredindo, para hospitais, exércitos e finalmente no século XIX, para as indústrias (Prata, 2005).

A Educação há de ser um veículo que permita a concretização da dignidade dos indivíduos salvaguardando a humanização, em última instância, da concretização da democracia, da inclusão social e da Cidadania. A Cidadania, ensina Dallari,

expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (Dallari, 1995).

Vê-se, assim, a Educação como um instrumento decisivo para desenvolvimento da Cidadania, por meio da qual também se justifica a democracia. Contudo, o acesso à Educação há de ser garantido pelo Estado por ser um direito de todos e para todos. Ela “efetiva-se como mediação para a construção dessa condição de cidadania e de democracia, contribuindo para a integração dos homens no triplice universo do trabalho, da simbolização subjetiva e das relações políticas “ (Serrano, 2018)

Por meio da Educação se perfaz o caminho para a conscientização do ser humano, pois, por meio dela a sociedade será capaz de desenvolver um espírito crítico do cidadão, minimizando-se, assim, a ignorância e a “cegueira social”. Resta-nos ainda cuidar da correlação entre Educação e liberdade que passarei agora a examinar. Não há liberdade sem Educação.

Ambos, Educação e liberdade são direitos e não prerrogativas que acompanham o homem pela sua natureza de homem. liberdade é um direito porque o homem tem o dever de desenvolver sua atividade tão plenamente quanto possível, uma vez que a sua atividade individual é fator essencial da solidariedade (Durkheim, 2014).

Logo, o homem não será livre sem uma Educação que lhe permita desempenhar livremente seu papel social. É, nesse sentido que a Educação deve ser compreendida: como um direito resultante e necessário à evolução e à integração social do ser humano. A Educação que não prepara o ser humano condiciona a não cidadania, é movida pelo egoísmo, a falta de responsabilidade do Estado, a falta de cooperação entre a escola, a família e a comunidade (Goldemberg, 1993).

Daí a necessidade de ações combinada, a saber: a) um novo modelo com uma nova metodologia; b) projetos e programas que objetivem a implementação desse modelo e; c) instituições que apoiem e promovam esse novo modelo. Falamos, assim, do direito a uma Educação que é condição da Cidadania e, também da Liberdade. A cidadania que pressupõe direitos e obrigações cidadãs. Nesse sentido considera-se que a cidadania:

credencia o cidadão a atuar na vida efetiva do Estado como partícipe da sociedade política. O cidadão passa a ser pessoa integrada na vida estatal. A cidadania transforma o indivíduo em elemento integrante do Estado, na medida em que o legitima como sujeito político, reconhecendo o exercício de direitos em face do Estado. É de extrema relevância o aperfeiçoamento dos meios e instrumentos visando ao justo e profícuo relacionamento entre Estado e cidadão. A pessoa natural se relaciona com a sociedade política, que chamamos de Estado. Cidadania, por isso, pode ser definida como estatuto que rege, de um lado, o respeito e a obediência que o cidadão deve ao Estado e, de outro lado, a proteção e os serviços que o Estado deve dispensar, pelos seus meios possíveis, ao cidadão (Júnior, 2018).

Assim, ser cidadão é ter Liberdades com responsabilidade e a possibilidade de participar da administração da coisa pública: ter direito a participar dos processos de produção, distribuição, intercambio e consumo. Todavia, a Cidadania implica Democracia e Liberdade. Eis que,

O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, à corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessadas em formas diretas ou indiretas de participação. No Estado Democrático os direitos humanos são reconhecidos a todos. O cidadão é aquele que participa da dinâmica estatal, sendo que atua para conquistar, preservar ou proteger seus direitos. A cidadania é esse efetivo exercício político. A cidadania é o ápice dos direitos fundamentais quando o ser humano se transforma em ser político no sentido amplo do termo, participando ativamente da sociedade em que está inserido. A cidadania é o ápice das possibilidades do agir individual, ou seja, liberdade (Júnior, 2018).

Em verdade, o ensino superior, nos moldes apresentado por Foucault é condição da Cidadania, da Democracia, da Liberdade e de outros tantos valores, a saber, paz, respeito, desenvolvimento etc., que propiciam o bem-estar social, separando o que é bem individual do que é bem coletivo. Dizemos então que, se o bem-estar compreende tudo que é desejável por um indivíduo, a segurança, a não violência, o desenvolvimento, a convivência, a vida etc. são questões também desejáveis pela sociedade. Conclui-se, assim, que o bem-estar social é um “bem comum”, o bem almejado pela sociedade em geral, expresso sob a forma de satisfação das necessidades comunitárias.

Um conjunto de formas, pelas quais se operacionaliza a privatização da oferta educacional, associa-se às políticas de “escolha parental”. Tais políticas e ações contam, em geral, com subsídio público e são viabilizadas por meio da concessão de bolsas de estudo ou de vouchers; da introdução de mecanismos de mobilidade estudantil, financiada pelo poder público que permitam a frequência gratuita de estudantes a escolas privadas ou de gestão privada escolhidas pelas famílias, à semelhança das charter schools norte-americanas e, por fim, pela introdução da educação domiciliar (homeschooling), mecanismo que rompe com o princípio da educação escolar obrigatória.

O voucher, cheque-escola ou cheque-ensino é uma modalidade de bolsa de estudos custeada integralmente ou em parte pelo Estado para que as famílias “escolham” entre escolas privadas, aquela na

qual matricularão seus filhos. O caso reportado na literatura como mais emblemático é o modelo chileno, ainda que nele coexistam escolas oficiais (públicas) e privadas, estas são em grande parte subvencionadas pelo Estado por meio do pagamento de bolsas/vouchers. No Brasil, os vários programas de bolsas de estudos para educação infantil, o Ensino Fundamental e Médio, previstos na LDB como paliativos na ausência da oferta pública, não se associam à escolha parental, mas a medidas de subsídio à oferta privada decorrente da omissão do Estado.

Santos e Moreira (2018) buscando a relação entre público e privado no ensino básico constatou que há duas principais frentes políticas enquadradas como tentativas para a superação da crise estrutural do capital que o Brasil enfrentou: o neoliberalismo e o Terceiro Setor. As iniciativas do Terceiro Setor revelam ambições e as visões mercadológicas das empresas que atuam no sistema de ensino público moldadas a atritos econômicos, convertendo bens públicos e privados, que acabam promovendo a educação como uma área de negócios, impondo valores competitivos.

A cultura de participação é entendida como um processo social no qual os indivíduos se engajam, cooperam, tomam decisões, adquirem um compromisso e responsabilidade e desenvolvem uma identidade e consciência coletiva compartilhando valores, símbolos e costumes em um determinado contexto histórico. Isso permite que ele se manifeste com um propósito, delimitando ou transcendendo o espaço de participação política baseado em práticas e experiências participativas (Santos; Moreira, 2018).

O governo liberal trata os indivíduos como seres movidos por desejos individuais que a somatória repercute em toda a população. Para fazer isso, campos inteiros de estatísticas, tais como, demografia, economia política e auditoria são desenvolvidas, que indicam o que resultados estão sendo alcançados, com um nível de precisão que é distintamente governamental (Santos; Moreira, 2018).

Para Peroni (2018) a relação entre o público e privado não se refere apenas à questão de propriedade, já que Estado e sociedade civil são perpassados por correlações de forças de classes sociais e projetos societários distintos. Este é um conjunto de processos descentralizado e heterogêneo, que implanta várias formas de conhecimento para melhorar a sociedade de várias maneiras. Trata a sociedade como um objeto natural, passível de suas próprias leis internas, que são responsáveis pelo crescimento, saúde e prosperidade das populações como um todo.

Essa separação estrita entre o poder de decidir sobre a vida (soberania) e o poder de produzir e otimizar-lo (governo) pode apresentar uma imagem indevidamente benigna da existência real governo liberal. Corre o risco de obscurecer até que ponto as sociedades liberais foram governadas com combinações de força e cálculo, direito e economia. Potencialmente obscurece a extensão em que a perícia biopolítica cruzou quase perfeitamente entre sistemas políticos liberais e totalitários, onde é implantado pelo ditame executivo (Peroni, 2018; Pires, 2020).

No processo de privatização para a execução da proposta, são exemplos a expansão da oferta de educação infantil via terceiro setor a partir de convênios do poder público com creches comunitárias ou

filantrópicas. A consolidação da concepção de educação infantil presente nos dispositivos legais vigentes encontra-se ameaçada, pois a redução de investimentos em educação pode levar a flexibilizações e retrocessos em termos de parâmetros de qualidade, bem como do conteúdo curricular, fragilizando conquistas recentes no âmbito da democratização da educação, mesmo que alguma ampliação da oferta de vagas se efetive (Flores; Peroni, 2018).

O Estado Nação atual passou por um agregado de conceitos que o mantiveram constantemente em transformação e adaptação (Galeano, 2010). O Estado, que já passou pela fase mínima e pela fase máxima de intervenção, hoje depara-se com o questionamento interno – relativo à forma e modo de gestão – e externo – advindo da sociedade – motivado pela conduta que deve o Estado ter e como gestor e principalmente garantidor (Ávila, 2008). A reforma do Estado é o tema que busca, além de expor as necessidades desta, indicar as dificuldades de se promover, em não havendo uma reforma administrativa.

O Estado, como já visto, não pode se furtar da sua figura de garantir/prover direitos consagrados, mas também não pode se manter burocrático, inacessível, afastado indiferente às questões sociais (Correia, 2015). A gestão do Estado deve ser o instrumento para a satisfação social e não o sistema que move a Administração. As políticas educacionais, devem ser políticas de Estado e não de governo, fazendo com que o Estado promova o desenvolvimento humano e social por um período que não se conecta com o de determinado governo (Castro, 2001; Lage, 2019).

A discussão sobre a função do Estado na área educacional faz parte de uma polêmica tentativa de ampliar, cada vez mais a função global do Estado (Castro, 2001). Este esteve situado, por algumas décadas, na ideia de que era possível pensar-se num Estado que planificasse integralmente o desenvolvimento em todos seus aspectos e que, através de sua máquina, implementasse os planejamentos, que trabalhasse centralizadamente para levar a cabo esta operação, e que assumisse todo tipo de funções executivas (Lage, 2019).

Na prática, esta visão mostrou graves dificuldades em sua própria concepção, subestimando ou marginalizando a sociedade civil em suas múltiplas expressões, e na implementação efetiva, cuja máquina revelou sérias ineficiências, além do caráter centralizado da gestão que se demonstrou um fator crucial de rigidez e muito distante das exigências da realidade (Castro, 2001). O pêndulo girou na direção oposta, para aquela que postulava a necessidade de um Estado mínimo. Afirmava-se que suas funções deveriam ser totalmente mínimas e que se deveria deixar o desenvolvimento entregue ao mercado e à ‘mão invisível’ (Sousa, 2018).

O Estado foi sentido como um estorvo para a dinâmica a ser impulsionada. Enfatizou-se a existência de uma antinomia entre Estado e mercado. Finalizou-se um ativo processo de “demolição” do Estado nos países em desenvolvimento. Os esforços se concentraram, durante um longo período, na questão do tamanho, fazendo-se continuados e, muitas vezes, pouco seletivos cortes destinados a reduzi-lo. Foram suprimidas muitas de suas funções (Ianni, 1988).

Tratou-se, em muitas ocasiões, de privatizar e eliminar funções, no mais curto prazo, mesmo com a consciência de que as operações respectivas podiam ter sido efetuadas de um modo mais eficiente para o país e de que as supostas capacidades reguladoras públicas, necessárias para a etapa subsequente, eram muito fracas ou quase inexistentes (Lage, 2019).

Também este enfoque apresenta de forma implícita uma subestimação das capacidades produtivas e da aproximação a outras expressões da sociedade civil, que não fossem nem o Estado e nem o mercado como a amplíssima gama de estruturas criadas pela comunidade para cumprir funções essenciais para ela (Boron, 2009). A rediscussão conceitual de todo o tema que hoje se promove está baseada no choque dos modelos teóricos com a realidade. Assim, afirma-se que constitui uma “armadilha” reduzir a questão à discussão sobre o tamanho do Estado, e acreditar que sua redução propiciará, automaticamente, as soluções (Afonso, 1999).

A realidade, por sua vez, reafirma que no novo mundo globalizado, onde se produziu uma “explosão de complexidade”, ao se multiplicarem as inter-relações e se produzirem mudanças profundas na geopolítica, geoeconomia e tecnologia, em brevíssimo espaço de tempo, existe a necessidade de que o Estado leve a cabo funções que não faziam parte de nenhum de seus papéis, até agora, na História (Ianni, 1988).

No mundo em desenvolvimento, a possibilidade de se promover e fortalecer integrações sub-regionais e regionais, que podem ser de tanta relevância diante da globalização, está gerando uma forte corrente de demandas para funções catalisadoras e facilitadoras, as quais um Estado eficiente poderia desempenhar neste campo crucial (Reis, 2003).

Junto com as demandas que emergem da globalização e da complexidade, existem outras que têm a ver com o desenvolvimento das capacidades reguladoras do Estado (Salvador, 2010). A regulação surge como uma exigência de eficiência econômica e uma percebida inquietude social, diante dos custos enormes que a sociedade toda poderá pagar, se forem entregues a uma certa “mão invisível” alguns de seus aspectos críticos. Existem, também, demandas feitas ao Estado, que têm a ver com a iniquidade e seus custos.

O mercado não facilita uma distribuição da renda que seja socialmente aceitável. A intervenção do Estado, portanto, é legítima, quando se trata de equilibrar a distribuição da renda produzida pelo mercado (Castro, 2001). Diante dos extremos – Estado mínimo ou máximo – levanta-se, atualmente, uma concepção diferente que mostra, a partir da evidência histórica recente, que as sociedades que conseguiram avanços mais consistentes nas últimas décadas caracterizaram-se por superar a falsa antinomia Estado versus mercado (Salvador, 2010). Em seu lugar, procuraram desenvolver um esquema de cooperação entre os principais atores sociais, e integraram ativamente neste esquema as importantes forças latentes na sociedade civil, que ambos os polos tendiam a marginalizar.

Nestes esquemas identifica-se que, entre Estado e mercado, existe uma ampla gama de organizações, que inclui, entre outras, os “espaços de interesse público”, entidades que cumprem fins de

utilidade coletiva, mas que não fazem parte do Estado nem do mercado, a nova geração de cooperativas empresariais com extensa difusão em numerosos países desenvolvidos, as organizações não governamentais, as organizações sociais voluntárias de base religiosa, que cresceram significativamente, as organizações de vizinhos, os grupos ecologistas, o voluntariado e outras formas de agrupamento de esforços da sociedade civil de múltiplas características (Reis, 2003).

Trata-se, na nova concepção, de se “somar” as funções-chave para a sociedade, vinculadas com demandas como as que foram antes expostas, e outras que o Estado pode desempenhar as potencialidades do mercado e as múltiplas contribuições que podem provir da sociedade civil (Chaves; Gehlen, 2019).

Nesta perspectiva, é imprescindível levar a cabo o esforço de reconstruir um Estado que venha a cumprir com as novas demandas que se apresentam, que possa combinar-se harmoniosamente com as forças produtivas privadas para obter o melhor resultado para o país, e que seja um fator promotor e facilitador do desenvolvimento de uma sociedade civil cada vez mais articulada, forte e ativa. Coloca-se, então, a necessidade de se reconstruir o Estado, tendo como horizonte desejável a conformação do que se poderia chamar um “Estado inteligente” (Kliksberg, 2006).

Um Estado que planeja e põe em prática usando, as políticas educacionais eficientemente no âmbito social. Um Estado concentrado em funções estratégicas para a sociedade e com um desenho institucional e um desenvolvimento de capacidades gerenciais que lhe permitam concretizá-las com alta eficiência. Um dos papéis-chave do “Estado inteligente” encontra-se nas numerosas evidências no campo do desenvolvimento social.

O incremento do capital humano (Kliksberg, 1998) supõe uma política sistemática de longo prazo de uma sociedade nessa direção, em que o Estado tem um papel-chave. O desenvolvimento do capital social requer um Estado que o proteja e promova ativamente as garantias constitucionais. A melhoria da equidade exige um esforço ativo do Estado nesta direção. O Estado deve gerar iniciativas que promovam a participação ativa neste esforço dos atores sociais básicos, empresa privada, sindicatos, universidades e da sociedade civil em todas as suas expressões.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão da literatura diz que em Santa Catarina há duas tendências na forma de conduzir a economia e que andam lado a lado com a política: o livre mercado, aplicado na maioria dos países e um de planejamento como no caso de Cuba (Souza Filho, 2016). No entanto, esse livre mercado tem uma variante: até recentemente, países como Argentina, Equador, Bolívia, Venezuela, recentemente identificado como "Socialismo XXI Século", ampliaram o tamanho do Estado, deram uma volta à sua política econômica, distanciando-se do capitalismo, do imperialismo e das políticas neoliberais (Lage, 2019).

O exercício da cidadania é uma constante forma de manter ou trazer a efetivação desses direitos à sociedade (Fleury, 2018). Ao Estado, não basta formular textos legais garantindo esses direitos. Leis promulgadas no mundo jurídico, não se afirmam e se efetivam sem uma atuação determinante para isso. Sabe-se, sem generalizações, sobre a nítida dissociação existente entre a plasticidade formal da ordem jurídica brasileira e o modo como ela se projeta na realidade (Paiva; Ouriques, 2006).

As razões que podem justificar o fato de ordem jurídica e cidadania serem parcialmente efetivas podem estar associadas ao: (a) indivíduo, (b) Poder Público e (c) à norma, – sem nenhum grau de quantidade de responsabilização vinculada a essa ordem. É oportuno ressaltar que cada um desses fatores é permeável à realidade circundante, que pode se mostrar favorável, ou não, ao pleno desenvolvimento da cidadania (Correia, 2015; Fleury, 2018; Salvador, 2010).

Um possível fator a ser levado em consideração é aquele do qual muito se espera e, por vezes, pouco se recebe. Trata-se do Poder Público. É a ele que incumbe, por meio dos órgãos competentes, a integração de eficácia da ordem constitucional, editando as leis necessárias à sua máxima efetividade, e a imediata implementação das normas constitucionais dotadas de eficácia plena. Sem deixar de somar, a isso, atuações que visem a implementação do acesso a esses direitos, ao fruir desses (Paiva; Ouriques, 2006). Enquanto os clássicos direitos de liberdade normalmente se enquadram nessa última categoria, os direitos prestacionais costumam se ajustar à primeira, exigindo, assim, a definição das prestações a serem oferecidas e a indicação da respectiva fonte de custeio. Quando o Poder Público não se desincumbe desse munus, a cidadania tende a ser comprimida (Bresser-Pereira, 1982).

Os direitos fundamentais possuem entre si uma relação de interdependência de modo que assegurar os direitos sociais e econômicos importa em resguardar também a possibilidade de gozo dos direitos individuais. Ressalta-se que enquanto os direitos individuais demandam uma atitude omissiva do Estado, uma espécie de não interferência no regime de liberdades individuais, os direitos sociais demandam uma necessária postura ativa do Estado, isto é, implicando em uma imposição a este de realizar prestações positivas a seus cidadãos, como pressuposto para o exercício de seus direitos sociais (Barbosa; Teixeira, 2017).

Com efeito, inúmeras são as atividades regulamentares das quais lança mão o Estado com a intenção de concretizar as normas constitucionais, de sorte que a maior parte constitui o que se denomina como política pública, em geral constituída mediante a forma legal de planos ou programas de arcabouço normativo. No entanto, no caso de tais políticas educacionais o controle judicial substancial mostra-se problemático e por isso mais dificultoso, senão irrealizável.

Proporcionalmente, tende-se a entender que quanto maior a participação cidadã, melhores as políticas educacionais, pois haverá um equilíbrio entre sociedade e governo. Para que o Estado possa cumprir os novos papéis que lhe estão sendo atribuídos e, conseqüentemente, corresponder ao modelo renovado de inter-relação Estado-Sociedade civil, é necessário ir além das propostas que se limitam a oferecer o mesmo (Cançado et al., 2011). Promover o encontro entre o Estado e o novo paradigma

gerencial parece ser uma das grandes metas a serem perseguidas, para que se possa fazer a “reengenharia governamental”, conforme saliente Kliksberg (2006).

Esse encontro permitirá que as demandas sociais façam parte da agenda pública de forma efetiva e com isso se desenvolva, construa, políticas educacionais de Estado para os cidadãos, trazendo fruição dos direitos fundamentais para estes. Contudo, não se pode esperar que esse encontro ocorra de forma natural e normal, pois essa não é a tendência do Estado hoje.

Nota-se a necessidade que seja parte de um processo que visa colocar o novo paradigma a serviço dos novos papéis que se espera que o Estado venha a desempenhar, nos diferentes contextos nacionais. Papéis esses intimamente ligados ao desenvolvimento social e humano, à democratização, à equidade, ao fortalecimento da sociedade civil à participação (Costa et al., 2018).

Dentre as condições a serem estabelecidas para que se configure e promova a real participação dos cidadão no Estado é a efetivação da participação destes nas gestões, principalmente municipais. Com a participação social na gestão, naturalmente os serviços públicos terão um aumento de qualidade na sua prestação, o que irá gerar um maior e melhor acesso a direitos (Boron, 2009; Chaves; Gehlen, 2019; Costa; Mélo; Nogueira, 2018; Lage, 2019).

Um aspecto crucial, para que haja um Estado democrático útil ao seu cidadão é recuperar a discussão ética sobre a função pública relegada nas reformas puramente tecnocráticas. O Estado, como sociedade política, tem um fim geral, constituindo-se em meio para que os indivíduos e as demais sociedades, situadas num determinado território, possam atingir seus respectivos fins (manter a ordem, assegurar a defesa, e promover o bem-estar e o progresso da sociedade) (Leher, 2003).

Assim, conclui-se que o fim do Estado é o bem comum, entendido este como união de todas as condições humanas que possibilitem e favoreçam o desenvolvimento integral do indivíduo na qualidade de cidadão (Boron, 2009; Correia, 2015; Galeano, 2010; Paiva; Ouriques, 2006; Sousa, 2018). É importante ressaltar que políticas assistencialistas e populistas, conquanto possam trazer benefícios imediatos, como redistribuição de renda e garantia do mínimo existencial às classes menos favorecidas, tendem a acentuar esse quadro.

Podem ser mais facilmente aplicáveis em sociedades menos cidadãs, menos participativas e mais subordinadas. Não que não devam existir, sendo aceitável em momentos emergenciais, mas, se a diferença entre o remédio e o veneno é a dose, esse tipo de políticas, em grau elevados não surtirá o efeito desejado. Podem, ainda, manter considerável parcela da população na incômoda posição de “massa de manobra”, sempre ao sabor das maiorias ocasionais, uma vez que políticas educacionais devem possuir prazo de validade e terem sua atuação diminuída com o passar do tempo, ou seja, começa ao máximo e mingua sua atuação até o fim, demonstrando seu êxito. Uma perspectiva promissora a ser explorada é a que surge de um dos campos centrais de trabalho em gerência pública avançada: a gerência intergovernamental (Nogueira, 1995).

Tomam-se como ponto de partida que as organizações públicas nunca conseguem atingir seus objetivos de forma isolada; precisam que outras entidades caminhem em direções semelhantes, porque a natureza e a amplitude desses objetivos requerem uma cooperação multistitucional. Isso constitui a essência mesma do setor social. Qualquer objetivo em qualquer campo importante (saúde, educação, nutrição, por exemplo) só será alcançado com avanços coordenados em outros campos.

Os resultados sociais dependerão do funcionamento total do setor social ou de suas áreas. A ideia é lidar de forma efetiva com essas realidades da prática organizacional: passar do conceito de gerência isolada de organismos ao de gerência intergovernamental. Esta insiste na consecução de objetivos mediante a configuração de redes organizacionais. Trata-se de desenvolver, em tais redes, as possíveis sinergias entre as entidades que as compõem.

A concepção aqui esboçada acerca do caráter imprescindível do trabalho intergovernamental deveria ter uma aplicação prática no campo da articulação dos setores econômico e social do governo. A eficiência social final se ressentiria das graves falhas de articulação existentes, as quais abrangem um amplo espectro que vai desde o desenho de políticas e a compartimentalização de sua instrumentação até o uso de sistemas de mensuração diferentes (Paiva; Ouriques, 2006).

Requer-se participação ativa e permanente do setor social na concepção de políticas econômico-sociais integradas. Isso exige que uma das dimensões básicas da reforma do setor social seja a formação de espaços organizacionais e de capacidades apropriadas para sua participação eficiente na questão (Leher, 2003). Numa perspectiva gerencial, é de grande significado o potencial de melhorias da produtividade das políticas e dos programas sociais implícitos na descentralização.

A natureza desses programas requer um tipo de gerência adaptativa, aberta e flexível, que encontra seu habitat propício em modelos de gestão descentralizados. Estes tomarão possível o contato efetivo com ambientes tão fluidos e instáveis quanto os dos programas sociais. Entretanto, as dificuldades oriundas da prática da descentralização são consideráveis e devem ser enfrentadas de modo sistemático. Inclui-se aí o perigo de as elites locais “apoderarem-se” dos programas sociais. Caso sejam superados esses e outros problemas, os virtuais benefícios serão da maior importância. Especialmente interessantes são as perspectivas oferecidas nesse sentido pela municipalização dos programas sociais.

Para mobilizar o enorme potencial de colaboração da sociedade civil quanto aos objetivos planejados para o setor social público, são necessárias reformas significativas que favoreçam a articulação com as organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil.

A reforma deve introduzir espaços organizativos especificamente voltados para a identificação e promoção de possibilidades de articulação, bem como para o desenvolvimento de capacidades especializadas no que tange aos problemas técnicos particulares por ela apresentados. Assim, a atual rigidez dos modelos organizacionais do setor social impede seriamente o aproveitamento de oportunidades nesse campo.

Ademais, ela deve ter como um de seus objetivos a flexibilização normativa e organizacional. Essa reforma garantiria um fluxo contínuo e de duplo viés entre governo e governados, otimizando a figura do Estado dentro das carências sociais existentes e levando os cidadãos a possuírem voz e garantias, se não efetivas, pelo menos possibilidades de exigência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O socialismo limita a iniciativa privada, o empreendedorismo, o desejo inato do homem de se destacar. O capitalismo, por sua vez, prioriza o capital; portanto, ambos os sistemas são imperfeitos: um limitando as liberdades, o outro criando desigualdades, ampliando ainda mais a distância entre ricos e pobres. Os governos devem considerar uma economia de mercado social que não compete com a iniciativa privada.

As leis devem proteger os pequenos e médios produtores, dando-lhes segurança jurídica, financiamento e garantias. Estimular a economia nos níveis público e privado é imperativo, ciente de que a liberdade de trabalho prevalece sobre o socialismo estatal que é ineficiente e mal gerido.

As políticas educacionais, nesse Estado republicano moderno, são políticas de ação mediata para melhoramento do futuro e não políticas imediatas remediativas do passado. Esse Estado deve ser humanizado ao ponto da figura do cidadão ser, claramente, o interesse que move o Estado. O Estado contabilizador de números para desenvolvimento da economia, da indústria, do emprego, da renda etc., deve ter, em seus índices a figura do desenvolvimento humano e social no mesmo patamar das comumente sabidas.

A satisfação estatal deve ser reflexo da social, onde o Índice de Desenvolvimento Humano deve ser exaltado e buscado como excelência da mesma forma que o Produto Interno Bruto é. Esse Estado novo deve trazer o cidadão hierarquicamente ao seu lado para que possa haver um governo democrático na sua gestão e no seu planejamento, contemplando, assim, tanto as necessidades econômicas que um Estado faz jus, como as carências sociais – passadas e futuras. As políticas educacionais, com propósito social, assim como o próprio Estado devem ser instrumentos para um desenvolvimento humano e social.

O presente trabalho recomenda que futuras pesquisas ampliem o período de estudo e incluam outros indicadores para ter um melhor conhecimento das soluções que podem ser dadas para alcançar o bem-estar da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Afonso, A. J. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. *Educação & Sociedade*, v. 20, n. 69, p. 139–164, dez. 1999.
- Agune, A. C. Sistemas econômicos e sociedade: capitalismo, comunismo e Terceiro Mundo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 18, p. 98–99, mar. 1978.

- Alves, A. J. L. Modos e formas: dimensões filosóficas da crítica marxiana da economia política. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 54, p. 125–140, jun. 2013.
- Andrade, D. P. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estud. II CEBRAP*, abr. 2019.
- Ávila, V. F. De. “Paciência”, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno. *Interações (Campo Grande)*, v. 9, p. 85–98, jun. 2008.
- Barbosa, M. L.; Teixeira, J. P. A. Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino-Americano: dois olhares sobre igualdade, diferença e participação. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, p. 1113–1142, jun. 2017.
- Bertucci, J. DE O. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, v. 19, p. 173–200, abr. 2010.
- Boron, A. A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- Cançado, A. C.; Tenório, F. G.; Pereira, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, p. 681–703, set. 2011.
- Castro, J. D. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Cerqueira, H. E. A. D. G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 24, p. 433–453, 20 dez. 2019.
- Charlot, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. v. 3
- Chaves, H. L. A.; Gehlen, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serviço Social & Sociedade*, p. 290–307, 20 maio 2019.
- Correia, M. O. G. Por uma crítica imanente sobre os limites das políticas públicas de direitos sociais e o Estado na produção do bem comum no modo de produção capitalista. *Saúde e Sociedade*, v. 24, p. 55–65, jun. 2015.
- Costa, L. T. Da C.; Mélo, L.; Nogueira, P. T. A. Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as tendências da política de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 27, p. 1094–1104, dez. 2018.
- Dallari, D. Cidadão, Cidadania e Integração Social. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/deveres.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- Duarte, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 691–713, out. 2007.
- Durkheim, É. *Educação e sociologia*. 5a edição ed. [s.l.] Editora Vozes, 2014.
- Fleury, S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. *Saúde em Debate*, v. 42, p. 108–124, nov. 2018.
- Flores, M. L.; Peroni, V. M. V. Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia. *Roteiro*, v. 43, n. 1, p. 133–154, 11 abr. 2018.


- Foucault, M. *Vigiar e Punir*. Almedina, 2014.
- Frey, K. Descentralização: lições atuais de Tocqueville. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 97–118, 2000.
- Galeano, E. *As veias abertas da América Latina*: 900. Edição de bolso ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- Ganem, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 143–164, abr. 2012.
- Goldemberg, J. O repensar da educação no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 18, p. 65–137, ago. 1993.
- Hirano, S. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. *Tempo Social*, v. 13, p. 1–20, nov. 2001.
- Ianni, O. A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 2, p. 5–40, 1988.
- Júnior, P. H. S. *Direito Processual Constitucional Liv Dig - Direito Processual Constitucional*. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2018.
- Kliksberg, B. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 5, p. 909–942, out. 2006.
- Lage, L. Do N. V. Interesses capitalistas e desafios para a efetivação dos direitos sociais: ataques e regressões. *Revista Katálysis*, v. 22, p. 120–128, 9 maio 2019.
- Leher, R. Reforma do estado: o privado contra o público. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 1, p. 203–228, set. 2003.
- Machado, N. M. C. A “Primeira Versão” da Teoria da Crise de Marx: a queda da massa de mais-valia social e o limite interno absoluto do capital. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 49, p. 163–203, mar. 2019.
- Nogueira, M. A. Para uma governabilidade democrática progressiva. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 105–128, 1995.
- Oliveira, R. L. P. De; Barbosa, L. M. R. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. *Pro-Posições*, v. 28, p. 193–212, ago. 2017.
- Paiva, B. A. De; Ouriques, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *Revista Katálysis*, v. 9, p. 166–175, dez. 2006.
- Peroni, V. M. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: Sujeitos e conteúdo da proposta. *Curriculo sem Fronteiras*, v. 18, p. 212–238, 1 jan. 2018.
- Pires, F. Hannah Arendt e o totalitarismo como forma de governo apoiada na rale e nas massas. *Investigação Filosófica*, v. 11, p. 39, 26 mar. 2020.
- Prata, M. R. Dos S. The production of subjectivity and relations of power in the school: a reflection on the disciplinary society in the social configuration of the present time. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 108–115, abr. 2005.
- Ranieri, N. B. S.; Alves, A. L. A. *Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar*. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.

- Reis, B. P. W. O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, p. 55–80, jun. 2003.
- Salvador, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social & Sociedade*, p. 605–631, dez. 2010.
- Santos, M. S. B.; Moreira, J. A. DA S. O financiamento e a gestão da EB: a relação entre o público e o privado. *Retratos da Escola*, v. 12, n. 23, p. 333, 13 nov. 2018.
- Serrano, P. J. A epistemologia da educação: o direito à educação e a cidadania plena. p. 20, 2018.
- Sousa, R. T. DE. Um Diálogo Inesperado: a social-democracia na teoria da democracia de Joseph Schumpeter. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 191–231, dez. 2018.
- Souza, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008.
- Souza Filho, R. DE. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 126, p. 318–339, jun. 2016.

A pressão social e o uso do psicoestimulante metilfenidato em estudantes de um pré-vestibular na região do Cariri

Recebido em: 28/07/2022

Aceito em: 01/08/2022

 10.46420/9786581460563cap3

Tainná Barreto Feitoza¹ 

Bryan Silva Andrade^{2*} 

INTRODUÇÃO

Dentro do conhecimento médico, a medicalização é compreendida como uma forma de mediar a existência de padecimentos humanos há um bem-estar do mesmo. O Adoecer deixou de existir apenas sobre a ótica biológica e passou a ser estudado e tratado no campo social e político, tendo como base a medicina que propõe a cura.

Com advento da ciência, a busca de uma realização pessoal constitui-se em uma condição de padrão ideal, que pode tornar o sujeito dependente de um sistema científico. Tal sistema exige cada vez mais áreas específicas do conhecimento para tratar de características culturais, que são por vezes, visualizadas dentro de um campo biológico como não funcional para realização pessoal/cultural do sujeito.

Entendendo-se que o funcionamento do sujeito deve ser pautado em um alto conhecimento, e conseqüentemente, grande escala de produtividade. Tais características são vislumbradas como metas sociais que devem ser almeçadas e alcançadas por todos aqueles que estão imersos ao sistema, estando sujeito a uma visão marginalizada e/ou muitas vezes doentia, aqueles que não correspondem ao padrão.

Mediante a esta situação os indivíduos buscam mudanças em seu modo de vida, sem necessariamente estar doente. Tais procuras são apenas para corresponder algo socialmente idealizado e ser visualizado dentro do sistema cultural que lhe rodeia.

Entende-se que as construções acadêmicas concretizam a aquisição de um emprego socialmente reconhecido; e para obter tal emprego deve-se alcançar altos níveis de conhecimento, que tendem a começar pela formação de nível superior.

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Mestranda em Análise do Comportamento Aplicada (PARADIGMA); Especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Gestão de Redes (ESPPE); Especialista em Transtorno do Espectro do Autismo (INESP); Especialista em Intervenção ABA para Autismo e deficiência intelectual (CBI); Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso (UniFAP).

² Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em TTC pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Psicólogo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

* Autor correspondente: bryanpsicologia@gmail.com.

A formação de nível superior acenderá meios de qualificação de mão de obra diferenciada. No Brasil, para acessar o ensino superior todos devem se submeter ao sistema do vestibular ou ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que por sua vez, faz uso de vagas limitadas, sendo aprovados aqueles que se destacam dentro das vagas autorizadas.

Visualizando a necessidade de ser qualificado e se submeter aos vestibulares e ao ENEM para acessar o ensino superior, os estudantes passam a frequentar cursinhos pré-vestibulares, que buscam treiná-los e aperfeiçoá-los para a competitividade das vagas desejadas e imersão ao contexto esperado pelo social.

Diante do exposto, trabalha-se com a hipótese que devido a uma pressão social os alunos usam a medicação para corresponder a um contexto cultural. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o uso do psicoestimulante Metilfenidato por estudantes de um cursinho pré-vestibular da região do Cariri.

Possuindo como objetivos específicos esquematizar um perfil dos estudantes do pré-vestibular pesquisados; verificar a incidência do uso do Metilfenidato, bem como, o contexto deste uso.

Diante da necessidade na literatura de ampliação de novos campos que possam ser encontrados o uso de metilfenidato e uma melhor compreensão do que leva os usuários a entrarem nesse processo de doping cognitivo, faz-se importante tal pesquisa, pois ao ampliarmos o meio científico com mais estudos e evidências poderá ser melhor compreendido tal processo é analisado com mais veracidade o que o uso de psicoestimulantes, aqui limitado ao metilfenidato, pode proporcionar no contexto social e individual do sujeito.

RELAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO HOMEM

Para compreender o homem na vertente Sócio-Histórica, deve-se iniciar pela relação estabelecida deste com seu mundo. A consciência e a atividade exercida, estabelecem o fenômeno psicológico, que corresponde a vivência do sujeito no contexto social que lhe constrói, na medida que ele a constrói (Aguilar et al., 2009).

A linguagem é um produto do meio cultural que permite ao homem se modificar e modificar o mesmo, assim como interagir dentro da coletividade. Com articulações, gera frases que permitem a perpetuação dos conhecimentos e valores culturais, criados mediante ao trabalho para sustento do grupo social (Lane, 2012).

A atividade é compreendida como algo além do que é realizado como laboral; significando então, tudo que se encontra como ação que faz do ser, um ser humano definitivo. A atividade permite certificar o sujeito como ser particular, pois apesar de existir um leque de possibilidades para a atuação, que são os significados, o homem escolhe uma ação da cultura para realizar, o que promove a consciência (Furtado; Svartman, 2009).

O individual e o grupal se constituem simultaneamente, sem que o primeiro anule o segundo, ou que, seu inverso aconteça. Identificando o processo de mediação, que corresponde a instância que organiza a interação indivíduo/grupal, garantindo a característica de ambos, bem como, sua importância e implicação (Aguiar et al., 2009).

Segundo Lane (2012), Skinner, Piaget, Vygotski, Malrieu ou Leoniev, vão apresentar em seus trabalhos como condição primária da linguagem do sujeito o diálogo e a interação social; que perante a esse processo se constitui uma representação de mundo que forma o ser em dinamismo com a sua cultura.

Há uma importância dos significados e sentidos dentro da relação do homem com seu meio social. Os significados correspondem às questões históricas e sociais que garantem o diálogo entre as pessoas e a formação das mesmas. Quando adquiridos, são transformados em sentidos que estabelece a consciência individual que não se faz oposta ao social (Aguiar et al., 2009).

A consciência é representada por dois elementos: um fenômeno psicológico, correspondente a subjetividade e ação particular do sujeito no meio, e por uma vertente que configura a subjetividade social, garantindo a menção de momentos históricos e uma direção (Furtado; Svartman, 2009)

A necessidade surge de uma influência do social, a qual o sujeito não consegue se contrapor, por não possuir um controle, pois é vinculado a uma origem involuntária. A busca para satisfazer tal necessidade, se dá pela significação, no qual se estabelece um motivo no mundo social que supra a necessidade (Aguiar et al., 2009).

No modo de produção capitalista segundo Furtado e Svartman (2009), o contexto social produz uma necessidade de capital, na qual estabelece que o homem capacitado, é aquele que é aprovado e reconhecido socialmente pelo que produz e agrega para consumir. Porém, tal realidade cultural tem promovido efeitos psicossociais que afetam a saúde do século.

Os fenômenos psicológicos, segundo a Psicologia Sócio-Histórica, constituem algo inerente ao social e cultural do sujeito. Logo, para se falar do homem não se pode aniquilar a existência do social, da economia e do eixo cultural (Bock, 2011).

O processo de alienação não é consciente, e tal fato certifica o acúmulo do capitalismo e quebra a consciência. A fragmentação é sanada por explicações de cunho social, que é uma estratégia proporcionadora de sentido para o trabalho, na qual aprimora-se a mão de obra e vende-se a qualificação para se obter mais, ou seja, constitui-se uma relação de consumo estabelecida de avaliação social (Furtado; Svartman, 2009).

Assim os motivos originam-se nos exercícios sociais realizados, que estabelecem nossos sentidos. Porém os sentidos são maquiados pelos motivos, que por sua vez, são carregados por sentimentos, valores e crenças (Aguiar et al., 2009).

MEDICALIZAÇÃO DA VIDA

Foucault (1979), ao falar da história da medicina e como a mesma é constituída, relata três vertentes do final do século XIX e começo de XX. Primeiramente uma medicina voltada às questões assistenciais, a segunda estaria ligada a questões administrativas, e a terceira a uma medicina privada, na qual paga-se mais caro para obtenção de mais benefícios. Todas são existentes, só que adaptadas à realidade que se apresenta.

O capitalismo é originário de uma sociedade aberta, porém mesmo com tal característica, corresponde a um senhor que detém um poder. O poder aqui relatado é assegurado pelo capital, ligado a uma vestimenta de consumo (Furtado; Svartman, 2009).

A sociedade contemporânea para Momo (2010) organiza-se de forma que o valor está presente na disposição de consumo do sujeito, e não mais na capacidade de produção como se tinha na sociedade industrial. Tendo como essa lógica ativa, todas as minorias (negro, idosos, crianças) passam a ser vistas e respeitadas como cidadãos de consumo.

Guarido e Voltolini (2009), já vinham enfatizando que devemos então reconhecer o discurso que estabelece o indivíduo no mundo moderno; e no entanto ele é indissociável da ótica medicalizante de si e dos eventos que o rodeiam, sejam estes de cunho social ou particular.

A terminologia da medicalização nasceu em meados do fim da década de 60, para esclarecer o desempenho que a medicina tem como mediadora da vida. Essa mediação originava-se da elucidação de processos do campo social e político baseados em pressuposições médicas (Gaudenzi; Ortega, 2011).

Medicalizar é um elemento que tradicionalmente está ligado ao objetivo geral de diminuir problemáticas sociopolíticas a pontos interligados ao privado/pessoal do sujeito, o que significa a patologização do mesmo. A crítica realizada a este sistema médico está na redução dos fatores biopsicoeconômico-social do sujeito a medicina, deixando de lado a visão holística sobre o indivíduo (Guarido; Voltolini, 2009).

Dando continuidade, Taverna (2011), vem relatar que o processo de medicalização da vida, é compreendido como um artifício de modificação de dificuldades sociais e institucionais, em virtude de problemas particulares ligados muitas vezes a distúrbios orgânicos.

Em um estudo feito para a verificação do uso de medicamentos em Pelotas, RS, foi observado a embalagem de 3.352 remédios (72,7%), sendo que apenas 238 (5,2%) obteve-se a prescrição (Bertoldi et al., 2004). Podendo, por vez, ressaltar a problemática da medicalização e automedicação da vida.

No mesmo estudo supracitado, constatou-se que mulheres usam mais medicamentos que o grupo de homens pesquisados. Os pesquisadores relacionaram essa diferença à preocupação com a saúde que mulheres possuem mais que homens, além de elencar os vários programas de saúde dirigidos a esse público feminino; acreditam que sejam fatores que permitam o sujeitamento à medicalização dos mesmos. Ressaltam que na presente pesquisa o uso de medicamentos não foi associado ao nível de escolaridade com significância.

Guarido e Voltolini (2009), ressaltam que os remédios em tempo atual não devem ser vistos apenas como campo científico e atuação médica, mas devem ser analisados como bens de consumo que proporcionam bem-estar, felicidade e autorrealização.

Com isso pessoas passaram a buscar a norma estabelecida de sujeito ideal, ou seja, a buscar um humor estável e feliz, uma personalidade estruturada sempre, mudando o seu modo de ser inteiramente sem necessariamente está doente, tornando os indivíduos dependentes ao conhecimento científico (Pelegrine, 2003; Gaudenzi; Ortega, 2011).

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

A educação brasileira é constituída por ensino básico, que tem a finalidade principal de trabalhar demandas envolvidas ao físico, psicológico, intelectual e social de crianças em desenvolvimento; pelo ensino médio, o qual tem duração de 3 anos e tem por finalidade avançar os estudos há um aprofundamento e materialização dos conhecimentos até então adquiridos; pode ser ofertado associado à educação profissional técnica. Existe também a educação de jovens e adultos, que visualiza a população que não tiveram ingresso ou continuação nos estudos no ensino fundamental e médio no período conveniente a sua faixa etária (BRASIL, 1996).

E pelo ensino superior, cujo ingresso a este se dá por meio de procedimentos seletivos, como o vestibular, e possui o objetivo de aperfeiçoar pessoas capacitadas em diversos saberes com conhecimento científico e pensamento reflexivo, que auxiliem no acréscimo da sociedade brasileira. (BRASIL, 1996).

Os artifícios de seleção que proporcionam o ingresso na instituição de ensino superior, seja o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou o vestibular, ocasionam concorrência acentuada, principalmente após modificação do sistema escolhido pelo ENEM, no qual o aluno deverá concorrer com todos aqueles que se submeterem a tal sistema de seleção a nível nacional (Mota; Maia, 2013).

Os adolescentes das camadas mais populares abandonam a escola sem finalizar o ensino médio, sendo impedidos de se introduzirem na universidade, além do que se torna insuficientemente qualificado para competir a um espaço no mercado de trabalho (Oliveira et al., 2003).

O que se observa são alunos de escolas particulares, de forma geral, apresentando maiores oportunidades à vista dos demais. Com tal realidade de desigualdade foi criada políticas públicas que tendem equilibrar esse contexto, dando a oportunidade de todos adentrarem o contexto universitário; pode-se citar o sistema de cotas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Osorio, 2009).

Compreende-se que são muitos os fatores que levam os estudantes ao insucesso no contexto escolar, como por exemplo, fatores econômicos, sociais, familiares, individuais. Porém, devemos verificar e assinalar a parcela de responsabilidade das instituições de ensino pela a qualidade de aprendizado oferecido, principalmente nas públicas, ressaltam Heckert e Rocha (2012).

O fracasso escolar no ensino médio, segundo os autores supracitados, pode ser visualizado na grande evasão escolar, nas reprovações de matérias específicas, e na não aprovação no vestibular. Contudo, a responsabilização de tal realidade deve perpassar, de modo a não ser desconsiderado, os fatores sociais, ao qual o sujeito está inserido.

Logo, o sistema educacional presente no Brasil hoje é o ocasionador do fracasso escolar, portanto deve-se verificar e modificar tal contexto, proporcionando uma nova educação. Além disso, o Brasil possui uma lentidão em acompanhar as diversidades e as mudanças sociais da população (Souza, 2007).

CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES DENTRO DO CONTEXTO BRASILEIRO

O processo de desenvolvimento educacional é originado da articulação do saber científico com o saber cultural, tendo este um procedimento constante de atualizações, adquirindo por sua vez um caráter histórico, cultural e social (Araujo; Almeida, 2010).

Segundo Mota e Maia, (2013) às demandas sociais são responsáveis pela origem de episódios estressores, que são marcados por sua vez, por requisição dos familiares e pessoas mais próximas para obtenção de uma formação profissional e, conseqüentemente, de um emprego.

Dentro da realidade do sistema educacional brasileiro, a competitividade e exclusão se tornam fatores altíssimos; nascendo então nas últimas décadas os cursinhos pré-vestibulares, com o objetivo de acréscimo no preparo do sujeito, visando à admissão no ensino superior. Os cursinhos são distribuídos em comerciais, quando operam com fins lucrativos, e alternativos ou populares, que possuem como público alvo alunos de renda baixa (Bacchetto, 2003).

No Brasil, o sistema do vestibular torna-se mais uma porta de saída, do que de entrada, tendo em vista que, o número de estudantes não aprovados no curso almejado é maior, e levando também em consideração a desproporção candidato/vaga existente (Soares et al., 2007).

Possuindo o objetivo de penetrar em mais informações para passar nas avaliações dos vestibulares, os estudantes passam a procurar cursinhos pré-vestibulares. Essa busca de ampliação de conhecimento acontece, na maioria das vezes, pela deficiência de instrução ofertada pelas instituições de ensino médio (Paggiario; Calais, 2009).

Tendo o vestibular como um momento especial tanto para o concorrente como para os familiares e a sociedade, todos os envolvidos acabam se sujeitando a qualquer tipo de esforço para uma aprovação do candidato à vaga universitária. Com isso os cursinhos passaram a serem visualizados como agências especializadas e habilitadas a passar qualquer sujeito, em qualquer universidade, chegando principalmente à população de classe média (Soares et al., 2007).

A LÓGICA MEDICAMENTOSA EM CONTEXTOS ESCOLARES

Segundo Momo (2010) o contexto escolar está impregnado pela lógica do consumo. Em sua pesquisa realizada na escola pública do interior do Sul do Brasil, a mesma constatou que as grandes empresas adentram esse meio escolar carregando a justificativa que serão capazes de apresentar uma escola mais produtiva, interessante e eficiente, florando por sua vez, o desejo de consumo dos indivíduos no contexto escolar.

Os avanços em pesquisas sobre o neuroquímico humano são mantidos por indústrias farmacêuticas, tendo a lógica de produção e comercialização de drogas seguem o mesmo contexto. Isso acontece devido o mercado consumidor interferir diretamente nas práticas de saúde, tendo em vista que as indústrias farmacêuticas estão principalmente interessadas em vender seus produtos, estes passam a serem fabricados de acordo com a lógica consumidora (Guarido; Voltolini, 2009).

Tucherman e Clair (2012) observam que existem reportagens na mídia que salientam menos a hipótese de artificializar a função cognitiva humana, tornando um método conexo de uma desumanização. Passando a focar mais na injustiça que tal processo possa causar entre um indivíduo favorecido pela implicação da droga e o sujeito naturalmente menos veloz e focado.

Contudo, ultimamente o uso de psicoestimulantes sem prescrição médica, como o metilfenidato, é crescente. O maquinismo de ação dessas substâncias aproxima-se ao de drogas ilícitas (ex.: cocaína), baseado no acréscimo de atividade dopaminérgica (Cruz et al., 2011)

As queixas ligadas ao processo de aprendizagem estão sendo associadas a problemas de cunho individual, intelectual e hereditários de cada aluno; deixando de lado a vinculação dos problemas desse processo de ensino-aprendizagem à própria instituição de ensino (Guarido; Voltolini, 2009)

O METILFENIDATO NO USO ACADÊMICO

O metilfenidato é uma droga psicoestimulante, utilizada no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sendo a medicação elementar para tal transtorno. Possui como efeito um acréscimo da atenção e do controle de impulsos e só deve ser obtido sob prescrições médicas (Legnani; Almeida; 2009).

O estimulante metilfenidato, conhecido por Ritalina, encontra-se ligado a substâncias que mostram eficiência em modificar instantaneamente o humor, a concentração, a memória ou a capacidade de aprendizado, de qualquer sujeito incluído ou não como saudável (Totti, 2008).

A medicalização surge quando questões ligadas ao cotidiano do sujeito é tratada por base medicamentosa. Diante desse contexto os medicamentos surgem ao contexto social buscando a normatização, procurando enfraquecer o sofrimento de maneira eficiente e acelerada (Tesser, 2006).

O metilfenidato, segundo Brant e Carvalho (2012), assemelha-se ao contexto pela associação do aumento de produtividade no meio acadêmico e/ou laboral, o que permite uma confiança de melhor

socialização ou de desempenho com o contexto. O consumo do estimulante opera-se por uma ordem institucional, como saúde, ensino, trabalho e economia.

O sujeito ao fazer uso de medicação poderá ficar limitado e não passar por transformações como as outras pessoas passam em seus processos educativos. O medicamento quando utilizado de forma indiscriminada e sem possuir um diagnóstico, pode vir a proporcionar rupturas no procedimento de ensino-aprendizado (Szymanski, 2012).

Existem estudos que falam de uma dependência a nível psicológico, no qual, pauta-se, que o sujeito é levado a oferecer crédito a sua capacidade de produção devido a medicação, passando a desconfiar de sua atuação sem ação do Metilfenidato (Brant; Carvalho, 2012).

Os medicamentos com finalidade de refinamento do cérebro têm sido bastantes usados por estudantes que, mesmo não apresentando quadros doentios, procuram esse meio de potencialização dos seus conhecimentos. Esse uso nasceu como forma de apurar a memória, o humor e a atenção, mas pode apresentar como consequência a dependência e o abuso de outras substâncias (Barros; Ortega, 2011).

No estudo realizado com acadêmicos do curso de medicina, no qual foi encontrado o percentual de 8,6% (16/186) de usuários de Ritalina sem prescrição médica em algum momento da vida. No estudo havia uma pergunta sobre a razão que levava os usuários a usar Ritalina, estava ligado ao fato da mesma melhorar seu rendimento na faculdade, de 16 que responderam à pergunta 14 (87,5), afirmam que este é o motivo. Nesse estudo a maioria dos usuários estaria no grupo masculino dos universitários de medicina (13% vs. 2,6%) (Cruz et al., 2011).

Brant e Carvalho (2012), afirmam que os usos com finalidades não terapêuticas acometem o público maior de universitários, empresários e profissionais que estão vinculados ao eixo da saúde. Apresentando públicos diferentes, as finalidades consequentemente para esse uso se mostram de forma ativa e diversificada.

A Ritalina promove uma estimulação crescente na atividade cerebral que permite um estado de concentração e vigília ao indivíduo com maior facilidade, limitando seus esforços intelectuais e sem necessariamente existir alguma doença estabelecida para tal atitude. Porém tal processo contrapõe a autorregulação, a autonomia e o autocontrole do sujeito (Totti, 2008).

Em uma pesquisa realizada, foi questionado se os alunos percebiam qualquer tipo de pressão para realizar o vestibular, 65% afirmaram que sim; visualizando os pais como principais causadores dessa pressão, que segundo os pesquisados, os pais tendem a compará-los com um irmão mais velho que está já no contexto universitário; seguindo para o motivo de julgamento pela quantidade de anos que se faz o cursinho preparatório; e existindo também a elevada concorrência que os deixava mais dedicados a aprender. No público que afirma sentir a pressão, 75% corresponde ao sexo feminino, que são consideradas como mais emotivas pelos pesquisadores (Guhur et al., 2010).

Em um outro estudo realizado com 20 universitários, para a verificação da percepção do uso do metilfenidato, como aprimoramento cognitivo, foi colocado em discussão o que eles acreditavam que

levava os indivíduos ao uso de tal processo. Foi elencado como principal motivo a pressão social, que exige do indivíduo sempre além do que é ofertado por ele, e promove a postura de competitividade entre as pessoas, além do que, para a entrada em um grupo deve-se cumprir as requisições feita por tal (Barros; Ortega, 2011).

Tucherman e Clair (2012), relatam a seriedade entre a relação da percepção de corpo e saúde que existe, qual tipo de subjetividade está brotando com todas as codificações e artificializações que surgem diante de tanta tecnologia à disposição; os escritores ressaltam uma somatização da subjetividade.

Na literatura podemos encontrar ideias divergentes enquanto o uso de metilfenidato. Aos que defendem relatam que tal droga é segura, com efeitos colaterais baixos, e seu uso é de escolha pessoal; já os opositores questionam quais as vantagens sobre esse processo, uma vez que estudos a longo tempo não são populares e que esse procedimento se dá de forma antiética devido ao doping cognitivo (Forlini; Racini, 2009 *apud* Cruz et al., 2011).

METODOLOGIA

A pesquisa originou-se com coletas bibliográficas e links que abordam o tema trabalho para verificar as principais pesquisas relacionadas com a temática, o que é definido por Cervo e Bervian (2002), como pesquisa bibliográfica.

A pesquisa foi de cunho quantitativa, que possui o objetivo de quantificar o fenômeno estudado para analisá-lo e classificá-lo; fazendo uso de instrumentos objetivos, para que as análises dos dados estejam bem estruturadas (Gerhard; Silveira, 2009).

Foi realizada uma pesquisa de campo, com finalidade de buscar a informação diretamente com a população pesquisada, existindo um encontro do pesquisador com os sujeitos pesquisados para a coleta de dados relevantes à temática estudada (Severino, 2007).

A pesquisa foi efetivada em um cursinho pré-vestibular, localizado na cidade de Juazeiro do Norte no interior do Ceará. O nome do estabelecimento foi mantido sob sigilo durante todo o processo de pesquisa e de apresentação dos resultados.

A amostra para pesquisa foi constituída por alunos voluntários da instituição pré-vestibular de Juazeiro do Norte-CE, a qual cedeu espaço para a realização da pesquisa. A escolha dos alunos foi de forma heterogênea e voluntária, na qual, aqueles que contribuíram com a pesquisa responderam um questionário de forma livre e sem adicionais de ônus.

Os dados pessoais dos entrevistados foram mantidos sob total sigilo durante o processo das coletas de dados e das apresentações de resultados. Todos os entrevistados foram informados de como se originaria as coletas de dados e o sigilo mantido sobre seus dados pessoais, ficando à disposição dos mesmos o pesquisador para qualquer esclarecimento do processo.

Todos os entrevistados obtiveram o termo de consentimento livre e esclarecido do processo da pesquisa e assinaram o termo de consentimento pós-esclarecido, ficando com uma via e o pesquisador com outra.

A coleta de dados teve como base questionários, que segundo Oliveira (2010), é um artifício utilizado para a retenção de informações de várias ordens, que buscam corresponder ao objetivo do estudo. O questionário utilizado foi autoaplicável de 24 questões, sendo estas de caráter objetivo e subjetivo.

O questionário aplicado nos estudantes foi dividido no tópico 14 até o 21, mediante a resposta entre os que já haviam tomado a medicação no contexto pré-universitário, e aqueles que não obtiveram contato. Sendo assim, aqueles que assinalaram o “Sim” continuaram a responder às questões seguintes até o fim; os que marcaram o “Não” pularam para o tópico 22 do questionário.

Outra subdivisão foi entre aqueles que usaram o Metilfenidato por orientação médica que deveriam seguir ao tópico 18, e os que não passaram por orientação médica deveriam seguir para o tópico 17 do questionário.

Após confecção do questionário foi realizado um pré-teste com uma população semelhante à amostra, que teve por finalidade identificar possíveis falhas das questões elaboradas inicialmente, e diante dos resultados, pode-se alterar e aperfeiçoar o questionário ao objetivo da pesquisa e ao público alvo.

Os procedimentos utilizados poderiam trazer algum desconforto de risco mínimo, como por exemplo, não querer mais seguir respondendo as questões, mas que foi reduzido mediante a opção de não responder mais. Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, os pesquisadores estiveram responsáveis pelo atendimento psicológico imediato e com persistência de desconfortos devido ao questionário, estavam responsáveis também pelo encaminhamento ao Serviço de Psicologia Aplicada (S.P.A.) da faculdade Leão Sampaio, localizado na cidade do Juazeiro do Norte-CE.

Tendo em vista que o trabalho não obteve o caráter experimental e sim científico, acredita-se, que com a pesquisa poderá surgir novas visões sobre a realidade vivenciada pelo aluno no contexto pré-universitário, que promovam intervenções baseadas na psicologia e áreas afins, que desencadeiam saúde mental nos mesmos. Tais visões poderão trabalhar por meio de estimulação individual e grupal, traçando questões relevantes aos sujeitos e as instituições de ensino, vislumbrando as necessidades de ambos.

Os ganhos aos estudantes estarão traçados no melhor empoderamento ao seu contexto, a identificação de sua autonomia, bem como, o estabelecimento de sua autoconfiança, que emparelhados ao contexto pré-universitário lhe promoverá mais conforto em enfrentar tais pressões sociais e desencadear o seu melhor rendimento nas provas/vestibulares/ENEM. Nas instituições de ensino, o ganho acontece em obter alunos capacitados tanto didaticamente como psicologicamente, apresentando melhores resultados acadêmicos. Mediante a pesquisa, também se nota o ganho no contexto científico, no que diz a respeito da promoção de conhecimento na temática pouco debatida.

Após a coleta, os dados passaram pela quantificação do programa SPSS, que permitiu realizar cálculos e visualizar os resultados de forma simples e autoexplicativos.

Foi realizada uma análise de conteúdo quantitativo para ser elencado categorias para a discussão do trabalho. Segundo Caregnato e Mutti (2006), a análise do discurso tem como objetivo o delineamento e mensuração da repetição das características do conteúdo, inferindo, por sua vez, uma representação.

A análise do conteúdo tem por finalidade trabalhar técnicas que visualizam objetivar a comunicação encontrada através da sistematização do conteúdo da mensagem, o que permite a dedução de conhecimentos relativos do pesquisador acerca do objeto estudado (Caregnato; Mutti, 2006).

Para a realização do presente projeto, o mesmo foi submetido ao comitê de ética, ficando resguardada ao processo de investigações de pesquisas existentes no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil do estudante pré-vestibulando

A pesquisa foi realizada em um cursinho pré-vestibular particular do interior do cariri. A amostra de estudantes participantes da pesquisa equivale a 181, sendo 129 (71.3%) do sexo feminino, 51 (28,2%) do sexo masculino, tendo um entrevistado que não identificou seu sexo.

Possuem idade entre 17 e 34 anos, tendo a maior concentração na faixa etária de 18 anos, correspondente aos 67 dos entrevistados. Dos voluntários da pesquisa, 73,9% realizaram o ensino médio em escola particular; 16,7% todo em escola pública; 6,1% realizaram parte em escola pública e outra em escola particular; 2,8% em escolas profissionalizantes e um entrevistado terminou pelo Ensino de Jovens e Adultos-EJA.

Apesar da grande concentração de estudantes de escolas particulares, foi encontrado um número significativo de estudantes que passaram por escolas públicas. Dentro de tais achados podemos pensar o que Oliveira et al. (2003), falam sobre os alunos menos favorecidos, que são compreendidos como aqueles que desistem da escola, não se introduzem no contexto universitário e são identificados como não qualificados ao mercado de trabalho.

Entendendo que parte dos estudantes menos favorecidos são aqueles que estão em escolas de redes públicas, pelo baixo custo de ensino, podemos pensar que estes estão mudando de posição. Persistindo nas qualificações escolares e querendo competir no mercado de trabalho de forma igualitária, e para isso, buscam o acesso ao ensino superior, o que é facilitado, como cita Osorio (2009), pelo o sistema de cotas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Entre os entrevistados, 172 (95%) já realizaram a prova do vestibular. Destes, 78 realizaram entre 1 e 3 vezes a prova; 49 entre 4 e 7 vezes; 15 fizeram de 8 a 12 vezes. Os demais entrevistados não responderam à questão, não lembram a quantidade de vezes ou não realizaram o vestibular.

Quando questionados sobre a submissão a prova do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), 176 (97,2%) já realizaram a prova. Correspondendo, 15 alunos a realização de uma vez; 58 fizeram duas vezes; 59 realizaram três vezes; 29 fizeram quatro vezes; 8 se submeteram cinco vezes; 3 realizaram seis vezes; uma pessoa se submeteu 8 vezes ao ENEM; 3 relataram terem se submetido várias vezes, sem determinar a quantidade e os demais não responderam.

O tempo de curso pré-vestibular de 42 entrevistados está entre 2 e 11 meses; 66 alunos equivalem a 1 ano e 1 ano e 9 meses; 37 estão no intervalo de 2 anos a 2 anos e 8 meses; 33 encontra-se entre 3 anos e 6 anos e uma pessoa relata frequentar o cursinho há 10 anos. Os números restantes, correspondem aos que não responderam a questão.

Pode-se verificar que a quantidade de vezes que os alunos participantes da pesquisa se submetem ao processo de seleção é alta, podendo aqui lembrar o que Mota e Maia (2013) relatam sobre os altos índices de competitividade entre os estudantes que almejam o ensino superior, chegando a se submeterem até 8 anos por o sistema do ENEM a uma vaga universitária, aqui constatado.

O fracasso escolar, assim como falam Heckert e Rocha (2012), são identificados pela não aprovação no vestibular. Observa-se que a alta competitividade remetem a submissão contínua ao processo seletivo, mas que o fracasso escolar vem interligado ao sistema educacional brasileiro que não alcança a realidade social da população, como relata Souza, (2007), proporcionando esse índice maior de reprovação e conseqüentemente de submissão ao processo.

Bacchetto (2003), menciona a entrada dos cursinhos na realidade brasileira como mediadores de ampliação no preparo ao ensino superior, tendo em vista a competitividade e os fatores do fracasso escolar mediante a aprovação no vestibular. O questionamento proporciona uma visualização do tempo que os alunos passam em cursinhos preparatórios para se adaptarem a um sistema, que deveria ser uma porta de entrada, mas que acaba sendo uma idealização de 10 anos para alguns alunos.

Segundo Soares et al. (2007), esse fato acontece pela não simetria entre vagas ofertadas pelo sistema e o número de candidatos que almejam tal vaga. Essa relação é visualizada na presente pesquisa tanto com os dados de número de vezes que os alunos se submeteram à seleção universitária, como no tempo que estão ligados à instituição que se apresenta como capacitada a passá-los no vestibular.

Profissão almejada

Estabeleceu-se quais as profissões que os entrevistados buscam se submeterem ao vestibular/ENEM. 164 (90,1%) relatam a Medicina como almejada; 11 afirmam buscar entre as Engenharias (Civil, de Petróleo ou Computação); dois entrevistados desejam o vestibular/ENEM para o curso de Direito; uma descreveu Odontologia; um citou Fisioterapia; dois ainda se encontram indecisos. Nessa questão um dos entrevistados descreveu duas opções, o que justifica a amostra total de 182.

A frequência do estudo após a aula do cursinho dos alunos oscila entre 20 e menos de uma hora. Correspondendo a 1,7% os que apresentam a rotina de estudar entre 20 e 15 horas por dia; 35,4% os que estudam 10 horas por dia; 62,4% estudam entre 5 e 2 horas por dia e um entrevistado afirma estudar menos de uma hora após o cursinho.

No jornal, G1 do dia 10/06/2015, foi notificado a concorrência dos cursos para segunda chamada do Sisu (O Sistema de Seleção Unificada) do ano de 2015. Na nota consta que o curso mais almejado corresponde ao de medicina com 169.847 candidatos inscritos, porém que o número de candidatos para as vagas oferecidas equivalem a 120,46 candidatos/por vagas. Na continuação estão Direito (116.239), Administração (79.723), Engenharia Civil (69.536) e Pedagogia (57.466).

A escolha da profissão é algo antecedente ao sujeito, pois ao nascer, este já se depara com um contexto cultural que lhe oferece atividades de reconhecimento em ação com o social (Furtado; Svartman, 2009). A medicina, por exemplo, existe a muito tempo na sociedade, não é algo do sujeito, pois foi criada a partir de demandas sociais que surgiram ao longo da história humana, porém quando o sujeito realiza a medicina, ele passa a ser reconhecido pela sua atividade cultural, o que promove a consciência.

Consciência essa, que tem características individuais, mas que ultrapassa na mesma medida o âmbito cultural/social a qual o sujeito está imerso. Essa relação entre o particular e cultural é essencial devido à linguagem produzida dessas atividades, o que permite a passagem dos conhecimentos e valores adquiridos ao longo das gerações (Lane, 2012).

Existe um reconhecimento enquanto ser humano, que é solicitado ao indivíduo uma ação na cultura, que para a maioria aqui entrevistada, é a medicina. A medicina, socialmente, é uma das profissões que promove mais reconhecimento, pois está vinculada a uma visão de poder. Poder este, vinculado às ações primordiais da profissão, mas também, por um reconhecimento de consumo, por ser uma profissão que proporciona um poder econômico de R\$ 11.675,94, como piso salarial, para 20 horas semanais de trabalho, segundo a Federação Nacional dos Médicos-FENAM (2015).

Estratégias para estudar

Soares et al., (2007) mencionam que por existir expectativas acima do momento vinculado ao vestibular, os sujeitos acabam se submetendo a várias estratégias para atingir sua aprovação. Na tabela 01 existe uma relação de algumas estratégias encontradas dos alunos; tendo por ênfase a privação de momentos de lazer para ficar em casa estudando, e o uso de café como estimulante para se manter acordado, visualizando a consequência de estudar mais.

Tabela 01.

ATIVIDADE COMO ESTUDANTE	Respostas	
	N	%
Passo o dia estudando e ainda viro a noite	14	5,3%
Deixo de comer para estudar	5	1,9%
Prefiro sempre ficar em casa estudando, em vez de sair com familiares e/ou amigos	85	32,2%
Tomo muito guaraná para se manter acordado(a) e poder estudar mais	14	5,3%
Tomo café constantemente para se manter acordado e estudar mais	76	28,8%
Não excedo em relação aos estudos	47	17,8%
Outros	23	8,7%
Total	264	100,0%

Enquanto a percepção da capacidade de aprender diante dos estudos; foi montado uma escala de 0 a 5, tendo “0” como nenhum aprendizado e “5” como excelente aprendizado. 3,4% relatam que sua capacidade é equivalente ao “2”; 44,4% apresentam o “3” como capacidade; 43,3% reconhecem como “4” e 9% consideram que possuem a capacidade excelente de aprendizagem “5”.

Cruzando os dados da capacidade de aprender dos alunos e o número de vezes que já prestaram o ENEM ou o Vestibular, não se visualizou relevância quanto ao alto índice de submissões no processo e o que se acredita captar dos conteúdos, tendo por média o “3” como nota.

A incidência do uso

A incidência dos estudantes pesquisados que fizeram ou fazem o uso do metilfenidato durante todo o seu período de pré-vestibulando é de 12,92%, tendo 87,08% não entrado em contato com a substância (Gráfico 01).

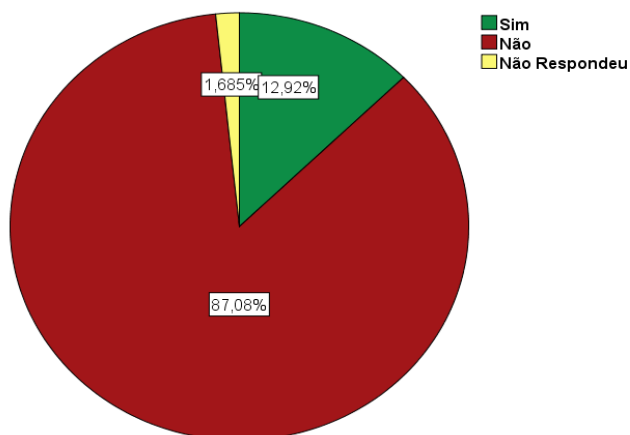


Gráfico 01.

Foi indagado por quanto tempo usavam ou usou o Metilfenidato, 30,4% relatam o uso como, pouco tempo (dias/semanas); 26% usam no período de 6 meses e um ano; 21,7% descreve um intervalo entre 1 mês a 3 meses; 8,7% possuem um uso esporádico.

A idade do público que utiliza a medicação oscila entre 18 e 25 anos. Tendo 18 anos, o índice maior de alunos (39,1%). Em relação a escola que cursaram o ensino médio, obteve-se que 21 alunos vinham de escolas particulares e 2 de escolas públicas

Vale salientar que dentro dos usuários a profissão almejada é a de medicina, com 100% dos alunos. Lembrando que a medicina, exerce uma capacidade social que é desejado culturalmente, o poder de consumo e de inclusão social.

O reconhecimento é visto socialmente como algo que depende do sujeito e de seu desempenho, em buscar o seu sucesso. No momento de tensão, como o vestibular, corresponder de forma efetiva se torna algo mais difícil pelas questões que acarretam a própria vivência. E como cita Brant e Carvalho (2012), pessoas passam a serem levadas pelo discurso de que a solução de seu obstáculo pode ser vinculada a uma aquisição de produtos modernos.

Em uma relação Sócio-Histórica, essa necessidade de obter um produto de ponta, é justificada pela influência do social, a qual o sujeito não pode controlar, por ter origem involuntária (Aguar et al., 2009). O contexto social, a qual esses estudantes estão ligados, enfatiza a precisão de capital, de juntar bens para consumir e somente assim, ser reconhecido e feliz. O que contextualiza um fenômeno psicológico, um fato intrínseco ao social e cultural do sujeito (Bock, 2011)

Por mais que o uso se apresenta na minoria pesquisada, Momo (2010) já ressalta o quando a indústria adentra o contexto escolar prometendo melhorias a este. Tendo aqui, que observar a relação entre o consumo do Metilfenidato, substância usada para o tratamento do Transtorno de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o contexto escolar.

Os estudantes chegaram ao medicamento prioritariamente por conta própria – 70,8%. 16,7% Passaram por um médico e 12,5% obtiveram o acesso por indicação de pessoas não médicas, porém um mencionou que sua indicação adveio de um acadêmico de medicina. Dos que utilizam 26,1%, afirmam possuir problemas de saúde e 73,9% relatam não terem nenhum problema para o uso de tal substância.

Esse fenômeno psicológico, articulando a Furtado e Svartman (2009), faz parte de uma condição real da cultura vivenciada por esses estudantes pesquisados, e pode promover efeitos psicossociais que afetam diretamente a saúde dos mesmos.

Observa-se mediante resultados apresentados, e nos relatos de Guarido e Voltolini, (2009) articulado ao de Furtado e Svartman (2009), que a medicalização da vida se faz devido a uma patologização da mesma (efeito psicossocial). Quando os estudantes passam a usar medicação sem orientação do profissional adequado e afirmam não possuírem doenças para tal uso, há uma clareza, que o processo patológico do cotidiano é vinculado a um biológico não comprovado.

Embasando Guarido e Voltolini (2009) e Taverna (2011), aos achados, podemos visualizar a medicalização como meio de encobrir falhas cotidianas de questões sociopolíticas, tornando-as questões vinculadas a doenças, deixando a desejar o olhar holístico e interacionista sobre o homem. A medicalização da vida, fica mais evidente quando os sujeitos assinalam quais sintomas sentem para o uso do Metilfenidato no contexto pré-vestibular.

A desatenção aparece como a mais assinalada, com 37,8%, seguido pela ansiedade (27%), que é algo ligado à desatenção. Posteriormente os alunos assinaram a inquietação (24,3%), podendo ser relacionado a desatenção e a ansiedade anteriormente citada. Tendo como menos assinalados o Transtorno do Déficit de Atenção –TDA e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH, correspondendo a soma dos dois a 10,8% nas respostas.

A somatização da subjetividade assim trazida por Turcherman e Clair (2012), se faz presente neste grupo de estudantes pré-universitário que afirmaram usar a substância mesmo sem a necessidade de medicamento a nível biológico, porém se percebem como necessitados a artificialização de suas capacidades cognitivas.

Contexto do uso

Foi elencado o quanto os estudantes se sentem de modo geral pressionados para entrar em um contexto universitário (Tabela 02). Nesses quesitos os entrevistados associaram em uma escala de “0” a “5” o nível de pressão sentida, compreendendo o “0” como não pressionado e “5” como muito pressionado. Observa-se que a maioria, 79(43,9%), dos estudantes se consideram muito pressionados e apenas um (0,6%), não se vê pressionado.

Tabela 02.

Pressionado	Respostas	
	N	%.
0	1	0,6%
1	14	7,8%
2	15	8,3%
3	20	11,1%
4	51	28,3%
5	79	43,9%
Total	180	100,0%

Afunilando esses dados aos que usam a substância, encontrou-se que, 43,5% se sentem muito pressionados (nota “5”), e os demais variam entre as alternativas de nota “2” - “4”. Logo, todos assinalam que se sentem pressionados de alguma forma.

Assim como no estudo realizado por Guhur; Alberto e Carniatto (2010), levando em conta o máximo da escala respondida (“5” – muito pressionado), e todas as mulheres pesquisadas, estas se sentem mais pressionadas do que o público masculino. Cruzando os dados com o número de vezes que já se submeteram ao sistema do ENEM e/ou vestibular, as mulheres realizaram de uma a oito vezes o ENEM enquanto os homens se submeteram entre uma e quatro vezes ao mesmo processo.

Quando se trata do vestibular, comparando o número de vezes entre quatro e doze vezes de realização de provas, as mulheres se submeteram 41% ao processo, em contrapartida os homens possuem na mesma quantidade de vezes o percentual de 33,3%. Portanto, as mulheres já realizaram mais vezes as provas para custear a entrada na universidade do que os homens.

Os estudantes do pré-vestibular se sentem pressionados a entrarem no contexto universitário, inicialmente por eles mesmos - 32,1%; seguido por 27,6% que marcam a família; 15,3% elegem a sociedade; 10,2% registram os amigos; 9,1% observam o mercado de trabalho como pressionador; 4,5% se veem pressionados pelos professores e 1,1% marcam que não se sentem pressionados por ninguém.

Assim como Mota e Maia, (2013) mencionam que os eventos estressores advêm daqueles mais próximos aos estudantes. Quando se relaciona os membros familiares, os amigos, a sociedade e os professores, a porcentagem é de 57,6%, ou seja, os alunos se veem sim, pressionados por pessoas próximas que são relevantes ao seu ambiente. Havendo um gasto emocional particular e ao mesmo tempo comunitário para aprovação em contexto universitário, pois cria-se expectativas a cada prova realizada, que por uma questão de sistema educacional, as frustrações acabam sendo maiores pela não aprovação.

Quando os alunos trazem que se sentem pressionados o suficiente, eles deixam de ponderar que são seres Sócio-Históricos, e que antes de se sentirem suficientemente cobrados, há um contexto que solicita a qualificação do trabalho social e a venda do mesmo, o que estabelece a relação de consumo do capitalismo (Furtado; Svartman, 2009).

O estudante usuário do metilfenidato

Articulando a frequência de estudo fora do cursinho pré-universitário e aqueles que realizam o uso do Metilfenidato, observa-se que essa amostra, estuda por dia entre 2 horas e 10 horas. E a atividade ligada ao estudo mais realizada é tomar café constantemente para se manter acordado e estudar mais (50%), seguido por preferir sempre ficar em casa estudando, em vez de sair com familiares e/ou amigos (23,5%).

Já interligando o sexo com o uso da substância, nota-se que dos 23 estudantes que assinaram o contato com as substâncias do Metilfenidato durante o pré-vestibular, 19 são correspondentes ao sexo

feminino e que apenas 4 são masculinos. Podendo articular o índice maior de mulheres em contato com a substância, com o número de vezes que se submeteram ao processo de seleção que também se faz maior que no sexo masculino.

A situação do uso está vinculada prioritariamente a falta de tempo para estudar tudo que tinha para ser estudado (30,8%); seguido por um sentimento de pressão pelo contexto do vestibular (19,2%); 26,9% afirmaram que o uso se dava quando estavam cansados, e por fim, com 22,9 % o uso se dá entre 3 meses e uma semana antes das provas/vestibulares/ENEM.

Os estudantes usaram para: 33,9% aumentar a concentração durante os estudos; 17,9% para aprender mais no cursinho; 14,3% usaram para aumentar a quantidade de horas de estudos, visualizando o nível da concorrência que sempre é alta; 14,3% para aumentar a concentração durante as aulas; 12,5% para aumentar a concentração durante as provas; 7,1% para aprimorar o conhecimento já existente.

A frequência do uso de Metilfenidato por nove estudantes se deu diariamente, seguindo por seis, que usavam nas semanas de provas/vestibulares/ENEM, pois se sentiram pressionados. As demais respostas correspondem a um uso esporádico com atrasos de conteúdo.

Para tal conclusão, deve-se lembrar o que Brant e Carvalho (2012), falam sobre o uso do psicoestimulante como meio de elevar a produção e ser reconhecido socialmente pelo seu desempenho. Por vez, relacionando o número de vezes que os alunos tendem a realizar as provas para adentrarem ao contexto universitário, a quantidade de conteúdo não estudado, elencado pelos mesmos, e a pressão social sentida, podemos articular o uso da substância do Metilfenidato com a necessidade de corresponder a demanda de aprovação, a um fenômeno psicossocial.

Desempenho e aceitação do Metilfenidato

Em uma escala de 0 à 5, os estudantes tiveram que atribuir uma nota às melhoras nos estudos com o uso do metilfenidato; compreendendo “0” como nenhuma melhora e “5” como excelente melhora. A maioria dos estudantes, 39,1%, atribuíram nota quatro, e um estudante (4,3%), considera que as melhoras merecem nota equivalente a um (Tabela 03).

Tabela 03.

Melhoras nos estudos com o uso do Metilfenidato	Respostas	
	N	Porcentagem
1	1	4,3%
2	2	8,7%
3	5	21,7%
4	9	39,1%
5	6	26,1%
Total:	23	100,0%

A aceitação pelos colegas para o uso do medicamento Metilfenidato como facilitador nos estudos, também foi mensurada por uma escala de 0 à 5, compreendendo “0” como não aceitam e o “5” como aceitação excelente. A mensuração é de 71,5% de respostas com nota de 4” a “5”, ou seja, os usuários visualizam uma boa aceitação do medicamento por parte de seus colegas.

Liberação e o uso do Metilfenidato

Tendo que o uso do Metilfenidato se dá através de uma receita amarela passada por médicos, questionou-se então aos alunos, se eles achavam que o uso do Metilfenidato deveria ser livre no comércio para quem não apresenta problemas de saúde. As respostas podem ser observadas no Gráfico 02.

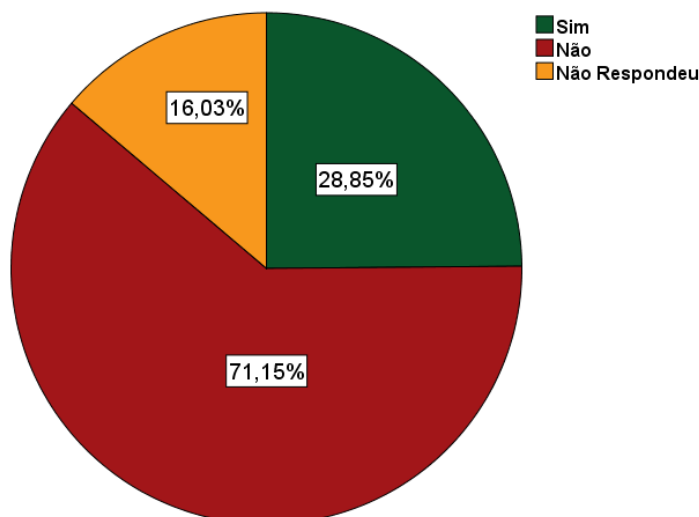


Gráfico 02.

Comparando as respostas dadas do gráfico 02, com relação ao sexo, obteve-se que 35,6% dos homens concordam com a liberação do medicamento ao mercado, enquanto as mulheres são representadas por 26,4%. Em oposição 64,4% dos homens e 73,6% das mulheres discordam com tal liberação.

Os estudantes justificaram suas respostas, e tais justificativas foram subdivididas entre aqueles que concordavam com o acesso livre ao medicamento, e os que não visualizavam o acesso livre pertinente (Tabela 04).

Tabela 04.

Respostas equivalentes ao “SIM”	Respostas	
	N	%
Necessidade devido ao contexto inserido	4	10,5%
Vale tudo para passar	1	2,6%
Aumento dos estudos + concentração	26	68,4%
Não há necessidade	1	2,6%
Por se considerar com problemas de saúde que não foram identificados por médicos	1	2,6%
Suporte + orientação	1	2,6%
Ficar acordado	1	2,6%
Se vê como necessário	3	7,9%
Total	38	100,0%
Respostas equivalentes ao “NÃO”	Respostas	
	N	%
Cafeína é o suficiente	1	1,1%
Procuraria meios não medicamentosos	4	4,2%
Riscos e perigos- Efeitos Colaterais	22	23,2%
Ajuda na concentração	1	1,1%
Não há necessidade	36	37,9%
Sob orientação médica	5	5,3%
Respeitar os próprios limites	4	4,2%
Contra o uso de estimulantes	1	1,1%
Não é necessário + Efeitos colaterais	1	1,1%
Não tem conhecimento para responder	11	11,6%
Não tem o hábito de usar medicamentos químicos	1	1,1%
Não usa drogas	1	1,1%
Não tem vontade	2	2,1%
Não acredita no potencial do medicamento	4	4,3%
Porque Não	1	1,1%
Total	95	100,0%

Entre o conhecimento de que alguém já fez ou fazia o uso do Metilfenidato sem problemas de saúde, obteve-se que 73 (42,3%) conhecem e 97 (53,6%) desconhecem quem fez ou faz o uso da medicação.

Os estudantes que usam a medicação conhecem em sua maioria, 91,3%, alguém que já fez o uso do Metilfenidato sem exibir um problema de saúde. Porém esse conhecimento de outras pessoas, não faz com que os alunos se juntem para usar a medicação e estudar. Permitindo articular tal informação, a nível de competição alta para o acesso ao vestibular, que os mesmos chegaram a mencionar e que traz Mota e Maia (2013). Entre os que não usaram, a porcentagem é 32,3 % de conhecimento desse público.

Sobre um futuro uso do medicamento sem problemas de saúde, os alunos responderam em sua maioria que não usariam o medicamento, porém observa-se um número maior de alunos que se submetem a medicalização futuramente, do que os que já se submetem a tal realidade. A quantificação de um futuro uso pode ser observado no Gráfico 03.

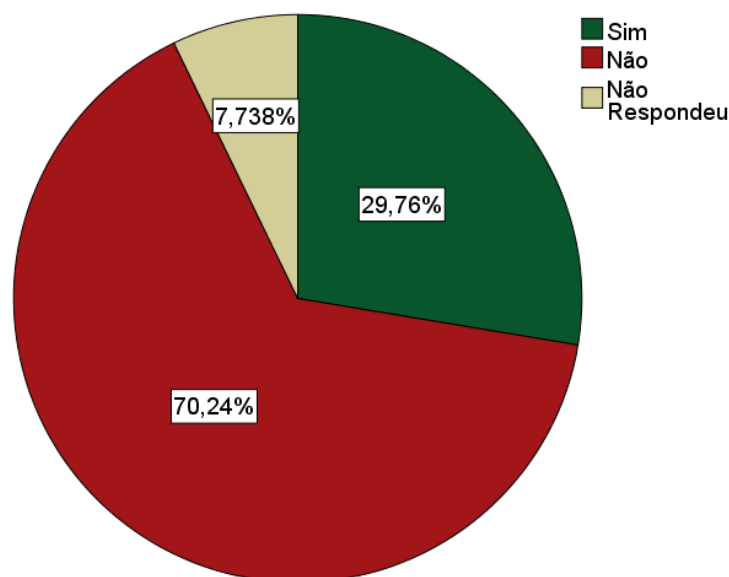


Gráfico 03.

Observa-se que o número maior continua sendo dos alunos que querem realizar o vestibular para custear o curso de Medicina, 92%, seguido por Engenharia (Civil/Computação/ petróleo) com 6% e Direito com 2%. Os alunos que usariam ainda afirmaram, em maioria, 64%, que deve existir a liberação da substância.

Das justificativas voltadas ao “SIM”, obteve-se 68,4% como principal motivo o aumento da frequência de estudos e a concentração, seguido pela justificativa do contexto inserido, 13,1%.

Aqueles que não usariam, possuíram prioritariamente 37,9%, a justificativa de não necessitarem do uso de Metilfenidato, seguido por 20%, que declararam os efeitos colaterais como fato para não usar a medicação articulada aos estudos. Curiosamente 11,6 % declararam não possuírem conhecimento para responder tal questionamento.

Ressaltando Guarido e Voltolini (2009), no final do discurso, devido os mesmos definirem a medicalização como bem de consumo, mediante um bem-estar e uma autorrealização do sujeito frente às suas questões corriqueiras.

Questões corriqueiras que são entendidas pela Psicologia Sócio-Histórica como um fator psicológico, que é transpassado nas relações de trabalho entre o indivíduo e seu contexto cultural, através da linguagem (Bock,2011). O que explicaria o aumento de pessoas a se submeterem ao processo medicamentoso da vida, como meio de ser reconhecido socialmente pelo seu ambiente cultural, baseado nas relações de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos entrevistados é desenhado por alunos que se encontram dentro de um processo Sócio-Histórico, no qual sua necessidade de progredir interage diretamente, com a necessidade de ascensão solicitada pelo contexto social.

Buscando a qualificação da atividade cultural que lhe reconhece como ser histórico, os estudantes se submetem ao sistema de seleção universitária inúmeras vezes para obter sua aprovação e reconhecimento social.

A produção ideal de consumo, se desenrola em várias situações culturais, inclusive na escolha que se faz da profissão, na qual o indivíduo acredita que advém de uma ordem totalmente individual, mas é vinculada a uma reprodução da realidade cultural desses, o que mostra uma possível alienação ao processo.

Dos estudantes, 90,1% buscam a universidade para cursar medicina. Tal achado, foi interligado ao reconhecimento do trabalho cultural que a medicina proporciona a quem lhe exerce, e ao status de poder socioeconômico que é exaltado pela cultura envolvente de consumo.

Sobre a capacidade de aprender novos conteúdos, os entrevistados não apresentaram uma noção baixa desta categoria, mas relatam estratégias para estudar cada vez mais, visualizando a submissão ao processo seletivo, que como já foi relatado, tende a excluir mais do que incluir. Tais estratégias rodeiam a privação de lazer dos mesmo e o uso de café. Além do índice de uso da substância psicoestimulante, o Metilfenidato.

O uso do metilfenidato foi encontrado em uma população de 23 alunos, de 181 que participaram da pesquisa. Levando em consideração o contexto cultural capitalista que se encontram os alunos, pode-se pensar na relação social demandante de ação do indivíduo para com seu meio cultural.

Essa ação exige do indivíduo que ele apresente uma performance, que dentro dessa realidade, pré-universitária e contexto capitalista, condiciona o aluno a visualizar outra demanda de consumo que resolva seus problemas corriqueiros. Passando a fazer parte da ótica cultural que promove efeitos psicossociais que atingem diretamente a saúde da população.

Os estudantes que usaram a medicação associando aos estudos, passam a ser vistos dentro do contexto medicamentoso. Nas quais, questões culturais, sociais e econômicas, passam a ser tratadas como de ordem biológica. Acontecendo um efeito psicossocial de patologização da vida e da subjetividade dos indivíduos.

O contexto é entendido por uma ordem de tentativas de passarem mais tempo estudando os conteúdos para as provas, assim como, ganharem concentração e adicionarem mais horas de estudos, como consequência. Essa sede por passar mais tempo estudando é compreendida pelos sentimentos de pressão pelo contexto do vestibular e o nível da concorrência que é sempre alta.

Com a finalidade que é utilizada o Metilfenidato, pela amostra, constata-se que a maior parte dos pesquisados, compreendem o uso da substância como algo que promove melhoras nos estudos. Tendo aceitação apropriada entre os amigos que rodeiam os estudantes, ou seja, há uma aprovação cultural dos próximos para o uso vinculado ao estudo.

A opinião sobre a liberação para todos da medicação ao mercado, proporciona um olhar delicado sobre os avanços dessa substância dentro do contexto educacional. Os alunos, apesar de se apresentarem em sua maior parte como opositores, nota-se a presença daqueles que naturalizariam a substância no contexto cultural, com respostas de ampliação dos estudos e o contexto inserido.

Sobre o uso não atrelado a um fator doentio, obteve-se que também a maioria não utilizariam. Chama atenção o número de pessoas que usariam futuramente, equivalente aos que já afirmaram que entraram em contato com o Metilfenidato. Deixando claro o avanço das consequências psicossociais de patologização da vida e da subjetividade dos indivíduos, anteriormente falada.

Evidencia-se novamente, o aumento da frequência de estudos e o contexto inserido, como justificativas apresentadas. Ressaltando o uso do medicamento, como mediador de autorrealização e resolubilidade das demandas sociais, as quais os estudantes estão inseridos por uma questão Sócio-Histórica.

Tendo assim, o Metilfenidato é uma substância que ganha vozes nos meios acadêmicos como facilitador de estudos, sendo possível notar que no contexto investigado o seu uso vem vinculado a uma série de fatores sociais e culturais que demandam, por meio de uma pressão social, a aprovação em uma universidade.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada apenas em um cursinho pré-vestibular, nota-se que a mesma deve ser ampliada para melhor entendimento do perfil dos estudantes pré-vestibulandos e do contexto do uso do Metilfenidato, buscando novas instituições e/em outras cidades, para uma formulação mais apurada dos dados.

Diante do que foi discutido no trabalho, não se pretende esgotar as discussões acerca do presente tema, pois o mesmo precisa ser bastante pesquisado e ampliado, para melhor compreensão. Origina-se dúvidas sobre a relação do tempo de estudo, que os estudantes mencionam não terem, mas relatam usarem de artifícios para ampliar cada vez mais o tempo; e a relação do sexo feminino com o masculino

sobre a liberação do Metilfenidato e uso do mesmo. Abrindo portas à ciência de ampliar e aprimorar informações sobre tais questões.

REFERÊNCIAS

- A Federação Nacional dos Médicos (FENAM). Conheça o Piso FENAM 2015 para médicos. 2015.
- Aguiar, W. M. J. et al. A dimensão subjetiva da realidade: reflexões sobre sentido e significado. In: Bock, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES Maria da Graças Marchina, organizadoras. A Dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p. 54-72.
- Araujo, C. M. M.; Almeida, S. F. C. Psicologia escolar institucional: Desenvolvendo competências para uma atuação relacional. In: Sandra Francesca Conte de Almeida. (Org.). Psicologia escolar, Ética e competências na formação e atuação profissional. Campinas, SP: Editora Alínea, 3 edição, 2010. p. 59-82.
- Bacchetto, J. G. Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): A luta pela igualdade no acesso ao ensino superior. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da USP. 2003.
- Barros, D.; Ortega, F. Metilfenidato e Aprimoramento Cognitivo. Saúde e Sociedade. São Paulo, v.20, n.2, p.350-362, 2011.
- Bertoldi, A. D.; Barros, A. J. D; Hallal, P. C.; Lima, R. C. Utilização de medicamentos em adultos: prevalência e determinantes individuais. Revista Saúde Pública, 2004.
- Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M.; Furtado, O. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5 edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- Brant, L. C.; Carvalho, T. R. F. Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. Interface- Comunicação Saúde Educação V.16, n.42, p.623-36, jul./set. 2012.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 9.394 - de 20 de dezembro de 1996 - DOU DE 23/12/96 - Lei Darcy Ribeiro - Alterada. Presidência da república. 1996.
- Caregnato, R. C. A.; Mutti, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso VERSUS análise de conteúdo. Texto contexto Enferm, Florianópolis, 679-84. 2006.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. A. Metodologia científica. 5 Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2002.
- Cruz, T. C. S. C. et al. Uso não-prescrito de metilfenidato entre estudantes de Medicina Da Universidade Federal Da Bahia. Gazeta Médica da Bahia. 2011.
- Foucault, M. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 29ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Furtado, O.; Svartman, B. P. Trabalho e Alienação. In: Bock, A. M, B.; Gonçalves, M. G. M. (Org.). A Dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p. 54-72.


- Gaudenzi, P.; Ortega, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 2011.
- Gerhard, T. E.; Silveira, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- Guarido, R.; Voltolini, R. O que não tem remédio, remediado está? *Educação em Revista | Belo Horizonte*, v. 25, n. 01, p. 239-263, 2009.
- Guhur, M. L. P.; Alberto, R. N.; Carniatto, N'atália. Influências biológicas, psicológicas e sociais do vestibular na adolescência. *Roteiro, Joaçaba*, v. 35, n. 1, p. 115-138, 2010.
- Heckert, A. L. C.; Rocha, M. L. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. spe., p. 85-93, 2012.
- Jornal do G1. Medicina é o curso mais concorrido do Sisu; inscrições terminam hoje. São Paulo. 12/11/2015.
- Lane, S. T. M. Linguagem, Pensamento e Representações Sociais. In: Lane, S. T. M.; Codo, W., organizadores. *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- Legnani, V. N.; Almeida, S. F. C. Hiperatividade: o “não- decidido” da estrutura ou o “infantil” ainda no tempo da infância. *Estilos da clínica*, v. Xiv, n. 26, p. 14-35, 2009.
- Momo, M. Elementos para se pensar a gestão escolar em uma sociedade do consumo. 2010.
- Mota, M. C. S.; Maia, L. M. Estresse como Mal-Estar na Percepção dos Jovens Pré-Vestibulandos. *Psicologando*. 2013.
- Oliveira, M. C. S. L.; Pinto, R. G.; Souza, A. S. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *Temas em psicologia*, v.11, n.1, 2003.
- Oliveira, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. 3 Edição. *Revista ampliada- Petrópolis, RJ: Vozes*. 2010.
- Osorio, Rafael Guerreiro. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. São Paulo: *Cadernos de pesquisa*. v. 39, n. 138, p. 867-880, 2009.
- Paggiaro, P. B. S.; Calais, S. L. Estresse e escolha profissional: um difícil problema para alunos de curso pré-vestibular. São Leopoldo: *Contextos Clínicos*, v. 2, 2009.
- Pelegrine, M. R. F. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. *Psicologia ciência e profissão*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n.1, 2003.
- Severino, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 Edição, revista e atualizada. São Paulo: Cortez. 2007.
- Soares, D. H. P. et al. Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. *Psicologia: ciências e profissão*, v. 27, n. 4, 2007.
- Souza, B. P. Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- Szymanski, M. L. S. Dificuldades de aprendizagem (DA): doença neurológica ou percalço pedagógico?. Rio de Janeiro: *téc. Senac: a R. Educ. Prof.*, v. 38, n. 3, 2012.

- Taverna, C. S. R. Medicalização de Crianças e Adolescentes. *Psicologia. Escolar e Educacional*. (Impr.), v.15, n.1, 2011.
- Tesser, C. D. Medicalização social (I): o excessivo sucesso do epistemicídio moderno na saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.10, n.19, 2006.
- Totti, B. C. Notas preliminares sobre as drogas da inteligência. Texto recuperado em, 2008 - necso.ufrj.br. Disponível em: < <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/resumos/36257.htm> > Acesso em: 02.03.2015.
- Tucherman, L.; Clair, E. S. Turbinando cérebros, construindo corpos: sobre mídia, biotecnologias e eficácia. *Revista Interin*, 2012.

Entre ciência e religião: distanciamentos e aproximações da fé na formação em psicologia

Recebido em: 28/07/2022

Aceito em: 01/08/2022

 10.46420/9786581460563cap4

Francycelly da Silva Felix¹ 

Bryan Silva Andrade^{2*} 

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória humana tem-se percebido que o ser humano se utiliza de diversas formas para o preenchimento do sentido da vida, dentro destas diversidades pode-se apontar a música, arte, a ciência e a religião como uma das formas da busca deste sentido (Aquino et al., 2009).

Percebe-se que na atual conjuntura tem surgido no Brasil uma pluralidade religiosa sendo manifestada essa mudança principalmente nas áreas urbanas e mais populosas do país. Apesar do catolicismo ainda possuir um grande número de fiéis, cada vez mais se faz presente outros tipos de religiosidade. Segundo o senso demográfico de 2010 apenas cerca de 8% da população brasileira não possuem religião (BRASIL, 2010).

O que segundo Giovanetti (2004) atualmente vivenciamos um grande paradoxo no campo da religiosidade de um lado tem-se percebido que as pessoas cada vez mais tem buscado na religião uma forma de lidar com problemas do cotidiano. O sujeito tem buscado através do milagre, da cura ou da resolução de uma crise financeira a superação dos dilemas cotidianos. Por outro lado, observa-se que o sujeito tem abandonado as práticas religiosas, podendo ser percebido principalmente entre os jovens que não vê mais a religião como algo importante para suas vidas. Estes dilemas que por hora revela o declínio do sagrado e o abandono das práticas religiosas, divide o mesmo espaço com a permanência deste ser supremo que através das religiões que tem oferecido suporte para o enfrentamento dos problemas do cotidiano.

Segundo Barros (2012) o brasileiro tem buscado na espiritualidade formas de ser-no-mundo (modos de simbolizar seu cotidiano), levando-nos a crer que a psicologia deve estar a par deste contexto para desempenhar um trabalho de forma eficaz. No século XXI as questões ligadas à espiritualidade têm

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Especialista em Políticas Públicas em Saúde Coletiva (URCA); Especialista em Psicologia Aplicada a Educação (URCA); Especialista em Psicodrama (UNI7); Coordenadora da Articulação Nacional Psicólogas e Pesquisadoras Negras (ANPSINEP- CE).

² Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em TTC pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Psicólogo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

* Autor correspondente: bryanpsicologia@gmail.com

tomado grandes proporções, causando assim, desafios na prática psicológica, fazendo-se necessário, um maior conhecimento da religiosidade-espiritualidade (Faria; Seidl, 2005).

Sendo assim, é de fundamental importância que este tema seja discutido no âmbito acadêmico, pois uma das maiores dificuldade encontradas na prática Psicológica se dá a partir da falta de referencial teórico, o modelo acadêmico disseminado e a influência da religiosidade pessoal.

O interesse pessoal do pesquisador por este trabalho se deu a partir de algumas discussões acerca do tema psicologia e religião e suas respectivas influências na formação profissional, mediante alguns debates sobre espiritualidade e religiosidade no âmbito acadêmico.

Desta forma, o presente artigo trata-se de uma pesquisa de campo da qual busca identificar de que forma o aluno de Psicologia relaciona sua religiosidade com a formação acadêmica, assim como, compreender as dimensões da experiência religiosa e quais as suas influências na concepção de mundo do sujeito, analisar como o aluno percebe a relação entre fé e ciência e compreender a percepção do estudante acerca das discussões sobre psicologia e religião no âmbito acadêmico. A pesquisa é de cunho quantitativo, onde foi feito uma análise a partir de questionários aplicados a uma amostragem de 150 alunos do primeiro, sexto e nono semestre do curso de Psicologia realizado em uma Faculdade do interior do Ceará na região do Cariri.

PROPOSIÇÕES DA PSICOLOGIA DA RELIGIÃO

Segundo Paiva (1998) um dos temas centrais discutidos na psicologia da religião refere-se à experiência religiosa. A adesão deste tema deu-se com as discussões feitas pelo teólogo protestante Schleiermacher que se contrapunham às polêmicas do iluminismo, em que esta visão estava direcionada a fundamentações de pensamentos moralistas e a rejeição do cristianismo que eram considerados como indignos da razão cultural. Este teólogo defendia que para o sujeito chegar-se até Deus, o caminho não se daria pela ótica da razão, dava-se através de uma consciência imediata que é possuínte de toda raça humana pela dependência que este tem com o infinito. Outro teólogo e filósofo foi Rudolf Otto que propunha que a compreensão do sagrado dar-se-ia através de apreensões de esquemas afetivos que dar-se-ia a partir do sentimento religioso.

Segundo o autor supracitado, estes dois teólogos tiveram bastante influência nas ciências da religião, assim como, no âmbito da psicologia da religião. Willian James também foi considerado como um dos nomes mais importante para o desenvolvimento para a psicologia da religião, lançando seu livro: Variedades da experiência religiosa: um estudo da natureza humana, contínua referência incontornável. Schleiermacher, Otto e James corroboraram com a ideia de que na contemporaneidade a sensibilidade religiosa dava-se pelo sentimento e a individualidade. Sendo, pois, necessário o conhecimento dos afetos que constituem a experiência e a epistemologia dessa noção.

A Psicologia da religião busca um estudo aprofundado acerca da religiosidade e a forma que este fenômeno se apresenta numa dada cultura e de que forma este influencia na constituição da personalidade

humana. Empenhando-se a examinar as crenças, práticas religiosas, e as experiências religiosas de cada sujeito. Um grande desafio para esta ciência psicológica se faz na compreensão das especificidades do saber psicológico, assim como, o entendimento da singularidade de cada cultura e cada manifestação religiosa. Intenta-se manter o equilíbrio nestes dois campos de saber impedindo que o pensamento reducionista prejudique na leitura de homem a ser investigado (Ancona-Lopez, 2002).

Segundo a autora supracitada o reducionismo pode se dar a partir de dois vieses, um deles acontece quando nos trabalhos de psicologia da religião o investigador tentar explicar temas religiosos a partir de um reducionismo transformando-os a luz dos conceitos psicológicos. Outro ponto que pode ser considerado como reducionista é não levar em consideração que a religiosidade faz parte das expressões comportamentais do sujeito, assim como, qualquer outro processo. Alguns autores desconsideram estes aspectos descrevendo o sujeito sem referencia-lo ao modo da cultura religiosa que faz parte da identificação do sujeito, desagregando o significado específico trazido pelos mesmos. Estes dois reducionismos rompem com a ótica de que os conhecimentos religiosos estão presentes no mundo que influenciam nos valores, no modo de ser no mundo e na constituição da subjetividade. Não cabe aos profissionais desta área fazer juízo de valor sobre a significação que os sujeitos dão para seu processo de transcendência, não fazendo parte dessa área afirmar ou negar a existência do objeto ou do ser sagrado utilizado pelo sujeito religioso.

A psicologia da religião visa entender o sujeito na qualidade de um ser religioso, abarcando suas motivações, atitudes, desejos e experiências expressos em seu comportamento. A relação com o ser sagrado, a vivência religiosa, a maturidade e a capacidade de discernimento e o seu estado de sanidade são tópicos que se discutem dentro de uma perspectiva da psicologia da religião. O que faz um indivíduo um ser religioso e a forma como ele exercita sua fé irá reverberar na sua conduta no mundo constituindo até mesmo aspectos da sua subjetividade (Ávila, 2003).

Esta psicologia se propõe a catalogar comportamentos humanos que se dão a partir de influências religiosas. Através da compreensão aprofundada no significado que o sujeito atribui a suas vivências e como elas se relacionam com outras estruturas que compõe o sujeito, tendo como base a composição de estruturas internas que se relacionam com bagagens experimentais e de comportamentos religiosos. A psicologia da religião lança um olhar em direção ao discernimento de uma experiência religiosa autêntica e daquela que aparentemente se mostra (Ávila, 2003).

Segundo Aquino et al. (2009) o estudo da psicologia da religião está arrolado ao reconhecimento das relações fisiológicas e de que forma estas podem ser medidas, tendo em vista que possuem envolvimento nos processos psíquicos. Outra forma de se analisar é através da descrição das vivências religiosas sentidas de forma consciente, assim como, uma investigação sobre quais motivações estão envolvidas no processo inconsciente do sujeito.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como referências estudos já publicados sobre o tema Psicologia e Religião, a pesquisa é de cunho quantitativo é caracterizado pela quantificação dos dados obtidos podendo ser analisados através de uma técnica estatística por meio das porcentagens, da correlação dos dados, desvio-padrão etc. (Maroni; Lakatos, 2011). Esse instrumento estatístico permite a verificação de fenômenos sociais, econômicos, políticos entre outros, através das representações numéricas, em que a partir das representações das variáveis se faz possível algumas correlações, permitindo a partir disso comprovar a relação entre uma questão e outra (Maroni; Lakatos, 2010). Desta forma, utilizou-se um questionário estruturado contendo 19 questões que visam compreender o perfil do entrevistado, bem como, os seus posicionamentos acerca do tema Psicologia e religião.

Participantes

Foram aplicados questionários com 150 estudantes do curso de Psicologia, sendo 10,03% correspondente a alunos do primeiro semestre, 49,19% a alunos do sexto semestre e 40,78% a alunos do nono semestre. 82,20% dos questionários foram respondidos por pessoas do sexo feminino e 17,80% pelo sexo masculino. A faixa etária do público entre 16 e 20 anos foi de 30,42%, entre 21 e 30 anos 62,46%, entre 30 e 40 anos 5,18% e entre 40 e 60 anos foi de 1,94%.

Instrumentos

O questionário foi desenvolvido a partir de alguns referenciais teóricos que discorrem acerca da psicologia e da religiosidade, sendo que a nona questão baseou-se na escala de atitudes Religiosas, versão expandida (EAR-20) de Aquino et al. (2013). Esse instrumento foi elaborado em português e é composto por 20 elementos, mas na pesquisa realizada foram utilizados quatro elementos são eles: A religião passou a exercer influência nas minhas decisões; as minhas atitudes estão relacionadas com aquilo que a minha religião prescreve como correto; Através do conhecimento das doutrinas da minha religião mudei minha forma de pensar; Extravaso as minhas tristezas e/ou alegrias através das músicas religiosas. Sendo assim, foram escolhidas estas perguntas com o objetivo de verificar o nível afetivo, cognitivo e comportamental dos entrevistados.

A décima nona questão foi baseada nas quatro atitudes clínicas que o psicólogo deve adotar na sua atuação profissional de acordo com Ancona-Lopez (1999) que são estas; Atitude de negação literal; Afirmção literal; Interpretação redutiva e Interpretação restauradora. Desta forma, essas perguntas foram adaptadas para o contexto acadêmico onde pretende-se compreender a percepção do aluno acerca destas atitudes “Qual a postura dos professores adotadas em sala de aula ao discutir temas relacionados à religiosidade”, as opções foram essas: Desconsideram a singularidade das experiências religiosas

supervalorizando o conhecimento psicológico; Os professores aceitam os conhecimentos das teorias psicológicas desde que não se choquem com as suas próprias crenças; Percebem a religião como um fenômeno social ultrapassado e ingênuo; Consideram as especificidades religiosas visando compreender e aproximar-se do fenômeno religioso.

O questionário será subdividido em três momentos, o primeiro momento visa compreender a autenticidade da experiência religiosa e o grau de envolvimento religioso, no segundo momento busca-se compreender como o estudante articula fé e ciência e no terceiro momento verificar qual a percepção do aluno diante das discussões acerca da religiosidade no âmbito acadêmico.

Procedimentos para a coleta de dados

A coleta de dados foi realizada apenas em uma etapa, onde se efetuou de forma coletiva nas salas de aula do primeiro, sexto e nono semestre de Psicologia do turno da manhã e da noite, numa faculdade localizada no interior do estado do Ceará com estudantes universitários. Neste caso, solicitou-se para que os alunos respondessem ao questionário apenas as pessoas que se autodenominavam religiosas, que frequentasse alguma instituição religiosa ou que possuísse alguma experiência com um Ser-Sagrado.

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistiu em responder a um questionário com perguntas objetivas acerca do assunto psicologia e religiosidade que foram embasadas na opinião do entrevistado, sendo assim, suas respostas foram livres de qualquer prejulgamento. Os riscos da pesquisa foram considerados mínimos, mas caso as perguntas fossem constrangedoras ou produzissem qualquer tipo de sofrimento o participante teve autonomia para abandonar o procedimento da pesquisa, assim como, foi oferecido uma escuta psicológica para amenizar os impactos sofridos pelo estudante.

O instrumento utilizado era autoexplicativo, exigindo o mínimo de interferências por parte do pesquisador. Deste modo, todos os participantes foram instruídos em como responder ao questionário. Nos casos em que o participante sentisse dificuldade na compreensão de algum item das questões, o pesquisador promoveu um auxílio ao respondente, mas evitando a emissão de qualquer juízo de valor.

Nos instrumentos aplicados, houve algumas informações aos respondentes que foram esclarecidas, como por exemplo, que o questionário deveria ser realizado de forma individual sendo-lhes informado que as suas respostas seriam resguardadas em sigilo e que as suas respostas seriam analisadas em conjunto. Sendo assim, foi entregue o termo de livre esclarecimento da pesquisa, contendo os procedimentos e os objetivos, em que todos teriam que assinar como condição para participar da pesquisa. Foram disponibilizados em média 20 minutos tempo suficientes para completar a sua participação.

Procedimentos para a análise de dados

A tabulação dos dados e a análise estatística foram realizadas com o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para Windows (versão 20). O procedimento utilizado permitiu à realização de cálculos de porcentagens, assim como, a verificação da precisão das escalas e organização de tabelas. Também foi utilizada a escala de quatro itens de Likert que tem como objetivo analisar o nível de concordância, estas são feitas a partir de frases negativas ou afirmativas referentes ao tema a ser estudado. As alternativas que constam no questionário da escala de Likert são; Sem importância; Não muito importante; Muito importante; Extremamente importante; Fortemente inaceitável; Parcialmente inaceitável; Parcialmente aceitável; Fortemente Aceitável; Discordo Plenamente; Discordo; Concordo; Concordo Plenamente.

RESULTADOS

A seguir será apresentado o delineamento dos resultados encontrados na referida pesquisa, contendo as perguntas que compuseram o questionário, desta forma, a ordem das respostas será dada a partir da escala de Likert.

Em relação ao grau de envolvimento com a religião, 2,91% diz não ter nenhum envolvimento com a instituição religiosa da qual se denomina, 49,51% diz ter pouco envolvimento, 33,33% tem um envolvimento frequente, 7,77% possui um envolvimento muito frequente e 6,47% não responderam.

Os motivos que fizeram com que os entrevistados buscassem a sua comunidade religiosa ou instituição religiosa foram: 57,1% responderam que estão nessa religião por fazer parte da religiosidade dos pais; 7,9% disseram que foi porque algum amigo indicou; 26,4% disseram que foi porque estava procurando dar um significado para sua vida; 6,5% por conta de algum sofrimento ou perda; e 2,1% para acompanhar o cônjuge.

Em relação a experiências transcendentais que é constituída como uma experiência emocionalmente forte que reafirma a fé, 7,12% disseram que nunca terem tido essa experiência, 41,75% responderam ter, às vezes, 34,63% revelam que esse tipo de experiência acontece frequente, 13,92% anunciaram que têm muito frequentemente enquanto que 2,59 não responderam.

Perguntou-se em que nível a religião mudou sua forma de perceber o mundo, sendo assim, do valor total 52,4% dos entrevistados discorrem que a religião não mudou sua concepção de mundo, enquanto que 47,6% acreditam que a religião mudou, deste valor 31,2% afirmam que a religião passou a exercer influência nas suas decisões, 16,2% afirmam que as suas atitudes estão relacionadas com aquilo que a sua religião prescreve como correto, 24,4% disseram que através do conhecimento das doutrinas da sua religião mudou sua forma de pensar e 28,2% responderam que extravasam as suas tristezas e/ou alegrias através das músicas religiosas.

Dentro da construção do conhecimento de psicologia no decorrer dos semestres indagou-se com que frequência o aluno de psicologia sofreu impactos na sua concepção religiosa, 23,62% disseram que

não sofreu nenhum impacto, 41,42% responderam que sofreu poucas vezes, 24,92% na maioria das vezes, 5,18% revelam que sempre com bastante frequência e 4,85% não responderam.

Quais atitudes foram tomadas diante das divergências entre a concepção religiosa do sujeito e a psicologia, 5,3% revelam que procurou auxílio na sua comunidade religiosa, 25,3% disseram que recorreram a leituras sob uma ótica psicológica que discorrem sobre este assunto, 13,3% dizem que buscaram leituras sob uma ótica religiosa, 14,0% disseram que já se envolveram em debates na faculdade defendendo seu ponto de vista, 26,7% relataram que permaneceram passivas por não valer a pena discutirem sobre isso, 4,6% procuraram auxílio nos professores e 10,9% disseram terem tomado outras atitudes.

Dentre os alunos de Psicologia 4,9% discordaram plenamente que se deve manter uma postura de neutralidade em relação a sua religiosidade no âmbito acadêmico, 29,74% discordaram, 27,45% concordam, 37,91% concorda plenamente.

Indagou-se aos entrevistados se eles consideram possível uma aproximação entre a psicologia e a religião, sendo assim, 64,36% disseram que são parcialmente aceitáveis, 15,51% revelaram que é fortemente aceitável, 14,85%, que é parcialmente inaceitável e 5,28% disseram que é fortemente inaceitável.

Indagou-se ao universitário se ele considera possível que a concepção religiosa de um psicólogo pode contribuir no desenvolvimento de suas atividades profissionais, assim sendo, 42,28% responderam que isto é parcialmente aceitável, 25,5% consideraram parcialmente inaceitável, 24,83% disseram ser fortemente inaceitável e 7,383% fortemente aceitável.

Com base na opinião do entrevistado, perguntou-se se existia a possibilidade de articular a ciência psicológica com base nas ideias religiosas, podendo observar que 41,25% consideraram algo parcialmente aceitável, 31,68% disseram ser parcialmente inaceitável, 22,44% relataram ser fortemente inaceitável e 4,62%.

34,3% dos universitários relataram que já participaram de algum evento no curso de psicologia no qual abordou como eixo central a religiosidade ou a espiritualidade, 62,46% disseram que não participaram de nenhum evento e 3,24% não responderam.

Qual grau de importância você atribui para as discussões acerca do tema psicologia e religiosidade, 8,09% disseram que não é muito importante, 60,19% revelaram ser muito importante, 28,8% extremamente importante e 2,91% não responderam.

Fora perguntado ao estudante de psicologia se na sua percepção existe abertura dos professores para retratar aspectos sobre religiosidade e/ou espiritualidade, sendo assim, 9,06% responderam que nunca, 61,81% responderam que às vezes, 20,71% frequentemente, 4,81% responderam que é muito frequente ao passo que 3,56% não responderam.

Segundo a percepção dos entrevistados indagou-se quais as posturas adotadas pelos professores ao discutir temas relacionados à religiosidade e/ou espiritualidade, 28,8% desconsideraram a singularidade

das experiências religiosas supervalorizando o conhecimento psicológico, 27,3% os professores aceitam os conhecimentos das teorias psicológicas desde que não se choquem com as suas próprias crenças, 15,2% percebem a religião como um fenômeno social ultrapassado e ingênuo e 28,8% consideram as especificidades religiosas visando compreender e aproximar-se do fenômeno religioso.

DISCUSSÃO

As dimensões da experiência religiosa e as suas influências na concepção de mundo do sujeito

Existem algumas formas de compreender o fenômeno da religiosidade, e uma delas perpassa pelo campo da transformação da vida, da forma como o sujeito a partir deste contato percebe-se no mundo (Faria; Seidl, 2005). Por meio da análise dos dados foi possível identificar que 47,6% dos entrevistados afirmam que através do contato com a sua religião passaram a perceber a vida de outra maneira.

Podemos perceber que a religião é uma produtora de significado podendo ser expandida para aspectos mais gerais da experiência de vida do sujeito, pois esta influencia diretamente na personalidade do indivíduo por meio dos seus princípios doutrinários. Segundo a pesquisa, dos indivíduos que possuem um envolvimento frequente com a sua religião 51,3% declaram que a mesma passou a exercer influências nas suas decisões, fornecendo às mesmas, a possibilidade de interpretar as suas experiências de mundo, bem como, promover uma organização das suas condutas (Sanchez et al., 2004).

Quando um determinado valor é internalizado, este é transformado em aspectos conscientes e inconscientes em que irão construir critérios e padrões que guiará o indivíduo a comporta-se de determinada forma. Consoante à pesquisa, de acordo com o nível de envolvimento com a religião do entrevistado observou-se que as pessoas que possuem pouco envolvimento com a sua religião 32,9% responderam que a sua religião exerce influências nas suas decisões, atitudes, julgamentos morais e utilizará disso como modelo para comparações (Albuquerque et al., 2006).

Foi possível analisar as atitudes religiosas dos estudantes de psicologia sob três dimensões que são elas; cognitiva, comportamental e afetiva.

A cognitiva compreende a elaboração do pensamento a partir da compreensão das crenças, seja ela direcionada a algum objeto ou algum ser. Nesta dimensão percebemos que os alunos que possuem pouco envolvimento ou um envolvimento frequente passam a compreender o mundo a partir da significação da sua religião. Mesmo que este sujeito tenha pouco envolvimento com sua religião, se ele carregar os signos religiosos com ele, esta poderá exercer influência nas suas decisões (Aquino et al., 2009; 2013).

A segunda dimensão é a comportamental que é considerada a forma específica como cada sujeito deve se comportar o que apesar de o sujeito ter pouco envolvimento com a sua religião, esta poderá exercer influência nas suas atitudes devido ao estabelecimento dos símbolos sagrados. De acordo com os dados pesquisados, 39% dos entrevistados que possuem pouco envolvimento com a sua religião agem

de acordo com aquilo que a sua religião prescreve como correto, assemelhando-se a porcentagem dos alunos que possuem um envolvimento frequente e que são influenciadas de semelhante modo (Aquino et al., 2009).

Em todas as manifestações do Sagrado existe uma cultura que se relaciona com o modo como os sujeitos pensam e se organizam no mundo. Para o sujeito religioso a figura do sagrado com todas as suas imposições e regras, manifestam um valor existencial, pois fazem parte da sua realidade ontológica, então, percebe-se que mesmo nas manifestações religiosas da era primitiva, havia uma sacralização dos espaços e dos objetos a partir do significado que as pessoas davam a determinado objeto, distinguindo o que era da ordem do Sagrado e do Profano. O espaço Sagrado é caracterizado como um lugar significativo revelando-se ao sujeito religioso como valor existencial, o espaço considerado profano dar-se pela neutralidade do espaço, da falta de simbologias e sem diferenças qualitativas na sua constituição (Eliade, 1992).

Segundo Amatuzzi (2000) a constituição do sujeito religioso dá-se a partir do desenvolvimento pessoal, que é característico de como o sujeito dá significado ao mundo, bem como, através da experiência emocionalmente intensa onde o indivíduo procura um sentido último para sua vida, o mesmo é definido pela forma que compreendemos e existimos no mundo, assim como, através de um encontro com alguma tradição religiosa.

Percebe-se que 24,4% dos universitários afirmam que através do conhecimento das doutrinas da sua religião mudaram a sua forma de pensar, observando que dentre os estudantes que possuem pouco envolvimento com a sua religião 43,3% responderam que as doutrinas religiosas exercem influências em sua vida e as pessoas que possuem um envolvimento frequente 40% responderam que as doutrinas fazem parte da forma como eles significam sua realidade. Essa tradição religiosa apresenta-se como os aspectos culturais que se mostram aos sujeitos através de pensamentos e experiências acumuladas através das gerações, em busca da apropriação do significado último da vida.

A terceira dimensão faz parte do componente afetivo, pois a religião não está meramente vinculada ao intelecto, desta forma a música e o canto constituem como formas de manifestações das emoções, deste modo, com base nas experiências afetivas vivenciadas pelos estudantes de Psicologia 28,2% responderam que extravasam as suas tristezas e/ou alegrias através das músicas religiosas, sendo de elevada importância, pois estas fazem parte das experiências gerais do sujeito, através da simbolização de monumentos, pinturas e peças no altar o sujeito é capaz de ascender as suas emoções e imaginações (Gaarder et al., 2005).

Isto posto, percebeu-se que os universitários que possuem um envolvimento frequente com a sua religião 63,1% responderam que através das músicas religiosas, extravasam suas tristezas e/ou alegrias e dentre os sujeitos que possuem pouco envolvimento com a sua religião 26,2% relatam extravasar esse tipo de emoção, sendo notório perceber que o componente afetivo se faz mais presente nas pessoas que possuem um envolvimento frequente com a sua religião.

Outro fator preponderante dentro das experiências religiosas de acordo com Giovanetti (2004) é a experiência transcendente que é o contato com algo superior a si mesmo, algo que é considerado absoluto ao qual o sujeito reverencia caracterizado como alguma experiência emocionalmente intensa que reafirma a sua fé. Desta maneira foi possível perceber que a experiência emocionalmente intensa é algo que sobrepuja o nível de envolvimento dos fiéis com alguma instituição religiosa como nos aponta os dados que 77,8% dos alunos que não possuem envolvimento com a sua religião já experienciaram algumas vezes esse manifestação transcendental, 30,5% das pessoas que possuem pouco envolvimento frequentemente experienciam esse tipo de transcendência e os indivíduos que possuem envolvimento frequente 46,2% destas responderam que vivenciaram essa experiência com frequência.

Pode-se perceber que apesar da experiência transcendente não ser algo essencialmente dos sujeitos que estão envolvidas com a sua religião, observa-se que os universitários que possuem um maior envolvimento sentem com mais frequência este tipo de vivência com o Ser transcendente.

Compreende-se que essas atitudes: cognitivas, comportamentais e afetivas, representam estado de predisposição para à ação, ou seja, quando estas atitudes estão integradas poderá ter o resultado de um comportamento concreto (Aquino et al., 2013). Sendo possível observar de forma geral que os sujeitos que possuem um envolvimento frequente com a sua religião apresentam uma maior integração nas atitudes cognitivas, comportamentais e afetivas do que as pessoas que possuem pouco envolvimento religioso.

A percepção do aluno de psicologia acerca da relação entre fé e ciência psicológica

De acordo com Henning e Moré (2009) o sujeito religioso é compreendido dentro do sistema de normas e valores que os circundam, suas experiências nesse sentido constitui-se como sendo de bastante relevância, pois as mesmas dentro das suas atividades religiosas e de seus ensinamentos representam parte do universo cultural do sujeito, assim como, dos seus sistemas de valores, onde a partir disso o sujeito adquire sustentação para seus julgamentos, comportamentos e escolhas.

Desta forma pode-se perceber que as pessoas que possuem pouco envolvimento com a sua religião, 66% consideram parcialmente aceitável que possa existir uma aproximação entre Psicologia e religião, já para as pessoas que possuem um envolvimento frequente 65,3% consideram ser parcialmente aceitável esta aproximação.

Segundo Ancona-Lopez (2002), é de extrema relevância que o Psicólogo compreenda as nuances da religiosidade podendo aproximar-se mais deste fenômeno, demonstrando assim, a sua capacidade de transitar entre a perspectiva religiosa e psicológica. Deste modo, ao demonstrar esta compreensão, o mesmo terá a capacidade de discutir com profundidade os encontros e desencontros entre a Psicologia e a religião. Sendo assim, através desta análise comparativa o profissional poderá compreender as experiências que perpassam o sujeito, valendo-se de outros recursos que ultrapassam exclusivamente o saber científico.

Mas, este conhecimento deve estar livre de pré-julgamentos que possam dificultar a compreensão da experiência particular de cada indivíduo, sendo necessário que o profissional se abstenha de seus juízos de valores a respeito da vivência da religiosidade e da instituição ao qual o sujeito faz parte, pois, cada sujeito vivência isso de forma muito específica, apesar de fazer parte de uma organização (Cambuy et al., 2006).

De acordo com a visão fenomenológica para que haja uma compreensão integral do sujeito faz-se necessário que o terapeuta suspenda os seus *apriorés*, ausentando-se dos juízos de valores, pré-conceitos, valores morais e crenças, que possam dificultar a compreensão do sujeito, a partir deste fundamento o terapeuta é capaz de compreender o fenômeno dado, aquilo que se mostra como é, desta maneira o Psicólogo capta o verdadeiro significado da experiência do seu consulente sendo capaz de entender as experiências mais significativas. O Psicólogo deve estar atento para compreender a experiência religiosa do seu consulente de forma empática, mas não poderá utilizar-se dos seus próprios conceitos religiosos e morais para compreender a experiência do outro (Tavares; Andrade, 2009).

Para isso, investigou-se de acordo com a percepção do aluno de Psicologia se o mesmo acredita que a concepção religiosa de um psicólogo poderá contribuir no desenvolvimento de suas atividades profissionais. O que de acordo com as pessoas que possuem pouco envolvimento com a religião 45,9% responderam que isso é parcialmente aceitável e dentre as pessoas que possuem envolvimento frequente 44,9% responderam que isto é parcialmente aceitável.

Quando o Psicólogo submete a história de vida, as experiências do sujeito e a forma de existir no mundo do seu consulente a explicações com fundamentos religiosos ele acaba provocando um reducionismo religioso, desvirtuando o conhecimento da área da Psicologia da Religião e se submetendo a uma Psicologia religiosa (Ancona-Lopez, 2002).

O que de acordo com a opinião do aluno de Psicologia que possui pouco envolvimento com a sua religião 43,8% consideram que existe possibilidade de articular a ciência psicológica com base nas ideias religiosas e dentre os alunos que possuem um envolvimento frequente com a sua religião 30,6% responderam consideram que existe possibilidade de articular a ciência psicológica com base nas ideias religiosas.

Segundo o conselho de ética no Art 2º é vedado ao Psicólogo “*b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;*” (Código de Ética, 2014). Desta forma o atendimento Psicológico não poderá estar associado a práticas e técnicas que não estejam registradas devidamente pelo conselho de ética “[...] não podem ser associadas ao atendimento em Psicologia, concepções místico-religiosas [...], nem sequer a utilização de práticas que possam induzir a crenças religiosas [...]” (conselho regional de psicologia de São Paulo, 2008).

Psicologia e Religião no âmbito acadêmico

Uma das principais dificuldades na clínica psicológica ao abordar assuntos referentes ao tema religião é a falta de estudos acerca deste tema durante a sua formação acadêmica. No que tange ao desenvolvimento desta pesquisa 64,55% dos entrevistados afirmam que nunca participaram de um evento no curso de Psicologia no qual abordou como eixo central a religiosidade ou espiritualidade e 35,45% afirmam já terem participado. O que segundo Ancona-Lopez (2005) esta falta de contato com os temas sobre a religiosidade no âmbito acadêmico faz com que os graduandos terminem sua formação com alguns pensamentos reducionistas acerca da Psicologia da Religião, sendo mais comum observar neste meio acadêmico que a percepção do aluno acerca da experiência religiosa dar-se a partir de algumas posições reducionistas e patologizantes destas experiências religiosas.

Desta forma podemos perceber que de acordo com a visão do aluno de Psicologia cerca de 61,81% dos entrevistados relatam que às vezes existe abertura dos professores para retratar aspectos sobre religiosidade e/ou espiritualidade e 20,71% dos entrevistados relatam que frequentemente existe esta abertura. Sendo assim, percebe-se que as discussões no âmbito acadêmico se fazem necessário para que o aluno não possa ter reações de contratransferência acerca da religião pessoal confundindo ou influenciando o seu consulente a partir das suas crenças, assim sendo, com os debates e discussões acerca deste tema o aluno poderá ter mais clareza a respeito da sua profissão e da fé da qual exerce.

De acordo com Ancona-Lopez (2007) a formação psicológica tem se dado ainda sob um viés cientificista, mantendo ainda um discurso de algumas universidades clássicas, em que a graduação tem se dado de forma linear, isto é, o acadêmico apreende o conteúdo de diversas teorias e logo depois empenha-se em dominar as técnicas para utilizar-se nos seus estágios profissionalizantes, como se a garantia da eficiência do seu trabalho dependesse exclusivamente do domínio das técnicas.

Na clínica existem quatro atitudes em que o Psicólogo poderá compreender o fenômeno da religiosidade, são elas: Atitude de negação literal, Afirmação literal, Interpretação redutiva e Interpretação restauradora. Essas atitudes foram transcritas para o universo acadêmico para que se pudesse compreender a percepção do aluno de Psicologia a fim de investigar quais destas atitudes estão envolvidas na atuação do professor em sala de aula durante a sua graduação (Ancona-Lopez, 1999).

Segundo os dados coletados acerca de quais as posturas adotadas pelos professores ao discutir temas relacionados à religiosidade/espiritualidade, 28,8% relatam que os mesmos desconsideram a singularidade das experiências religiosas supervalorizando o conhecimento psicológico, o que segundo Wulff *apud* Ancona-Lopez (1999) essa ação é considerado como uma atitude de negação literal, em que existe a desvalorização do fenômeno religioso em detrimento do conhecimento psicológico, fazendo uma leitura do sujeito a partir da racionalização dos conceitos psicológicos e a hipervalorização deste conhecimento.

Já na afirmação literal, a Psicologia é fundamentada em princípios religiosos, neste sentido o sujeito reafirma posições conservadoras sob aspectos religiosos ou psicológicos como se estes fossem o

único viés de conhecimento possível, negando tudo àquilo que se contraponha a estas visões, neste sentido pode-se observar que segundo a percepção do aluno de Psicologia 27,3% consideram que os professores aceitam os conhecimentos das teorias psicológicas desde que não se choquem com as suas próprias crenças. O que segundo Pinto (2008) esta afirmação literal pode vir a ser considerada como uma Psicologia religiosa. Desta forma, faz-se necessário uma maior investigação acerca deste tema para verificar se a percepção do aluno de Psicologia realmente simboliza um fato ou se constitui uma visão errônea acerca desta realidade.

Na interpretação redutora, os Psicólogos excluem e desvalorizam as vivências transcendentais e experienciais dos indivíduos, buscando através das perspectivas científicas compreenderem e interpretar a vivência religiosa do sujeito, o que de acordo com os entrevistados 15,2% dos professores de Psicologia percebem a religião como um fenômeno social ultrapassado e ingênuo. Dentro desta perspectiva objetiva-se implicitamente eliminar ou transformar as questões religiosas através da redução a outros campos de saberes (Barros, 2012).

A última atitude é a da interpretação restauradora, que se propõe a compreender o fenômeno da transcendência através da evitação do reducionismo científico impedindo os julgamentos e a falta de compreensão acerca das ideias religiosas e/ou dos objetos religiosos. Desta maneira, 28,8% dos estudantes de Psicologia acreditam que os professores consideram as especificidades religiosas visando compreender e aproximar-se do fenômeno religioso. Isto posto, o cliente e o Psicólogo ou o aluno e o professor, abrem-se aos rituais, objetos sacralizados e mitos a partir da sua dos seus próprios referências dada a partir da sua própria experiência religiosa, tendo o cuidado e a responsabilidade dos seus posicionamentos religiosos para afirmar-se e incluí-la de forma responsável e adequada no seu trabalho, não subjugando a experiência do outro a partir da sua. Assim, a partir da sua própria experiência o sujeito é capaz de ser empático ao processo do outro compreendendo as suas singularidades (Ancona-Lopez, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que o fenômeno da religiosidade é um aspecto muito importante no processo da constituição da subjetividade humana, desta forma o artigo teve como objetivo identificar de que forma a religiosidade do aluno de Psicologia se relaciona com a sua formação acadêmica e com a ciência psicológica. Fez-se notório que o processo de religiosidade vai além do envolvimento religioso que circunda cada indivíduo, mas que perpassa pela cultura, pelos símbolos e pelas experiências, que são capazes de exercerem influência sobre os aspectos subjetivos da personalidade de cada indivíduo.

Sendo assim, percebeu-se que tanto as pessoas que possuem pouco envolvimento com a sua religião como aquelas que possuem um envolvimento frequente consideraram ser parcialmente aceitável uma aproximação entre a Psicologia e a religião, mostrando que os aspectos simbólicos estão envolvidos na constituição da sua forma de compreender o mundo. Desta maneira os mesmos consideraram ser

relevante pensar o sujeito não só a partir de uma ótica psicológica e nem só religiosa, mas que as duas podem ter um contato significativo.

Outro fator observado na pesquisa foi que cerca de 50% dos entrevistados acreditam ser parcialmente aceitável que a concepção religiosa de um psicólogo poderá contribuir no desenvolvimento de suas atividades profissionais, o que segundo as discussões traçadas nesta pesquisa percebeu-se que esta visão carrega um grande binômio, pois ela pode ter efeitos negativos ou positivos dependendo da maturidade pessoal e profissional de cada indivíduo. A contribuição negativa que poderá ocorrer é a análise indevida do consulente a partir de uma ótica reducionista baseada em conceitos religiosos, negando a experiência do cliente mediante a sua própria religiosidade. O aspecto positivo neste sentido dá-se a partir da compreensão das experiências transcendentais vivenciadas pelo cliente, em que o Psicólogo enquanto sujeito religioso passa a compreender a significância de cada experiência do outro tendo assim, uma relação empática.

A partir disso, foi possível verificar se o estudante de Psicologia compreende o fenômeno da religiosidade a partir de um reducionismo religioso, o que segundo os dados coletados cerca de 40,4% dos entrevistados consideram ser parcialmente aceitável uma articulação da ciência psicológica com base nos discursos religiosos.

Desta forma, podemos compreender que não é vedado ao Psicólogo o exercício da sua fé pessoal, mas que isso não poderá ser utilizado como método para avaliação do consulente ou como algo que venha subjugar as experiências do consulente. Sendo assim, é de fundamental importância que o psicólogo tenha discernimento para diferenciar a sua prática profissional das suas questões pessoais, como crenças, valores, normas, pré-conceitos etc.

No âmbito acadêmico percebeu-se que apenas 28,8% dos professores, segundo a visão dos estudantes de Psicologia, possuem uma atitude restauradora, que se define como a compreensão das especificidades das experiências transcendentais e a sua influência na forma de ser do indivíduo. Desta forma as discussões no âmbito acadêmico se fazem necessárias tendo em vista que a desqualificação das crenças pessoais e o ambiente hostil produzido pelas universidades podem gerar algum tipo de sofrimento para o graduando de Psicologia. Desta forma, segundo Barros (2012), os psicólogos que vivenciam este tipo de circunstância e não tiveram oportunidade de confrontar seus aspectos religiosos mediante o conhecimento Psicológico perdem a oportunidade de refletir e elaborar os processos referentes ao mundo, à vida e ao homem.

Assim, o estudante fica impossibilitado de construir e reconstruir seus posicionamentos diante da realidade posta, isso poderá ocasionar numa insatisfação na realização do seu trabalho, pois observa-se que a falta de discussões no âmbito acadêmico, bem como, a falta de abordagens e teorias que compreendam este fenômeno da religiosidade de forma autêntica, tem prejudicado o trabalho dos Psicólogos, o que acaba que muitas vezes os mesmos ignoram este aspecto da vida humana ou buscam em outras teorias subsídios para esta compreensão.

A partir do momento em que o sujeito sente-se integrado com tudo aquilo que o cerca, acontece uma expansão da identidade, pois “[...] Toda e qualquer divisão interna leva a conflito, luta, projeção de figuras internas no meio externo e criação de toda a sorte de dificuldades em nossa relação com o mundo.” (Bertolucci, 1991).

REFERÊNCIAS


- Albuquerque, F. J. B. et al. Valores humanos básicos como preditores do bem-estar subjetivo. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 131-137, 2006.
- Amatuzzi, M. M. O desenvolvimento religioso: Uma hipótese psicológica. *Rer. Estudos de psicologia*, PUC-Campinas, v.17, n.1, p. 15-30, 2000.
- Ancona-Lopez, M. A espiritualidade e os Psicólogos, In: Amatuzzi, M. M. (Org). *Psicologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 2005.
- Ancona-Lopez, M. As crenças pessoais e os Psicólogos clínicos: orientação de dissertações e teses em Psicologia da Religião, In: Arcuri, I. G.; Ancona-Lopez, M. (Orgs). *Temas em psicologia da religião*. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2007.
- Ancona-Lopez, M. Psicologia e religião: Recursos para a construção do conhecimento. *Rev. Estudos de psicologia*, PUC-Campinas, v.19, n.2, 2002.
- Ancona-Lopez, M. Religião e Psicologia clínica: quatro atitudes básicas. In: Massimi, M.; Mahfoud, M. (Org). *Diante do mistério: Psicologia e senso religioso*. São Paulo: Edição Loyola, 1999.
- Antunes, M. A. M. A psicologia no Brasil: Um ensaio sobre suas contradições, In: *Psicologia: Ciência e profissão / Conselho federal de psicologia*. – vol. 1, n. 1 (1981). – Brasília, DF, Brasil: CFP, 1981- vol. 32, n.1, 2012.
- Aquino, T. A. A. et al. Atitude religiosa e sentido da vida: um estudo correlacional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2009.
- Aquino, T. A. A. et al. Escala de Atitudes Religiosas, Versão Expandida (EAR-20): Evidências de Validade. *Aval. psicol.*, Itatiba, v. 12, n. 2, 2013
- Ávila, A. Para conhecer a psicologia da religião. São Paulo: Edição Loyola, 2003.
- Barros, R. A. A religiosidade, a espiritualidade e a prática clínica psicológica. In: *A condição humana: Olhares da espiritualidade, educação, saúde e tecnologia*. I encontro internacional de educação e espiritualidade. Recife/PE, 2012.
- Bertolucci, E. *Psicologia do Sagrado: Psicoterapia transpessoal*. São Paulo: Ágora, 1991.
- BRASIL, I. B. G. E. Censo demográfico, 2010.
- Cambuy, K.; Amatuzzi, M. M.; Antunes, T. A. Psicologia clínica e experiência religiosa. *Revista de Estudos da religião*, n. 3, p. 77-93, 2006.
- Conselho Federal de Psicologia. *Manual do profissional Psicólogo*. CFP, 2014.

- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (org). Manual de Orientações – Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do Psicólogo / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - São Paulo – São Paulo: CRP SP, 2008.
- Eliade, M. O sagrado e o profano; [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Faria, J. B.; Seidl, E. M. F. Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: Revisão de literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, p. 381-389, 2005.
- Gaarder, J.; Hellern, V.; Notaker, H. O livro das religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Giovanetti, J. P. O sagrado na psicoterapia, In: Angerami-Camon, V. A. et al. (org). *Vanguardas em psicoterapia fenomenológica-existencial*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- Harrison, P. Ciência e Religião: Construindo os limites. *Revista de Estudos da Religião*, 2007.
- Henning, M. C.; Moré, C. L. O. O. Religião e Psicologia: análise das interfaces temáticas. *Revista de Estudos da Religião*, p. 84-114, 2009.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Paiva, G. J. Ciência, religião, psicologia: conhecimento e comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 3, p. 561-567, 2002.
- Paiva, G. J. Estudos psicológicos da experiência religiosa. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, 1998.
- Pinto, Ê. B. As ciências da religião, a Psicologia da Religião e a Gestalt-terapia: em busca de diálogos. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 14, n. 1, p. 70-79, 2008.
- Sanchez, Z. V. D. M.; Oliveira, L. G.; Nappo, S. A. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 9, n. 1, p. 43-55, 2004.
- Tavares, J. P.; Andrade, C. C. A escuta Fenomenológica comprometida pela ótica religiosa de uma Gestalt-Terapeuta. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. XV, n. 1, p. 21-29, 2009.

As tecnologias educacionais de informação e comunicação (TIC's) no ensino superior otimizando o processo de ensino e aprendizagem

Recebido em: 24/08/2022

Aceito em: 25/08/2022

 10.46420/9786581460563cap5

Laerte Corrêa dos Santos^{1*} 

Paulo Henrique Pereira Paes² 

INTRODUÇÃO

Os sistemas educacionais de todo o mundo enfrentam atualmente o desafio de usar as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) para fornecer a seus alunos as ferramentas e o conhecimento necessários para a aplicação desse novo método de aprendizagem.

Para aproveitar efetivamente o poder das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), as seguintes condições essenciais devem ser atendidas:

- Alunos e professores devem ter acesso suficiente às tecnologias digitais e à Internet nas salas de aula, escolas e instituições de formação de professores.
- Alunos e professores devem ter à sua disposição conteúdos educativos em formato digital que sejam significativos, de boa qualidade e que contemplem a diversidade cultural.
- Os professores devem ter as habilidades e conhecimentos necessários para ajudar os alunos a alcançar altos níveis acadêmicos através do uso de novas ferramentas e recursos digitais.

As instituições de formação de professores enfrentam o desafio de formar a nova geração de professores para incorporar as novas ferramentas de aprendizagem em suas aulas. Para muitos programas de treinamento de professores, essa tarefa assustadora envolve a aquisição de novos recursos e habilidades e um planejamento cuidadoso.

Ao abordar esta tarefa é necessário compreender:

- O impacto da tecnologia na sociedade global e suas repercussões na educação.
- O amplo conhecimento que foi gerado sobre a forma como os indivíduos aprendem e as consequências que isso tem na criação de ambientes de aprendizagem mais eficazes e atrativos, centrados no aluno.
- As diferentes fases de desenvolvimento docente e os graus de adoção das TIC'S pelos docentes.

¹ Docente do Centro Universitário Anhanguera de Niterói - UNIAN 1.

² Discente do Centro Universitário Anhanguera de Niterói - UNIAN 2.

* Autorcorrespondente: laertecorreas@gmail.com

- A importância do contexto, cultura, visão e liderança, aprendizagem ao longo da vida e processos de mudança ao planejar a integração de tecnologias na formação de professores.
- As competências de gestão das TIC's que os docentes devem adquirir ao nível dos conteúdos e pedagógicos, dos aspectos técnicos e sociais, do trabalho conjunto e do trabalho em rede.
- A importância de desenvolver padrões que sirvam de guia para a implementação das TIC's na formação de professores.
- As condições essenciais para uma integração eficaz das TIC's na formação de professores.
- As estratégias mais relevantes que devem ser levadas em conta ao planejar a inclusão das TIC's na formação de professores e ao direcionar o processo de transformação.

Este estudo estabelece uma estrutura conceitual para a inclusão das TIC's e descreve as condições essenciais que devem ser atendidas para alcançar uma integração efetiva da tecnologia na sala de aula.

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) continuam a transformar aquilo pelo qual a aprendizagem que é valorizada, ou seja, as maneiras pelas quais a aprendizagem ocorre e como os sistemas educacionais são organizados. As tecnologias digitais reduziram de maneira considerável os custos para coletar informações e agir com base nelas. Elas também facilitaram a participação de mais pessoas nesses processos. Os projetos cívicos e científicos abertos são excelentes exemplos de como a tecnologia digital pode ajudar a ampliar o volume de informações coletadas e analisadas, além do número e da diversidade de pessoas envolvidas nesse trabalho. A produção, a circulação e uso de dados, assim como o conhecimento que podem surgir desses dados por meio de processos digitais, mudaram as formas pelas quais a ciência avança e a especialização se desenvolve – bem como as maneiras pelas quais a informação e o conhecimento estão, ou não, disponíveis para o público em todo o mundo. Ao mesmo tempo, a facilidade de coleta e análise de dados facilitada pelos computadores rapidamente eclipsou as formas alternativas de raciocínio e conceitualização, com consequências como o privilégio de base de dados numéricos sobre outros tipos de dados, incluindo experiência pessoal e outros tipos de informações que, embora relevantes, podem ser difíceis de quantificar. (Reimaginar nossos futuros juntos. (UNESCO, 2022, p. 32)

As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) são um fator de vital importância na transformação da nova economia global e nas rápidas mudanças que estão ocorrendo na sociedade. Na última década, as novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação produziram uma mudança profunda na forma como os indivíduos se comunicam e interagem no mundo dos negócios, causando mudanças significativas na indústria, agricultura, medicina, comércio, engenharia e outras áreas. Eles também têm o potencial de transformar a natureza da educação em termos de onde e como o processo de aprendizagem ocorre, bem como introduzir mudanças nos papéis de professores e alunos.

MARCO TEÓRICO

Há uma consciência crescente entre os formuladores de políticas educacionais, líderes empresariais e educadores em geral de que o sistema educacional projetado para preparar os alunos para uma economia agrária ou industrial não fornecerá aos indivíduos as habilidades e conhecimentos necessários para ter sucesso na economia do conhecimento e na sociedade do século XXI. A nova sociedade global, baseada no conhecimento, tem as seguintes características:

- O volume total de conhecimento mundial dobra a cada dois ou três anos;
- Diariamente são publicados 7.000 artigos científicos e técnicos;
- As informações enviadas por satélites que giram em torno da Terra seriam suficientes para preencher 19 milhões de volumes a cada duas semanas;
- Alunos do ensino médio que concluem seus estudos em países industrializados foram expostos a mais informações do que seus avós receberam ao longo de suas vidas;
- Nas próximas três décadas haverá mudanças equivalentes a todas as produzidas nos últimos três séculos (National School Board Association, 2020).

Os sistemas educacionais enfrentam o desafio de transformar o currículo e o processo de ensino-aprendizagem para fornecer aos alunos as habilidades para funcionar de forma eficaz neste ambiente dinâmico, rico em informações e em constante mudança.

A economia global orientada para a tecnologia também apresenta outros desafios para os países à medida que as economias nacionais se tornam mais dependentes da arena internacional, resultando em um crescente intercâmbio de informações, tecnologia, produtos, capital e indivíduos entre as nações. Esse novo ambiente econômico dará início a uma nova era de competição global por bens, serviços e conhecimento. Como consequência, muitos países estão passando por transformações radicais em suas estruturas políticas, econômicas e sociais.

Nas nações industrializadas, a economia, antes baseada em um modelo industrial, está mudando para uma economia baseada na informação. Essa transformação exige que a força de trabalho adquira novos conhecimentos e habilidades. As TIC's mudaram a natureza do trabalho e o tipo de habilidades necessárias na maioria dos ofícios e profissões. Embora tenham criado uma ampla gama de novos empregos, muitos dos quais não existiam há apenas dez anos, também eliminaram a necessidade de muitos outros empregos pouco qualificados ou não qualificados. Por exemplo, novos equipamentos agrícolas “inteligentes”, usando tecnologia digital e industrial avançada, podem realizar trabalhos que anteriormente exigiam um grande número de trabalhadores não qualificados. Além disso, as novas fábricas precisam de cada vez menos trabalhadores pouco qualificados.

Estas tendências apresentam novos desafios para os sistemas educativos em termos de como dotar os indivíduos dos conhecimentos e competências necessários para ter sucesso neste novo e dinâmico ambiente de contínua mudança tecnológica, onde a produção de conhecimento cresce a uma velocidade cada vez maior.

A educação é a confluência de poderosas forças políticas, tecnológicas e educacionais em constante mudança, que terão um efeito significativo na estrutura dos sistemas educacionais em todo o mundo no restante do século. Muitos países estão envolvidos em iniciativas que tentam transformar o processo de ensino-aprendizagem, preparando os alunos para fazer parte da sociedade da informação e da tecnologia.

As novas tecnologias constituem um desafio às concepções tradicionais de ensino e aprendizagem, pois redefinem a forma como professores e alunos acessam o conhecimento e, portanto, têm a capacidade de transformar radicalmente esses processos. As TIC's oferecem um amplo espectro de ferramentas que podem ajudar a transformar as salas de aula de hoje – centradas no professor, isoladas do ambiente e limitadas ao texto da sala de aula – em ambientes ricos em conhecimento, interativos e centrados no aluno. Para enfrentar esses desafios com sucesso, as escolas devem aproveitar as novas tecnologias e aplicá-las ao aprendizado. Eles também devem estabelecer o objetivo de transformar o paradigma tradicional de aprendizagem.

Para atingir esse objetivo, deve haver uma mudança na concepção tradicional do processo de aprendizagem e uma nova compreensão de como as novas tecnologias digitais podem ajudar a criar novos ambientes de aprendizagem em que os alunos se sintam mais motivados e engajados, maior responsabilidade por sua própria aprendizagem e podem construir seu próprio conhecimento de forma mais independente.

As revoluções científicas ocorrem quando velhas teorias e métodos não podem mais resolver novos problemas. Ele chama essas mudanças em teorias e métodos de "mudanças de paradigma". Existe uma preocupação generalizada de que as experiências educacionais oferecidas atualmente em muitas escolas não serão suficientes para produzir alunos capazes de enfrentar o futuro. (Bronowski, 2018)

Muitos educadores e personalidades do mundo político e empresarial estão convencidos de que uma mudança de paradigma na concepção do processo de aprendizagem, juntamente com a aplicação de novas tecnologias da informação, desempenhará um papel importante no processo de adaptação dos sistemas educacionais a uma educação baseada no conhecimento. e uma sociedade rica em informação.

A concepção tradicional do processo de aprendizagem

A concepção predominante do processo de aprendizagem surgiu a partir do modelo industrial de ensino, no início do século XX, e serviu para fornecer a grande número de indivíduos as competências necessárias para trabalhos que exigiam pouca qualificação na área. agricultura. As turmas de 20 ou 30 alunos constituíram uma inovação decorrente da ideia de que deveria haver uma educação padronizada para todos. Onde o professor é o especialista e é quem transmite a informação aos alunos.

Em termos conceituais, trata-se de um modelo unívoco de aprendizagem, em que o professor é entendido como um “repositório” de conhecimentos que devem ser transmitidos aos alunos. O paradigma educacional tradicional se caracteriza por apresentar as seguintes concepções sobre aprendizagem:

- A aprendizagem é difícil. Muitos veem a aprendizagem como um processo difícil e muitas vezes tedioso. De acordo com essa visão, se os alunos estão se divertindo ou gostando das atividades de aprendizagem, provavelmente não estão aprendendo.

- A aprendizagem é baseada em um modelo focado no déficit. O sistema se esforça para identificar deficiências e fraquezas no aluno. Com base nessas deficiências, os alunos são catalogados e corrigidos, ou então reprovados. O impacto do modelo deficitário na aprendizagem torna-se ainda mais visível nas aulas compensatórias ou corretivas. Como o próprio termo indica, estas aulas destinam-se a compensar ou remediar a falta de certos conhecimentos de alguns alunos, particularmente crianças pertencentes a minorias pobres, e ainda assim o currículo ou o sistema escolar assume que se trata de um conhecimento comumente manejado por todos os alunos. aquela idade.

A esmagadora maioria das pesquisas se concentra nas desvantagens das crianças pobres. Muitos poucos estudos se concentraram em seus benefícios. Além disso, as fragilidades identificadas são geralmente analisadas com base nos padrões da organização e nos conteúdos tradicionais do ensino escolar. Muito raramente foi considerada a ideia de adaptar os métodos de ensino escolar a novos tipos de alunos; todos os esforços têm sido focados na adaptação dos alunos para que eles se encaixem nos esquemas das escolas. (Bruer, 2019),

Por outro lado, as concepções que fundamentam a motivação, a linguagem e o desenvolvimento conceitual dos alunos pobres, “agiram contra a oferta de uma educação baseada no pensamento e favoreceram um programa de estudos de baixo nível, especificamente, fragmentado e focado em habilidades básicas.

A linguagem deste programa foi tão simplificada que se tornou chata e artificial. Foi despojado de sua riqueza e contexto, e tornou-se em grande parte sem sentido, ou seja, não pode ser absorvido por um indivíduo normal, exceto através da memorização, cujos efeitos duram algumas horas ou dias.

- A aprendizagem é um processo de transferência e recepção de informações. Uma parte considerável dos esforços educacionais ainda continua sendo “orientado para a informação”, onde os alunos devem reproduzir o conhecimento ao invés de produzir seu próprio conhecimento. Também continua a ser um modelo de ensino centrado no professor. Muitos ainda veem o professor como um transmissor de informações e o aluno como um receptor passivo que acumula as informações transmitidas e as repete. A atual dominância dessa abordagem ainda pode ser observada na forma como os professores fazem uso de técnicas como palestras, leitura do livro didático e exercícios baseados no preenchimento de lacunas com palavras isoladas, que reduzem o aluno a um papel passivo de receptor de informações e não permitem que ele desenvolva suas próprias habilidades de raciocínio.
- A aprendizagem é um processo individual/solitário. A maioria dos alunos passa muitas horas trabalhando individualmente, preenchendo lacunas ou realizando tarefas repetitivas. Uma pesquisa mostrou que quase todos os alunos discordavam dos deveres de casa, os achavam chatos e rotineiros, e que enfrentavam essa condição diariamente e exigiam um currículo mais

amplo e interessante. Acima de tudo, eles queriam tarefas que lhes permitissem pensar por si mesmos. A maioria dos entrevistados queria projetar e fazer coisas, experimentar e fazer observações em primeira mão.

- A aprendizagem é mais fácil quando o conteúdo educacional é dividido em pequenas unidades. O sistema educacional está quase sempre mais ocupado analisando e categorizando bits de informação do que reunindo-os. Segundo Bruer, a tecnologia de comunicação de massa tende a "dividir conhecimento e habilidades em milhares de partes pequenas, padronizadas e descontextualizadas que podem ser ensinadas e avaliadas separadamente". (Bruer, 2019)
- Em seu livro *Ensinar como atividade subversiva*, Neil Postman afirma que nossos sistemas educacionais fragmentam inexoravelmente o conhecimento e a experiência em "sujeitos, transformando o todo em partes, a história em eventos, sem reconstruir a continuidade". (Postmann, 2017)
- A aprendizagem é um processo linear. Muitas vezes, o professor ou o livro didático permitem um único caminho linear através de uma área de assunto muito limitada que segue uma sequência de unidades instrucionais padronizadas. Por exemplo, em um texto de matemática, apenas um caminho correto possível é oferecido para a solução dos problemas de uma subclasse específica. No entanto, os problemas da vida cotidiana (ou na matemática) raramente têm uma única solução possível ou uma única sequência correta de etapas para chegar a essa solução.

Mudanças nas concepções sobre o processo de aprendizagem

Em contraste com o paradigma tradicional de ensino-aprendizagem, um novo paradigma vem surgindo com base em três décadas de pesquisa, que engloba os seguintes conceitos sobre o processo de aprendizagem:

- A aprendizagem é um processo natural. O cérebro naturalmente tende a aprender, embora nem todos aprendam da mesma maneira. Existem diferentes estilos de aprendizagem, diferentes percepções e personalidades, que devem ser levadas em consideração ao projetar experiências de aprendizagem para alunos individuais. A aprendizagem ocorrerá se você fornecer um ambiente rico e envolvente e professores que incentivem e apoiem os alunos. Os professores geralmente observam que as crianças que são perturbadoras ou têm pouca atenção nas salas de aula tradicionais podem passar horas focadas em atividades relacionadas ao computador que são interessantes e significativas para a criança.
- A aprendizagem é um processo social. O contexto comunitário de aprendizagem e conhecimento está começando a ser redescoberto, como evidenciado pelo rápido

crescimento dos círculos de qualidade e trabalho colaborativo por meio de computadores em negócios, governo, medicina e educação. Como Vygotsky observou há muito tempo, os alunos aprendem melhor em colaboração com colegas, professores, pais e outros quando estão ativamente envolvidos em tarefas significativas e interessantes. (Vygotsky, 1978)

- As TIC'S oferecem oportunidades para professores e alunos colaborarem com outras pessoas em qualquer parte do país ou do mundo. Eles também oferecem novas ferramentas para apoiar esse aprendizado colaborativo, tanto na sala de aula quanto conectado à Internet.
- A aprendizagem é um processo ativo, não passivo. Na maioria dos campos da atividade humana, os indivíduos se deparam com o desafio de produzir conhecimento e não simplesmente reproduzir conhecimento. Para permitir que os alunos atinjam níveis ótimos de proficiência, eles devem ser incentivados a se envolver ativamente no processo de aprendizagem, em atividades que incluem a resolução de problemas reais, a produção de trabalhos escritos originais, a realização de projetos de pesquisa científica (em vez de simplesmente estudar sobre ciência), conversar com outras pessoas sobre temas importantes, realizar atividades artísticas e musicais e construir objetos. O currículo tradicional exige que os alunos apenas se lembrem e descrevam o que os outros fizeram e produziram. Embora toda produção de conhecimento deva ser baseada na compreensão do conhecimento prévio, a mera reprodução do conhecimento, desconectada de sua produção, é em grande parte uma atividade passiva que não envolve ou desafia significativamente o aprendiz.
- A aprendizagem pode ser linear e não linear. O método geralmente usado nas escolas hoje parece basear-se na noção de que a mente funciona como um processador serial, projetado apenas para processar uma informação por vez, em ordem sequencial. Mas, na realidade, a mente é um maravilhoso processador paralelo, capaz de prestar atenção e processar vários tipos de informação simultaneamente. A teoria cognitiva e a pesquisa veem a aprendizagem como uma reorganização das estruturas de conhecimento. As estruturas de conhecimento são armazenadas na memória semântica como esquemas ou mapas cognitivos. Os alunos “aprendem” expandindo, combinando e reorganizando um conjunto de mapas cognitivos, que muitas vezes se sobrepõem ou são interconectados por meio de uma complexa teia de associações. Existem muitas maneiras diferentes de obter, processar informações e assimilá-las nas estruturas de conhecimento existentes. Embora algumas áreas do conhecimento, como a matemática, talvez se prestem a uma abordagem mais linear, nem todo aprendizado pode e não deve ser feito dessa maneira.
- A aprendizagem é integrada e contextualizada. A teoria holográfica do cérebro de Pribram mostrou que a informação apresentada de forma global é mais fácil de assimilar do que a informação apresentada como uma sequência de unidades de informação. Também permite

que os alunos vejam a relação entre os diferentes elementos e criem conexões entre eles. (Pribram, 2019)

- Em *Ciência e Valores Humanos*, Jacob Bronowski mostrou que descobrir a conexão entre o que antes pareciam ser dois fatos isolados é, em si, um ato criativo, tanto no campo da ciência quanto no da arte. Ele chama isso de ato de unificação. Isso não é algo que alguém possa fazer pelos alunos; ninguém pode fazer essas conexões na mente de outra pessoa. As informações podem ser fornecidas e até qual a conexão é feita, mas mesmo que os alunos consigam repetir as informações de forma eficaz, não se pode presumir que tenha sido realmente aprendida. Os alunos devem descobrir por si mesmos. Isso não significa que eles devem fazer essa descoberta sem ajuda de qualquer tipo. O papel do professor é ajudá-los de várias maneiras a fazer essas conexões e integrar o conhecimento. (Bronowski, 2018)
- A aprendizagem é baseada em um modelo que se fortalece no contato com as habilidades, interesses e cultura do aluno. As escolas estão começando a levar em conta as habilidades e interesses específicos que os alunos trazem para o ambiente educacional, e estão projetando atividades que se baseiam nessas habilidades, em vez de se concentrar nelas, apenas em "corrigir suas fraquezas". Além disso, as escolas estão cada vez mais vendo a diversidade na sala de aula como um recurso e não como um problema. Ao contrário do conceito padronizado e corretivo de ensino, a diversidade e as diferenças individuais são valorizadas, e o processo de aprendizagem é projetado para ser estruturado com base nas habilidades e contribuições do aluno para o processo educacional.
- A aprendizagem é avaliada de acordo com os produtos do processo, a forma como as tarefas são concluídas e a resolução de problemas reais, tanto pelo aluno individualmente como pelo grupo. Ao invés de avaliar o aluno apenas por meio de provas escritas, a avaliação é feita com base em pastas de trabalho (portfólios) onde o aluno mostra seu desempenho no trabalho realizado em equipe ou individualmente.
- A concepção tradicional do processo de aprendizagem está centrada principalmente no professor, que fala mais e faz a maior parte do trabalho intelectual, enquanto os alunos são concebidos como receptáculos passivos da informação que lhes é transmitida. Isso não significa que o método de leitura tradicional seja inútil, pois permite que o professor transmita uma grande quantidade de informações em um curto espaço de tempo e é a estratégia mais eficaz para a aprendizagem mecânica e mecânica. No entanto, esse método não é o mais eficaz para ajudar os alunos a desenvolver e usar habilidades cognitivas superiores para resolver problemas complexos do mundo real. Como disse Driscoll, não podemos mais conceber os alunos como "vasos vazios esperando para serem preenchidos, mas como organismos ativos em busca de sentido" (Driscoll, 2014).

Tapscott aponta que estamos entrando em uma nova era de aprendizagem digital, na qual estamos passando da aprendizagem “difundida” para a aprendizagem “interativa”. Os alunos de hoje não querem mais ser vasos vazios em um modelo de aprendizagem de transferência de informações, mas querem participar ativamente desse processo. A ideia de que o mundo de hoje exige que os alunos sejam capazes de trabalhar em equipe, pensar crítica e criativamente e refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem está se tornando cada vez mais difundida (Tapscott, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como a tecnologia trouxe mudanças em todos os aspectos da sociedade, também está mudando nossas expectativas sobre o que os alunos devem aprender para funcionar efetivamente na nova economia global. O aluno deve transitar em um ambiente rico em informações, ser capaz de analisar e tomar decisões e dominar novas áreas do conhecimento em uma sociedade cada vez mais tecnológica. Eles devem se tornar aprendizes ao longo da vida, colaborando com outros indivíduos para realizar tarefas complexas e usando efetivamente os diferentes sistemas de representação e comunicação do conhecimento.

Tabela 1. Ambiente de aprendizagem centrado no professor e no aluno. Fonte: Adaptado de Sandholtz, Ringstaff e Dwyer, 2007.

	Aprendizagem Centrada no Docente	Aprendizagem Centrada no Aluno
Atividades em sala de aula	Centradas no docente Didáticas	Centradas no aluno. Interativas
Papel do professor	Comunicador de fatos. Sempre um especialista.	Colaborador. Às vezes ele aprende com seus alunos
Ênfase instrucional	Memorização de fatos	Relacionar, questionar e inventar
Conceito de conhecimento	Acumulação de fatos. Quantidade	Transformação de fatos
Demonstração de aprendizagem efetiva	Seguindo os padrões como referência	Nível de compreensão do aluno
Avaliação	Múltipla Escolha	Testes com critérios de referência. Pastas de trabalho e desempenho
Uso da Tecnologia	Repetição e prática	Comunicação, acesso, colaboração e expressão

Para que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades essenciais no século XXI, será necessário que haja uma mudança do ensino centrado no professor para o ensino centrado no aluno. A tabela a seguir descreve as mudanças que ocorrerão como resultado dessa mudança.

Passar de uma aprendizagem mais centrada no professor para uma aprendizagem centrada no aluno pode criar um ambiente de aprendizagem mais interativo e motivador para alunos e professores. Este novo ambiente implica também uma mudança nos papéis de alunos e professores. Conforme mostra a Tabela 2, o papel do professor deixará de ser apenas o de transmissor do conhecimento para se tornar um facilitador e orientador do conhecimento e participante do processo de aprendizagem junto com o aluno.

Esse novo papel não diminui a importância do professor, mas exige novos conhecimentos e habilidades. Os alunos serão mais responsáveis pela sua própria aprendizagem à medida que procuram, encontram, sintetizam e partilham o seu conhecimento com outros colegas. As TIC'S são uma ferramenta poderosa para apoiar essa mudança e facilitar o surgimento de novos papéis para professores e alunos.

Tabela 2. Mudanças nos papéis de professores e alunos em ambientes de aprendizagem centrados no aluno. Fonte: Adaptado de Newby et al., 2000.

Mudanças no papel do docente DE	PARA
Transmissor de conhecimento, principal fonte de informação, especialista em conteúdo e fonte de todas as respostas O professor controla e dirige todos os aspectos da aprendizagem	Facilitador de aprendizagem, colaborador, formador, tutor, guia e participante no processo de aprendizagem O professor permite que o aluno seja mais responsável pela sua própria aprendizagem e oferece-lhe várias opções
Mudanças no papel do aluno DE	PARA
Receptor passivo de informações jogador de conhecimento A aprendizagem é concebida como uma atividade individual	Participante Ativo do Processo de Aprendizagem O aluno produz e compartilha conhecimento, às vezes participando como especialista

Teorias que sustentam a nova concepção sobre o processo de aprendizagem

Novas formas de conceber o processo de aprendizagem e a mudança para a aprendizagem centrada no aluno têm sido baseadas em pesquisas sobre aprendizagem cognitiva e na convergência de várias teorias sobre a natureza e o contexto da aprendizagem. Algumas das teorias mais proeminentes são: teoria sociocultural (baseada nas intersubjetividades e na Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky), teoria construtivista, aprendizagem autorregulada, cognição situada, aprendizagem cognitiva, aprendizagem baseada em resolução de problemas, teoria da flexibilidade cognitiva (Spiro et al., 2001) e cognição distribuída (Salomon et al., 2003).

Cada uma dessas teorias se baseia no preceito de que os alunos são agentes ativos que buscam e constroem o conhecimento com um propósito, dentro de um contexto significativo.

O ambiente de aprendizagem centrado no aluno mostra que o aluno interage com outros alunos, com o professor, com recursos de informação e com a tecnologia. O aluno é envolvido em tarefas reais que são realizadas em contextos reais, utilizando ferramentas que são de real utilidade para ele, e é avaliado

de acordo com seu desempenho em termos realistas. O ambiente proporciona ao aluno um andaime de apoio para desenvolver seus conhecimentos e habilidades. Ao mesmo tempo, proporciona um ambiente colaborativo rico, que permite ao aluno considerar múltiplas perspectivas ao abordar determinados temas e resolver problemas, e oferece oportunidades para que o aluno reflita sobre sua própria aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esse novo ambiente de aprendizagem possa ser criado sem o uso de tecnologia, fica claro que as TIC's são uma ferramenta decisiva para ajudar os alunos a acessar vastos recursos de conhecimento, colaborar com colegas, consultar especialistas, compartilhar conhecimento e resolver problemas complexos usando ferramentas cognitivas. As TIC's também oferecem aos alunos novas ferramentas para representar seu conhecimento por meio de texto, imagens, gráficos e vídeo.

A nova concepção do processo de aprendizagem é baseada em estudos que surgiram a partir de um referencial teórico sobre a aprendizagem humana. Muitos refletem uma visão construtivista do processo de aprendizagem. De acordo com essa teoria, os alunos são agentes ativos que estão envolvidos na construção de sua própria aprendizagem, integrando novas informações em suas estruturas ou esquemas mentais. O processo de aprendizagem é visto como um processo de "construção de sentido" que ocorre em contextos sociais, culturais, históricos e políticos. Em um ambiente de aprendizagem construtivista, os alunos constroem sua própria aprendizagem por meio de um processo que envolve testar a validade de ideias e abordagens de acordo com seu conhecimento e experiência anteriores, aplicando essas ideias ou abordagens a novas tarefas, contextos e situações e integrando o novo conhecimento resultante. para construções intelectuais pré-existentes.

Um ambiente construtivista implica o desenvolvimento de comunidades de aprendizagem compostas por alunos, professores e especialistas envolvidos em tarefas reais em contextos reais, que se assemelham muito ao trabalho que é feito no mundo real. Um ambiente de aprendizagem construtivista também oferece oportunidades para os alunos serem expostos a múltiplas perspectivas. Ao participar de grupos focais ou debates, os alunos podem considerar problemas de vários pontos de vista, separar significados e 'negociar' por um entendimento comum ou compartilhado colaborando com outros. Essa configuração construtivista enfatiza a avaliação real do processo de aprendizagem, em vez de testes tradicionais de papel e lápis.

Há indícios de que essas tecnologias podem finalmente ter consequências radicais nos processos clássicos de ensino e aprendizagem. Ao remodelar a forma como os professores e os alunos podem aceder ao conhecimento e à informação, as novas tecnologias desafiam a forma tradicional de pensar o material pedagógico, os métodos e as abordagens ao ensino e à aprendizagem.

O desafio das TIC's na Formação, tanto para professores quanto para alunos, é garantir que a nova geração de professores, assim como os professores atuais, seja capacitada para fazer uso dos novos métodos, processos e materiais de aprendizagem por meio da aplicação de novas tecnologias.

APOIO

FUNADESP – Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bransford, J.D. (2019). Preparando os Professores para um Mundo em Transformação. São Paulo: Fundação Lemann.
- Bronowski, J. (2018). Science and Human Values. Nova York: Harper Collins.
- Brown, J.S., Collins, A. & Duguid, P. (2009). Situated cognition and the culture of learning. Nova Jersey: Education Researcher, 18, 32-42.
- Bruer, J. (2019). Schools for Thought. Cambridge: MIT Press.
- Cole W. (2020). Beyond the Individual-Social Antinomy in Discussions of Piaget and Vygotsky. Disponível em: <<http://www.massey.ac.nz/~alock/virtual/colevyg.htm>> Acesso em: 21 de out. 2021.
- Carvalho, V da S.J. & Souza, S.C, de. O uso das tecnologias de informação e comunicação na escola. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/588/508/23b/58850823b078f5i5934i35.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021
- Driscoll, M.P. (2014). Psychology of learning for instruction. Boston: Allyn and Bacon
- Gomes, C. M. A. (2002). Feuerstein e a construção mediada do conhecimento. Porto Alegre: Artmed.
- Newby, T., Stepich, D., Lehman, J. & Russel, J. (2020). Instructional technology for teaching and learning. Nova Jersey: Upper Saddle River, Merrill/Prentice hall.
- National School Board Association (2020). Why Change?. Disponível em: <http://www.nsba.org/sbot/toolkit/WhyChange.html>. Aceso em: 12 de nov. 2021.
- Postman, N. (2017). Teaching as a Subversive Activity. Nova York: Doubleday.
- Pribram, K. (2019): Brain and Perception: Holonomy and Structure in Figural Processing. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Ribas, D. (2008). A docência no ensino superior e as novas tecnologias. Revista Eletrônica Lato Sensu, ano 3, n.1, p.116, mar.
- Ribeiro, L. D. M., Silva, R. L. F. C. & Carneiro, L. V. (2011). Vygotsky e o Desenvolvimento Infantil. Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras. v. 23. n. 1, p. 394-409.
- Salomon, G. (2003): Distributed cognitions: Psychological and educational considerations. Cambridge: University Press.
- Sandholtz, J., Ringstaff, C., & Dwyer, D. (2007): Teaching with Technology. Nova York: Teachers College Press.

- Saravali, E.G. (2005). Dificuldades de aprendizagem no ensino superior: reflexões a partir da perspectiva Piagetiana. *Campinas: Educação Temática Digital*, v.6, n.2, p.99-127, jun.
- Spiro, R.J., Coulson, R.L., Feltovich, P.J., & Anderson, D. (2001): *Cognitive flexibility theory: Advances knowledge acquisition in ill-structured domains*, Proceedings of the 10th Annual Conference of the Cognitive Science Society. Hills-Dale, Nova Jersey: Erlbaum.
- Tapscott, D. (2008). *Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation*. Nova York: McGraw Hill.
- Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. (Cole, M., John-Steiner, V., Scribner, S., Souberman, E., eds.) Cambridge: Harvard University Press.
- UNESCO, (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos : um novo contrato social para a educação*. – Brasília : Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>>. Acesso em: 16 de abr. 2022.

Índice Remissivo

E

EAD, 2, 3, 4, 5, 8
educação, 2, 3, 4, 5, 6
ensino, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
 superior, 82
Estado, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21,
 22, 23, 25

M

Metilfenidato, 30, 36, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 49,
 50, 51, 52

P

Políticas educacionais, 14

Psicologia, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67,
 68

R

religiosidade, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64,
 65, 66, 67, 68

T

TIC's, 71, 72, 73, 74, 81
tutores, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

V

voucher, 12

Sobre o organizador

  **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato:

lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br